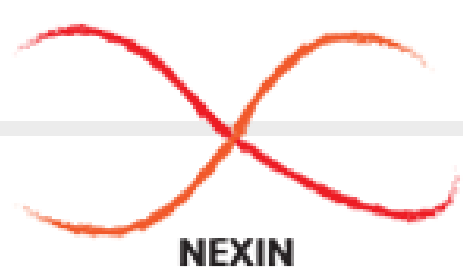


Expressões

da

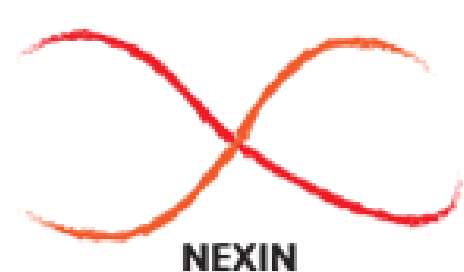
Pandemia

Fase 2



Expressões da Pandemia

Fase 2



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A319r - ALBUQUERQUE, Renan

S271B - SAWAIA, Bader B.

B976f - BUSARELLO, Flávia R.

B492 J - BEREZOSCHI, Juliana

Expressões da pandemia - fase 2. Bader B. Sawaia; Flávia R. Busarello; Juliana Berezoschi; Renan Albuquerque. Alexa Cultural: Embu das Artes/SP.

14x21cm - 182 páginas

ISBN - 978-65-87643-38-0

1. Brasil, 2. Pandemia 3. Quarentena, 4. Ciências Sociais, 5. COVID-19,
I-Título, II-Sumário, III-Bibliografia

CDD - 301

Índices para catálogo sistemático:

1. Amazônia
2. Pandemia
3. Quarentena

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

ALEXA
CULTURAL

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256

Embu das Artes/SP - CEP: 06844-140

alexa@alexacultural.com.br

alexacultural@terra.com.br

www.alexacultural.com.br

www.alexaloja.com

OS TEXTOS APRESENTADOS NESTE LIVRO-COLETÂNEA SÃO
ORIUNDOS DE ESTUDOS E REFLEXÕES REALIZADOS
NO QUE DENOMINAMOS DE "FASE 2" DO ESPALHAMENTO
DA COVID-19 NO BRASIL.

ATÉ O FECHAMENTO DESTA PUBLICAÇÃO, ÉRAMOS O TERCEIRO PAÍS
DO MUNDO COM O MAIOR NÚMERO DE CASOS DE SARS-COV-2
E O SEGUNDO EM NÚMERO DE MORTES.

BRASIL, 28 DE OUTUBRO: 17h42.
CASOS CONFIRMADOS: 5.445,475.
MORTES: 158.101.

VOLUME ESTIMADO DE CASOS SUBNOTIFICADOS: ~ 30 MILHÕES
VOLUME ESTIMADO DE MORTES SUBNOTIFICADAS: 25% ALÉM DOS
NÚMEROS OFICIAIS, INCLUINDO-SE ÓBITOS NÃO-ESPECIFICADOS.

Realização Científica

O Boletim "Expressões da Pandemia" é uma atividade do Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN/PUC-SP/CNPq), liderado pela Profa. Dra. Bader B. Sawaia, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM/UFAM/CNPq), liderado pelo Prof. Dr. Renan Albuquerque.

Organizadores

Bader B. Sawaia
Flávia R. Busarello
Juliana Berezoschi
Renan Albuquerque

Editoração e Identidade Gráfica

Juliana Berezoschi

Revisão Técnica

Renan Albuquerque

Os escritos são compilados por participantes, parceiros e apoiadores do NEXIN e do NEPAM.

Dados do NEXIN

O Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) tem como líder a Profa. Dra. Bader B. Sawaia e atualmente está composto por discentes de mestrado, doutorado e pós-doutorado, bem como pesquisadores associados. O NEXIN é um espaço de reflexão e investigação psicossocial permanente, onde são desenvolvidos estudos sobre desigualdade social, com ênfase na servidão humana e na potência de ação emancipadora em diferentes contextos sociais e históricos brasileiros.

www4.pucsp.br/nexin/, facebook.com/nucleonexin, instagram@nucleonexin

Dados do NEPAM

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) tem como líder o Prof. Dr. Renan Albuquerque e atualmente está composto por discentes de graduação, mestrado e doutorado, além de pesquisadores associados. O NEPAM estuda dinâmicas e interações de povos amazônicos em seus diferentes modos de vida no bioma.

www.facebook.com/ufamnepam

APOIO CIENTÍFICO

Gostaríamos de agradecer pelo apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Ufam, que auxiliam com financiamento e apoio infra-estrutural o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM).

Também é importante destacar o suporte da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – financiadora do Programa de Doutorado Sanduíche (PDSE) – e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que fomentam cientistas do Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN), os quais descrevem parte de seus estudos nesta obra.

É necessário sublinhar a parceria que a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) firmaram, a partir da Profa. Dra. Bader Sawaya e do Prof. Dr. Renan Albuquerque, no sentido de organizar o esforço científico que possibilitou este livro.

PARCEIROS INTERNACIONAIS

Marcos Antonio da Silva, pesquisador e pós-doutorando do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal, que integra o projeto "POLITICS" (725402 – ERC-2016-COG).

Helga Arroyo Araya, Profa. Dra. da Escola de Psicologia da Universidade da Costa Rica.

ACESSO ABERTO

Este livro foi construído com base nos preceitos Open Access Initiative (OAI), movimento instituído em 1999 por um grupo de pesquisadores europeus e norte-americanos, com o intuito de disponibilizar gratuita, publicamente e sem restrições, produções científicas para que qualquer pessoa possa acessar, ler, baixar, copiar, distribuir ou imprimir, citando a fonte de origem.

SUMÁRIO

Os afetos na pandemia e a pandemia nos afetos (Bader B. Sawaia).....11

Volume 6

APRESENTAÇÃO (Bader B. Sawaia e Renan Albuquerque).....17

DISTOPIA EM ALTO MAR
(Elisa Harumi Musha).....23

O NOVO CORONAVÍRUS E A VELHA INJUSTIÇA AMBIENTAL
(Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo).....
24

A PERENAL PANDEMIA VIVIDA PELO EU INDÍGENA: UMA (RE)LEITURA, A
PARTIR DE UM OLHAR DO CONTINENTE, SOBRE REAIS PAN DEMOS
(Jussara Inácio).....28

INDÍGENAS SATERÉ-MAWÉ, OS INVISÍVEIS MORADORES DA CAPITAL
MUNDIAL DO FOLCLORE
(Josias Sateré).....33

A POLÍTICA DE PRODUÇÃO DE IGNORÂNCIA DE BOLSONARO É O MAIOR
VETOR DA COVID-19
(Carmen Junqueira e Renan Albuquerque)..... 39

PANDEMIAS E "BRANCOS": RELATOS DE COMO SOBREVIVER
(Jonilda Hauwer Gouveia).....46

A REINserÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DO TRABALHO E O RESGATE
DA SUBJETIVIDADE EM EX-PRESIDIÁRIOS
(Thallis Sousa Silva, Julia Moura da Silva Acerbi, Mariana
Uhelszki Rodrigues, Caroline Cruz).....51

SIGNIFICAÇÕES DE PROFESSORES SOBRE AS RELAÇÕES
QUE ESTABELECEM NA ESCOLA
(Marcela de Sales Mac Knight, Vera Lucia Trevisan de Souza,
Lilian Aparecida Cruz Dugnani)..... 52

Volume 7

APRESENTAÇÃO (Bader B. Sawaia)..... 54

A LEVEZA É UM PÁSSARO AZUL
(Elisa Harumi Musha).....59

ANOTAÇÕES DE UMA PSICÓLOGA DE GUERRA
(Jaqueline Gomes de Jesus).....63

ESPERANÇA E FUNDAMENTALISMO NA PANDEMIA
(Gláucia T. Purin).....68

REAGINDO PARA RESPIRAR E SE REORGANIZAR (Pedro H. C. Pessanha).....	77
TRANSMUTAR DO CORONAVÍRUS EM LEITE E ESPUMA DE BUIU (Silvio S. Barreto).....	82

Volume 8

APRESENTAÇÃO (Bader B. Sawaiia).....	87
ANSIEDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA (Giseli F. Assoni e Débora S. Ragazzo).....	91
A SOLIDÃO DA CIDADE (Juliana Berezoschi e Thiago da Silva Prada).....	95
CORAÇÃO NA PONTA DA LANÇA, RELÓGIOS PARADOS, VENDAVAIS INTERNOS: SOBRE SAUDADES (Alberto Rodrigues Silva e Ana Carolina Martins Gil).....	100
AFECÇÕES CAPITALISTAS E MELANCOLIA PANDÊMICA (Carla de Almeida Vitória e Dariane D. R. Vidal).....	103
AFETOS QUE FORTALECEM E ENFRAQUECEM O CONATUS EM TEMPOS DE PANDEMIA (José Carlos de Oliveira e Taffarel Ramires Fernandes).....	107

Volume 9

APRESENTAÇÃO (Bader B. Sawaiia).....	113
LUTO COLETIVO: UMA URGÊNCIA ÉTICO-POLÍTICA (Camila Moraes Ferreira e Adrienne Cristhine Barbosa da Silva).....	116
GUERRAS NÃO DECLARADAS: UMA REFLEXÃO SOBRE POPULAÇÕES TRADICIONAIS E O POVO NEGRO NO BRASIL (Beatriz Marques Sanchez e Richard Santos).....	120
ENQUADRAMENTOS ARTÍSTICOS DA PANDEMIA HÁ FELICIDADE POSSÍVEL EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL? (Alice Vettorazzo e Fernanda Pereira Medeiros).....	124
AS FERRAMENTAS DO SENHOR NUNCA IRÃO DESMONTAR A CASA-GRANDE (Gabriela Moreira Rodrigues dos Santos).....	130
MEMES E AFETOS: O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NO ISOLAMENTO FÍSICO (Andréia M. Jzefczyk e Juliana Berezoschi).....	133

VOLUME 10

APRESENTAÇÃO (Flávia R. Busarello e Juliana Berezoschi).....141

SAUDADES...

(Maria Elis Nunc-Nfônro).....145

ENTRE MORRER DE VÍRUS OU DE FOME: O "ASNO DE BURIDAN"
ENCONTRARIA SAÍDAS NESSA PANDEMIA?

(Flávia R. Busarello, Juliana Berezoschi e Livia

Maria Camilo dos Santos).....147

POVOS DA TERRA: ENFRENTAMENTOS A EPIDEMIAS SÓCIO-POLÍTICAS
BRASILEIRAS

(Ana Paula Evaristo Russi e Flávia R. Busarello).....152

LA COSTA RICA DE LAS DESIGUALDADES: UN BREVE ESTADO
DE SITUACIÓN EN TIEMPOS DE PANDEMIA

(Maria Andrea Araya Carvajal, Helga Arroyo Araya, Ignacio Dobles,
Oropeza, Dylana Rodríguez Muñoz,

Patricia Velásquez Prada).....159

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO A DISTÂNCIA NO EPICENTRO
DA PANDEMIA NA AMAZÔNIA

(Isaiás dos Santos, Fabrício Vasconcelos e Renan Albuquerque)....171

TUDO QUE TU FAZES EM MIM

(Vanucci Bernard Deucher).....176

Posfácio.....178

Os afetos na pandemia e a pandemia nos afetos

O ano de 2020 ficará marcado na história da humanidade como o período em que o planeta Terra sofreu uma pandemia de extensão temporal e territorial inusitada, impondo a todos o isolamento como único remédio para evitar a aceleração do contágio e conseqüentemente a pane no sistema de saúde, uma vez que se tratava de um vírus desconhecido, letal e extremamente contagioso.

Essas eram as únicas informações que se tinham no início. Terreno fértil para teorias conspiratórias, fake news, disputa pelo poder da verdade e para a desnudez do que estava um tanto velado, o revival do conservadorismo e autoritarismo e o negacionismo da ciência. Também para escancarar o que já nos perturbava e envergonhava: a desigualdade social.

Um vírus despertado pela depredação imposta ao ambiente, pela cobiça capitalista, espalhando-se no mundo pelas mãos da desigualdade social. De início, aparentemente democrático e que atingia os que tinham poder aquisitivo para viagens fora do país, vai aos poucos seguindo a trajetória de outras epidemias, como por exemplo o HIV, deslocando-se de bairros nobres até a periferia. A desigualdade potencializa a força da contaminação e das mortes, aumentando a disseminação do SARS-coV-2 a partir do risco do desemprego, da fome, da perda de direitos trabalhistas e da repressão, que aprofundam a barbárie sanitária, ambiental e política.

Esse é o cenário vivido pelo Brasil a partir do mês de março. Trata-se de um trágico ano, o qual o Núcleo de Pesquisa da Dialética Exclusão/Inclusão Social da PUC-SP (NEXIN), em parceria com Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos da UFAM (NEPAM), vem registrando em pesquisas científicas a evolução a partir de boletins periódicos, denominados de "Expressões da Pandemia". O objetivo tem sido acompanhar, em tempo real, a dinâmica dos afetos e seu papel na trama urdida pelo encontro entre o vírus SARS-coV-2, a desigualdade social e a luta pelo poder político.

O presente livro, portanto, agrega volumes dos boletins "Expressões da Pandemia" correspondentes ao período de segunda fase da pandemia, que vai de julho à setembro, quando o isolamento é substituído pelo distanciamento.

Assim, ele apresenta, em forma de poesias, narrativas, crônicas, reflexões teóricas, experiências, sofrimentos e alegrias, os embates políticos em torno da doença, inclusive tocando no ponto de um remédio que se tornou peça de jogo eleitoral e amparou a negação da alta letalidade do vírus. Tudo isso mesmo com as estatísticas epidemiológicas apresentando dados alarmantes de infecções e vítimas fatais. Destacamos ainda a crítica ao isolamento e à defesa da contaminação em massa para produzir imunização de rebanho (mesmo sem comprovação), além da primazia da preocupação com a recessão econômica em relação às vidas das pessoas, considerando o direito natural de perseverarmos na existência (SPINOZA, TP).

[...] vida e morte, sua, de seus familiares e amigos, são apenas números computados em frios cálculos mercantis. Nessa contabilidade higienista, se os idosos são improdutivos para a acumulação do capital, podem ser os primeiros a serem subtraídos da conta, passando por indígenas, negros, desempregados, etc. (PESSANHA, 2020, p. 29).

Corrupção correndo solta, agora em torno de produtos hospitalares, além da crescente concentração de renda, uma vez que a ruína de muitos e o enriquecimento de poucos continua. Famílias impedidas de enterrar seus entes queridos enfrentam marcas que irão ressoar nos corpos que vivem a pandemia no Brasil. Nesse contexto, pessoas assustadas buscam orientações para perseverar na existência, confundindo-se e angustiando-se. A mídia apregoa a necessidade de trabalhar os afetos. Entrevistam especialistas que recomendam a felicidade a qualquer custo, lançando no sujeito a responsabilidade pelo seu cuidado.

Enquanto isso, o Estado minimiza a força do vírus: "é apenas uma gripezinha". É o contexto fértil para que afetos se componham como constelação de paixões tristes, que nos enredam na servidão e polarização, na qual alegrias flutuantes também fazem parte. Afetos que não se apresentam sozinhos, mas sempre com outros, da mesma categoria ou contrários, sempre em movimento, em ato, sendo uma dinâmica marcada por flutuação de ânimo e tensão. Fica claro neste livro a centralidade do medo e da esperança, um par afetivo destacado por Spinoza como o mais político dos afetos.

Também observamos como a relação entre medo e esperança se altera à medida que o tempo passa e não se vê perspectiva de controle da pandemia, de descoberta de medicação e/ou vacina, de agravamento dos riscos sociais da pandemia a partir de fome, desemprego e agudização dos embates entre ciência e política. A esperança, que parecia superar o medo, no início, enfraqueceu, e ao medo vão se agregando outros afetos flutuantes tristes, como ódio, indignação e desconfiança. Sem esperança, o medo alimenta o ódio, a ira, a vingança e a revolta, além da melancolia e do ressentimento. Assim, esperança se transforma em fatalismo e fundamentalismo. As pessoas passam a lutar contra a morte e não em favor da vida. Enredados nesses sentimentos, não agimos. Só re-agimos e passamos a lutar contra a morte e não em favor da vida. Segundo Spinoza (Ética III, def. 36), "a ira é o desejo que nos incita a fazer o mal, por ódio àquele que odiamos" e a vingança "é o desejo que nos incita a fazer o mal por ódio recíproco a quem, possuído do mesmo sentimento a nosso respeito, nos causou dano" (SPINOZA, Ética III, def. 37). Além do mais, para ele a indignação "é o ódio a alguém que fez o mal a outrem" (SPINOZA, Ética III, Def. 20).

É importante ainda ressaltar que a variação entre esperança e medo reflete as condições sociais das pessoas. Portanto, é mediada pela desigualdade social de classe, raça, gênero e idade. Mas... de que se tem medo?

Uns da contaminação, outros do desemprego. Uns da fome, outros de engordar. Uns do isolamento, outros de não terem condições de se isolarem ou de se distanciarem. Uns da miséria, outros de perder a margem de lucro. Frente a esse movimento entre esperança e medo, o apelo à felicidade começa a ceder lugar à preocupação com a fé: "paciência, tudo vai acabar". "Não perca a fé!" Recomendações que não surtem efeito, pois como fala Spinoza uma paixão não muda por ação de uma ideia. A ideia em si é fria e não afeta a dinâmica dos afetos.

Igualmente importante de se ressaltar é a potência de vida que, segundo Spinoza, nunca é destruída, apenas enfraquecida. A dinâmica dos afetos é um drama repleto de tensões e conflitos, uma vez que reflete o embate entre o desejo de perseverar na existência e as forças bloqueadoras, que variam de acordo com a situação de classes das pessoas. Assim, a dinâmica dos afetos não tem um modelo único e homogêneo, uma vez que ela é do âmbito onde cada pessoa encontra o impacto da desigualdade estrutural, refletido em sua vulnerabilidade frente ao vírus. Durante a pandemia, observou-se que a rede de paixões tristes é abalada por alegrias flutuantes. Quando tudo parece perdido e a melancolia ético-política parece imperar sobre a maioria, apesar do risco de contaminação, uma nova potência de sentir, pensar e agir parece se reacender pelo poder coletivo de contestação das ruas, desde os painéis às manifestações multitudinárias para enfrentar as manifestações contra a democracia - como mostram os boletins compilados nesse livro.

Se a dinâmica dos afetos e paixões tristes incita a criação de sociabilidade do ódio, pode também alimentar a sociabilidade do comum, unidade de interesses, ou como diz Spinoza, do útil comum, o que se tornou uma necessidade urgente demonstrada pela pandemia. Ainda mais quando já está anunciado que terríveis vírus estão de prontidão a nos assombrar, à medida que a devastação de ecossistemas continua, alimentando o perverso vírus da desigualdade, que assola o país desde a sua invasão.

Marx (2011), em 1852, já nos alertava que a história se repete: primeiro como tragédia e depois como farsa. E como estancar tal processualidade, considerando a problemática? Ora, o presente livro, dentre todas as reflexões e orientações, oferece-nos a sabedoria do povo indígena, que vive a repetição histórica de pestes sem sucumbir à servidão. Este pode ser um caminho de ação.

Referências

MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. Tradução e notas Nélcio Shneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels).

PESSANHA, Pedro H. C. Reagindo para respirar e se reorganizar. In: SAWAIA, Bader. B.; BUSARELLO, Flávia R.; BEREZOSCHI, Juliana; ALBUQUERQUE, Renan. Expressões da Pandemia - vol. 7. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/nexin/expansoes-da-pandemia/expressoes-da-pandemia-vol-7.pdf>.

SAWAIA, Bader. B.; BUSARELLO, Flávia R.; BEREZOSCHI, Juliana; ALBUQUERQUE, Renan. Expressões da Pandemia - Fase 1. Embu das Artes-SP: Alexa Cultural, 2020. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/nexin/livros/expressoes-da-pandemia-primeira-fase-completo.pdf>.

SPINOZA, Baruch de. (1955). Ética. Trad. ThomazTadeu. (3ª ed.). Belo Horizonte: Autentica, 2010.

_____. (1677). Tratado Político. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, 1977.

_____. (1988). Tratado Teológico Político. (2ª ed.). Lisboa: Estampa.

FASE 2 - VOLUME 6
(Publicado em 06/06/2020)

APRESENTAÇÃO

A constelação do ódio na pandemia e o papel da indignação
frente às questões ambientais

O boletim "Expressões da Pandemia" entra no sexto volume. Estamos na "Fase 2" do maior surto epidemiológico dos últimos cem anos, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), que caracteriza o período vigente após a quarentena mundial decretada em março em três quartos dos países do globo, incluindo-se o Brasil. Diferentes formas de adoção do isolamento social, segundo a aceitação das nações, possibilitaram o achatamento da curva epidemiológica na Ásia e Europa, promovendo queda na taxa de contágio do vírus. Porém, no Brasil, a situação foi diferente. Saltamos do 11º lugar no ranking de casos para o terceiro lugar em infecções e o segundo em mortes. De acordo com o Imperial College/Reino Unido [1], em fim de fevereiro o número de reprodução (Rt) do SARS-coV-2 em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Amazonas atingia algo entre 2 e 3, e manteve-se em 1 e 2 até o mês de setembro, quando o necessário para a queda da pandemia é abaixo de 1.

E continuamos falando de afetos, entendendo que eles são papéis decisivos tanto na formação da sociedade política como na dinâmica do poder. Spinoza, no "Tratado Político", afirma que o Estado deve por em marcha uma política passional com vistas a defender sua permanência e acrescentar seu poder.

Nessa perspectiva, inspirados no filósofo, que coloca a ética e o político nos afetos, vimos a cada boletim analisando a movimentação desses na pandemia para conhecer as entranhas da dominação e o remédio contra ela, ou a relação dinâmica entre resistência e dominação, ou ainda, como fala Bove, em seu livro "Espinosa e a Psicologia Social", "entre o processo de animalização e o de singularização/autonomização do humano".

[1] TOLEDO, Karina. <http://agencia.fapesp.br/epidemia-de-covid-19-avanca-de-forma-heterogenea-e-ainda-sem-controle-no-brasil/33264/>, em 28 de maio de 2020.

Fazendo uma síntese dos cinco boletins anteriores, ficou claro desde o início que o sofrimento gerado pela pandemia não se deve apenas à letalidade da covid-19, mas, mas principalmente a comorbidades que acentuam sua gravidade: a extrema desigualdade social, os interesses econômicos acima das necessidades de saúde do povo e a ação do poder público que exponencia as anteriores.

O medo se manteve como o afeto central nesses dois meses e meio e sempre acompanhado, como já analisava Spinoza no séc. XVII, da esperança. De um lado, o medo, "uma tristeza surgida da incerteza do que ocorrerá no futuro"; do outro, a esperança, "uma alegria inconstante nascida de dúvidas de que algo ruim aconteça" (EIII Def. 12), que permite viver em angústia e motiva à obediência. E, continua analisando Spinoza, a esperança pode se transformar em segurança quando toda a dúvida presente no futuro é afastada, o que significa uma alegria atrelada à certeza de algo futuro. Porém, em nosso país, a esperança aos poucos foi enfraquecendo por força de incertezas na descoberta de medicamentos totalmente eficientes no combate ao vírus, da vacina, do crescimento da curva, e, principalmente, pelo agravamento das ações patogênicas do poder público, com atitudes negacionistas de autoridades, que transformam questões de saúde em ideologia, disputa política e oportunidade de fortalecer seu poder. Com isso, a esperança foi esmiuçando, a insegurança aumentando e se configurou uma constelação propícia ao sentimento de melancolia, à falta de ânimo, depressão, e até mesmo ao suicídio. Paralelamente, propostas divulgadas pelas mídias e redes sociais de tratamento e cuidado de afetos foram acompanhando a mudança. No início, a discussão dominante sobre afetos versava acerca de como ser feliz e criativo na pandemia, para evitar o tédio, o estresse e a ansiedade; para dormir melhor, com várias indicações sobre como exercitar-se em casa, fazer pães, assistir lives, bem como a preocupação com a estética, os cabelos branqueando. Em seguida, o alvo do cuidado dos afetos se voltou à alimentação da esperança. Os meios de comunicação destacaram não só o aumento implacável de morte e contaminação, mas os casos de superação.

Subtextos das mensagens são de que tudo vai passar e devemos nos manter, portanto, fortes. No entanto, ao sequenciarem dias e meses, insegurança, ansiedade e melancolia começaram a substituir a esperança.

E mais, o medo, personagem principal, enfraquece perante a força do ódio, em uma demonstração clara do potencial das comorbidades geradas pela ação do poder público sobre a ação do vírus, e especificamente de sua política afetiva.

No momento, o afeto que mais se destaca para além do medo é o ódio. O texto de Carmem e Renan trata desse sentimento como parte de uma política de governabilidade, associada à intenção de promover a agnotocracia.

Na filosofia spinozista, o ódio é uma paixão triste que acompanha a ideia de uma causa exterior (EIII. Def. 7). Ele fixa nosso corpo e alma em um único objeto e única ação, concentrando toda a nossa atenção no que supostamente é alvo desse ódio.

Porém, como ensina este grande pensador da dimensão ético-política dos afetos, um afeto, mesmo que cristalizado e dominante em nosso psiquismo, não reina sozinho. Ele está sempre acompanhado de outros sentimentos, ideias e ações.

O ódio se compõe com a ira, a indignação e a vingança. "A ira é o desejo que nos incita a fazer o mal, por ódio àquele que odiamos" (SPINOZA, EIII, Def. 36).

"Vingança é o desejo que nos incita a fazer o mal por ódio recíproco a quem, possuído do mesmo sentimento a nosso respeito, nos causou dano" (SPINOZA, EIII, Def. 37).

"A indignação é o ódio a alguém que fez o mal a outrem" (SPINOZA, EIII, Def. 20).

É uma palavra que contém em sua composição a ação junto com a cólera, que pode se alimentar da inveja ou da vingança. São ações reativas que só servem aos propósitos da política do ódio.

Nessa perspectiva, a sociabilidade instalada pelo ódio tende a aumentar a polarização social e o domínio do maniqueísmo, das opiniões falsas sobre si e os outros, que se espalham com facilidade, pois perde-se muito tempo, energia e atenção focando apenas no que julgamos serem motivos de nosso ódio. Uma sociabilidade que favorece, de um lado, à criação do soberbo, que no orgulho desmedido considera que tudo lhe é permitido, e de adutores, ressentidos e invejosos. Mas também cria os indignados, os irados e os vingativos. Assim, enredados nesses sentimentos, não agimos, apenas re-agimos, tanto os adutores e os soberbos quanto os indignados. Todos, porém, deveríamos focar em uma única causa, respeitando lições que o coronavírus revela como mais crueza, dentre elas a questão ambiental. Assim, deveríamos salvaguardar a natureza para reduzir o risco de futuras pandemias.

A ciência alerta que novas pandemias poderão ocorrer com frequência por conta da depredação imposta ao ambiente e pela ação da cobiça capitalista. A Revista Fapesp do mês de maio explicava que doenças emergentes da relação entre animais e humanos matam no mundo cerca de 700 mil pessoas todos os anos e o risco de surgirem novos surtos globais é grande. Estima-se que aves aquáticas e mamíferos sejam reservatórios para 1,7 milhão de vírus ainda não identificados, com potencial para infectar humanos. Ninguém tem ideia da quantidade de vírus potencialmente patogênicos existentes nas florestas brasileiras, que com a devastação poderão surgir [2].

A Revista apresenta sugestão de cientistas ligados à Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), com pessoas de diversas nacionalidades, para que seja adotada, em todos os níveis de tomada de decisão, a abordagem "One Health" (saúde única) como forma urgente de salvaguardar a natureza e, assim, reduzir o risco de futuras pandemias.

[2] COVID-19 Stimulus Measures Must Save Lives, Protect Livelihoods, and Safeguard Nature to Reduce the Risk of Future Pandemics (Medidas de estímulo econômico para minimizar efeitos da COVID-19 devem salvar vidas, proteger meios de 999), O texto é de Peter Daszak (EcoHealth Alliance, Estados Unidos), Josef Settele (Helmholtz-Centre for Environmental Research, Alemanha), Sandra Díaz (Universidade Nacional de Córdoba, Argentina) e Eduardo Brondizio (Indiana University, Estados Unidos).

A perspectiva vai na contramão do Ministério do Meio Ambiente, que tem se esmerado, desde o ano passado, em liberalizar, pouco a pouco, o controle ambiental sobre unidades de conservação e terras indígenas. Agora, esse processo pode saltar a novo patamar, ainda mais no contexto em que o ministro Ricardo Salles pretende aproveitar o foco atual, concentrado na pandemia, para fomentar a propagação da ignorância e "passar a boiada" nas regulações ambientais hoje existentes.

Quem pode nos salvar? Ouçamos os que intuitivamente sempre respeitaram os princípios da "One Health", as comunidades locais/tradicionais, que pagam o preço dos surtos para doenças resultantes da depredação. Elas souberam exercer essa medicina, mas não são incentivadas a isso. O presente boletim (Vol. 6) traz esses ensinamentos pela voz de indígenas, ribeirinhos.

A poesia de Elisa Harumi, além dos textos de Eugenia Bridget, Jussara Inácio, Josias Sateré e Carmen Junqueira e Renan Albuquerque, sublinham questões socioambientais elencadas no atual momento do país. A indígena Tariano Jonilda Hawer, residente da capital do Amazonas, integra a seleta de informações da edição, juntamente com dois resumos de pesquisa, um da Universidade Presbiteriana Mackenzie e outro da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Esse conjunto de expressividades científicas, reunido no boletim, podemos afirmar, é emblemático também no momento atual do Nexin. Porque antes da peste atingir e mudar a vida de todos, exatamente para o fim de maio estava programado o III Encontro Nacional do Nexin, na PUC-SP, e autoras e autores aqui em destaque, neste volume, estariam presentes nas reuniões e congregações científicas do evento, para justamente alertar sobre perigos da injustiça ambiental e buscar formas de resistência, o que acabou por se evidenciar como inevitável com o corona. Então, que seja pela data de lançamento ou ainda pelas pessoas que integram a coletânea, mas principalmente pela humanidade, vale a pena destacar a questão socioambiental na análise da pandemia.

Fechamos esse apresentação do Volume 6 com uma pergunta:
em se tratando das comunidades tradicionais, será que a
história não está se repetindo, agora como tragédia?

Bader B. Sawaia
Profa. Titular da PUC-SP. Docente Permanente
do Programa de Estudos Pós-Graduados em
Psicologia Social. Líder do NEXIN.

Renan Albuquerque
Professor da Faculdade de Informação
e Comunicação da UFAM. Líder do NEPAM.

Distopia em alto mar

Oyá, oyá, lá no fundo se avista a embarcação
Há um passageiro desconhecido
Seu sobrenome é antítese da salvação
Do Novo Mundo

Velho Mundo adoeceu
Sua linguagem transfigurada em carrascos
Corpo desfigurou, caíram os cacos
Sua voz estremeceu

Cachimbo da paz apagou
Capitães do mato assolam a terra
Januário, cadê você? A terra avermelhou
- As portas do passado estão cerradas.

Iemanjá, vem nos visitar
Suas ondas são lágrimas salgadas, unidas pela dor
Chora, Iemanjá, aos seus pés suas filhas erguem-se
Hoje é dia dois de fevereiro, odoyá Iemanjá!

Terras tens querereres
Onde queres Salvador, sou Salvadora
E onde queres Papa, sou Papisa
Onde queres estética, sou ética

Oyá, oyá, o ciclo recomeça
Há um passageiro escondido no convés
Seu sobrenome é antítese da utopia.

Elisa Harumi Musha

Trabalhadora brasileira com descendência okinawana,
herdeira de muitas das lutas de nossas(os) antepassadas(os).
Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP e professora
universitária na Faculdades Integradas de Ciências
Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos (FG) e na
Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Boiçucanga, 07 de maio de 2020.

O novo coronavírus e a velha injustiça ambiental

A pandemia instalada pelo SARS-coV-2, ou novo coronavírus, traz muitos elementos para análise das formas de desenvolvimento de uma vida humana no século XXI. Uma avaliação possível é que a covid-19 esfacela ideias e movimentos hegemônicos impulsionadores do "capitalismo do desastre" (NAOMI KLEIN, 2000) e seu "processo de produção destrutiva" (MÉSZÁROS, 1989) que se desenvolve em larga escala promovendo injustiça socioambiental e ameaçando a vida planetária. Para além do poder de letalidade inerente ao vírus, o alcance de contaminação, o fator patogênico e a quantidade de óbitos revela a falência da pauta neoliberal que comporta: Estado mínimo, cuja consequência mais visível em tempos de pandemia se traduz na incapacidade de assistência à saúde e assistência social para todos; individualismo exacerbado impregnado nas relações com outros corpos e consigo mesmo, evidenciando dificuldade de produção social do cuidado e proteção de si mesmo; e consumismo irracional, pautado pela concorrência indiscriminada imposta pelas novas formas de acumulação do capital que espolia e destrói espaços concretos e simbólicos de vida. Tudo isso junto afunila os caminhos de expansão da existência para milhões de seres.

Cientistas apontam que a forma predatória como nos relacionamos com o planeta e com os outros modos de vida rompe as barreiras que separam os vírus animais e humanos, expondo-nos à condição de hospedeiros de formas até então desconhecidas e letais. Nessa perspectiva, afirmam que uma pandemia dessa proporção já era esperada. Do ponto de vista sócio-político, a extrema desigualdade, historicamente instalada nos países e regiões de capitalismo periférico, retiram direitos fundamentais e decretam a morte de milhões de pessoas que não podem pagar por leitos de Unidade de Terapia Intensiva, medicamentos, alimentos e cuidados. A sistemática destruição do tripé da seguridade social (previdência, assistência social e saúde), portanto, também é responsável pela amplitude do problema.

Há, portanto, um profundo abalo da cartilha da salvação neoliberal e universal do progresso, cujas marcas são o crescimento econômico sem limites, os sacrifícios que grande parte da população deve realizar para alcançá-lo (fim do Estado protetor e das políticas públicas redistributivas) e a recompensa final pelo acesso ao paraíso do consumismo desenfreado (FIRPO, 2020, p. 33).

Não é à toa que o maniqueísmo político insiste em polarizar o debate entre economia e saúde, retirando a centralidade ético-política de manutenção da vida da agenda mundial. Porém, a causa do problema não se encontra no aparente antagonismo entre economia e saúde, mas sim na formulação de um projeto de sociedade guiado pela lógica do lucro máximo, que submete pessoas e ecossistemas a sofrimento, destruição e morte.

Em outras palavras, "o impacto econômico, demográfico e na saúde da disseminação do vírus depende de fissuras e vulnerabilidades preexistentes no modelo econômico hegemônico" (HARVEY, 2020, p. 16).

Para Harvey (2007), a atual forma de exploração e acumulação do capital, a espoliação, opera os novos mecanismos de valorização de capitais, entre eles: i) a ênfase nos direitos de propriedade intelectual e a biopirataria em favor das grandes corporações; ii) a mercantilização das formas culturais e simbólicas de expressão humana, com a exploração da cultura, sobretudo das comunidades locais; iii) a mercantilização dos recursos ambientais globais, como a água, o ar e o subsolo; e iv) as privatizações das reservas naturais comuns.

A privatização leva à escassez e a mercantilização à exploração indiscriminada, e essa dinâmica não atinge a todos os países periféricos de forma igual. As populações rurais e os pobres são os mais afetados. Tais segmentos, invariavelmente, ficam expostos a efeitos da degradação ambiental e da falta de recursos necessários à existência, configurando o que denominamos de injustiça ambiental, que ocorre quando:

[...] grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território se enfrentam, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis — transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos — decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2010, p. 26).

A noção de justiça ambiental denuncia os efeitos nocivos desse modelo de produção e desenvolvimento e se coloca também como contraponto ao discurso e à prática ambientalista atolados na racionalidade técnica, que afastam de seu escopo análises sociopolíticas e econômicas indispensáveis à compreensão dos conflitos estabelecidos. Segundo Silva (2015, p. 54):

O discurso ambientalista, ainda quando formula a crítica ao produtivismo, não o apreende como lógica intrínseca ao modo capitalista de produzir. Ao separar capitalismo e produtivismo, deixa de agarrar as determinações da questão ambiental e promove o fetiche da possibilidade de edificação de uma sociedade de “capitalismo limpo”.

As saídas adotadas e a complacência/subserviência dos Estados ao mercado contribuem para a continuidade da depredação maciça do planeta, desproporcional ao engatinhar das políticas ambientais que, além de fragmentadas, não atingem o cerne do problema, qual seja, os próprios padrões capitalistas de produção e consumo em contradição com os sistemas e tempos de autorregulação da natureza e dos seres humanos.

Estima-se que, em todo o mundo, as condições socioambientais são responsáveis por quase 25% das mortes e doenças evitáveis. A falta de acesso à água potável mata 1,4 milhão de pessoas por ano, principalmente por diarreia e parasitoses. A poluição atmosférica provoca entre 6 e 7 milhões de mortes prematuras todos os anos, e aproximadamente 3,2 bilhões de pessoas, principalmente os povos dos campos, florestas e das águas, são afetados diretamente por atividades produtivas de grande porte, como agronegócio, mineração e barragens (ONU, 2019).

Embora inconcebível, a indagação que hoje baliza os argumentos do sistema para o enfrentamento da pandemia e que privilegia a produção/manutenção de riquezas para poucos é: o que pesa mais?, a fome ou a possibilidade de adoecer? Esse questionamento, infelizmente, é um continuum para boa parte da população mundial. A tenebrosa "escolha" entre a fome e a doença não é propriamente nova. Ela expressa, há séculos, simultaneamente e de forma contundente, a relação entre as formas de reprodução do capital, a gravidade da crise ambiental e a profunda desigualdade social a que estão submetidos.

Não estamos, portanto, diante de acontecimentos espontâneos ou imprevisíveis. Existem vulnerabilidades sistêmicas e estas persistirão para além da pandemia se não ocorrerem mudanças estruturais e estruturantes na forma como produzimos riquezas, convívio e como nos produzimos a nós mesmos.

Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo
Psicóloga e doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Professora Adjunta da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFdPar).
Membro do Grupo de Pesquisa "Psicologia Sócio-Histórica e Contexto Brasileiro de Desigualdade Social" e do "Núcleo de Estudos sobre a Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN/PUC-SP). Atua em psicologia comunitária e saúde coletiva. Suas pesquisas tratam de desigualdade e intervenção psicossocial.

Parnaíba/Piauí, 27 de maio de 2020.

A perenal pandemia vivida pelo eu indígena: uma
(re)leitura, a partir de um olhar do continente,
sobre reais pan demos

Escrevo a convite da professora Bader Sawaia, líder do Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão (Nexin), que me provocou a pensar sobre as "Expressões da Pandemia" que enfrentamos e destacar a experiência do indígena que vive no contexto urbano de espalhamento viral. A Abrama, fundada em maio de 2017, é uma associação de indígenas que moram em urbes e tem como meta garantir e defender os direitos dos povos tradicionais, visando o bem viver e o bem-estar social, político, econômico e cultural dos originários da região do Vale do Itajaí/SC.

A pandemia descrita nos dicionários diz ser uma palavra que deriva do grego παν [pan = tudo/ todo(s)] + δῆμος [demos = povo], ou seja, é uma epidemia (doença) que atinge a todos os povos. Mas, nestas páginas, vamos conversar sobre a pandemia vivida pelos povos indígenas. Sim, são muitos os povos indígenas que vivem no Brasil. Antes da invasão dos portugueses no ano de 1500, segundo informações da Funai [1], a população indígena era de aproximadamente 3.000.000 habitantes que se dividiam entre 1.000 povos diferentes. Atualmente, segundo dados do censo do IBGE/2010, somos 817.963 mil indígenas, representando 305 diferentes etnias, com 274 línguas.

Olhando para os dados, faço a seguinte reflexão: quem dizimou mais da metade do meu povo? Será que foi uma pandemia? Que cor tem essa pandemia? O que ela prega? Ela se alimenta do que? O que sustenta essa pandemia? Como ela conseguiu matar tanta gente? Por que ainda não conseguimos uma vacina, nestes 520 anos, que acabe com a pandemia que está matando os povos indígenas? "A perenal pandemia vivida pelo eu indígena: uma (re)leitura, a partir de um olhar do continente, sobre reais pan demos" é a história contada sob o olhar do indígena em relação aos estigmas impressos na sua pele, alma e espírito, todos deixados pela crise histórica.

[1] FUNAI é a Fundação Nacional do Índio, fundada em 1967, órgão oficial do governo que atua na proteção dos povos indígenas.

No dia 22 de abril de 1500 o mar trouxe uma pandemia que chamamos de homem branco. Sujo, faminto, doente, fedendo e com sede. Estas eram as características palpáveis da doença que aportou em nosso litoral. Mas a sua essência só nos foi apresentada depois. E não possuíamos imunidade para combater essa pandemia, o que ocasionou a morte de muitos parentes [2]. No primeiro momento, ou no primeiro contato com a pandemia, alimentamos, saramos as feridas e demos o que beber. Acreditamos que, cuidando daquele corpo estranho que chegou para nós, logo este também seria nosso parente e naturalmente compartilharíamos a terra, nosso alimento, nossos costumes. Porém, o que proporcionamos com os cuidados aos que chegaram foi força ao corpo que potencializou reproduzir aquilo que sua essência gritava. Foi quando nos apresentaram o porquê de estarem aqui.

A pandemia violentou nossos corpos de todas as formas. "O primeiro mestiço nascido nesta terra, o primeiro brasileiro, pode ter sido fruto do estupro de uma índia por um português". Feriram com golpe de facão e também com bala e pólvora nossos homens. A pandemia andava "pelas matas à caça de índios e índias, estas para o exercício das suas torpezas e aqueles para o granjeio de seus interesses". A pandemia catequizou nossa religiosidade, matou nossa crença, mas salvou [3] nossas almas. A pandemia roubou nossa terra, nos confinou em espaço demarcado, domesticou, dominou, mas não nos silenciou.

O papel da história é importante na vida dos sujeitos, pois a partir da história podemos compreender fatos, acontecimentos e até mesmo questões para um futuro. São 520 anos de resistência a uma pandemia perene. Sobrevivemos em todos os espaços do território nacional. Estamos presentes nas aldeias demarcadas, nas terras não demarcadas, mas tradicionalmente ocupadas, nas zonas rurais, nos centros urbanos, nas capitais e metrópoles.

2] O termo "parente" é utilizado pelo indígena ao se referenciar a outro indígena da sua ou de outra etnia.

[3] O termo "salvou" é utilizado no texto, de forma irônica pelo autor, para expressar o falso salvacionismo na justificativa da catequização, pelo não indígena, do indígena no salvamento de sua alma.

Quando estamos fora dos territórios tradicionais, nossa identidade é resguardada por nossa essência. Apesar de termos vínculo comunitário, não atrelamos a identidade ao território demarcado. Somos indígenas, independente de onde habitamos. Mesmo porque a nossa essência nos afirma que o Brasil sempre foi a nossa aldeia. Apesar de que o Estado, o governo e muitos brasileiros negam a identidade do indígena, se este não estiver confinado ao território. E para além de negar a identidade ao indígena, também negam os direitos e garantias constitucionais.

Percebemos que nesses 520 anos morando em nossa casa o homem branco não aprendeu nada com a gente. Ele não se deu conta ainda o que é a natureza, como acontece o ciclo da vida e que somos parte deste ciclo. E, mais importante, para que tudo aconteça de forma equilibrada a natureza deve estar em harmonia. Atualmente estamos em total desequilíbrio natural, o que leva a humanidade à histeria, tentando imaginar causas para o desequilíbrio, justificar fatos e inventar curas. A natureza é tão pura em sua essência, tão perfeita em sua existência e tão certa em suas entregas. O exemplo disso, assim como de um pé de açaí não se extrai um aipim, é que um vírus que dizima uma raça é reflexo daquilo que a humanidade vem plantando. É a nossa vez de dizer a vocês: isolem-se, confinem-se, mantenham-se em seus territórios demarcados se quiserem sobreviver a tudo isso. E lembrem-se, água e milho não brotam de concreto!

Afunilando, bruscamente, essa conversa para a região do Vale do Itajaí e mais especificamente sobre os indígenas que vivem nestas cidades, mas fora da aldeia, posso afirmar que no Vale do Itajaí, assim como em todos os cantos do Brasil, a pandemia também foi cruel. Essa região do Estado de Santa Catarina passou a ser ocupada a partir de 1850 por uma pandemia germânica, que a história chama de colonizadores europeus. É claro que o discurso histórico das cidades da região narra que o colonizador chega para civilizar e fazer surgir da natureza selvagem um novo mundo para além dos mares [4].

[4] CUNHA, M. C. da., Introdução a uma História Indígena.

Na verdade, a partir do olhar do continente, a pandemia chega para subtrair a dignidade do originário da terra. A história conta sobre os obstáculos que os colonizadores enfrentaram para se firmar. Narra as lutas diárias que homens e mulheres enfrentaram durante o início da colonização e povoamento desta região. Como, por exemplo, os assaltos acometidos pelos bugres [5], os ataques e as enchentes. A história constrói na memória dos colonizadores que estes, mais que vítimas de um processo, são também protagonistas da ordem e do progresso.

Ser indígena em uma cidade como Blumenau/SC, por exemplo, que é uma referência no Vale, onde tudo nos é negado, em tempos de pandemia não desconfigura em nada o que vivemos no dia a dia, fora de uma pandemia neste território. Território originariamente habitado pelo povo Xokleng/Laklãnõ, Blumenau, com uma população um pouco maior que 300 mil habitantes (dados do IBGE), nega a presença do indígena na cidade. Sendo assim, onde não há sujeito também não há a necessidade de políticas de ações afirmativas.

De acordo com o Sistema Único de Saúde (SUS), é dever do Estado garantir o acesso à saúde integral para a população indígena, o que por sua vez não se aplica na prática no caso de Blumenau, que invisibiliza a população indígena do rol de pessoas vulneráveis e aptas ao recebimento da vacina da gripe, negando a imunização e atrelando a identidade ao território demarcado. Assim como as questões de saúde, na educação não é diferente quando a Universidade Regional de Blumenau (Furb) outorga política de acesso para indígenas que moram somente em aldeias, o que mais uma vez invisibiliza os habitantes das cidades, reforça a vinculação da identidade ao território demarcado e marginaliza o indígena do município. Deste modo, a cidade de Blumenau, hegemonicamente constituída de homens brancos, exime-se de qualquer responsabilidade social e histórica ante os Xokleng/Laklãnõ, e torna-se o exemplo fiel da pandemia.

[5] O termo "bugre" é um termo pejorativo utilizado pelos europeus ao se referenciar ao indígena. No texto em questão, a autora utiliza este termo em tom de ironia.

Para muito além de uma pandemia viral, no sentido fiel do que nos diz o dicionário, vivemos uma pandemia moral. Esta sim vem dizimando a humanidade. A destruição do solo e das nascentes, a escravização de povos e nações e o descarte desenfreado de materiais desnecessários, que contribuem para o desequilíbrio do ecossistema, são um mal que nos acomete. A pandemia no mundo nasce com o poder de uns sobre outros, e os únicos a se infectarem por este vírus são as próprias pessoas que, mesmo viventes em uma própria humanidade, alimentam diariamente a insegurança.

Jussara Inácio

Indígena Xokleng/Laklãnõ. Presidente da Associação "O Brasil é Minha Aldeia (Abrama)". Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Membro do Grupo de Pesquisa Filosofia e Educação. Graduada em Direito pela Universidade Regional de Blumenau FURB.

Blumenau, 03 de junho de 2020.

Indígenas Sateré-Mawé, os invisíveis moradores da capital mundial do folclore

Será que nós já tentamos imaginar as distintas realidades vividas por diversas sociedades globais e brasileiras nesses tempos de pandemia? São situações que foram provocadas, induzidas e impostas às pessoas pelo novo coronavírus. Sim. Sabemos. Mas, em algum momento do dia, isolados em casa, quem de nós chegou a pensar sobre os diferentes desafios, em seus diversos recantos do mundo e do nosso país, que cada pessoa está enfrentando para se proteger da covid-19?

Algumas realidades se destacam e me preocupam mais, devo dizer. Outras não. Por exemplo, os corpos valorizados pelo mercado, os que contribuem para endossar o capital e os que têm certa prioridade de acesso a tecnologias e saúde, estes não me preocupam tanto. Fico mesmo querendo saber é o que faz para se proteger contra o SARS-coV-2 a população pobre, da periferia, que sempre foi invisível.

Eu sei que os pobres são sacrificados porque o Estado, que deveria assisti-los, vende-se ao mercado e não consegue se posicionar de forma enérgica. Seria difícil saber ao certo as diferentes angústias que a pobreza gera e mais complicado ainda seria descrever essas realidades críticas, haja vista que são inúmeras. Cada contexto regional do Brasil carrega consigo diferentes experiências. Logo, a recomendação desse período é ficar em casa. O significado de tal expressão impacta a vida das populações de forma positiva ou negativa. Os fatores a ela relacionados dependem do lugar e de onde se vive no mundo e em nosso país. A verdade é que cada pessoa tem uma história a contar, um conhecimento a partilhar, um motivo para continuar e reinventar suas estratégias e propósitos de enfrentamento à pandemia.

Estamos todos em quarentena, aqui pelo Baixo Amazonas, Amazônia Central, de onde eu escrevo. Apenas funcionam serviços essenciais, como bancos, supermercados, farmácias, posto de gasolina etc.

A população em geral e o meu povo também têm sido orientados a ficar em casa, principalmente as pessoas enquadradas em situação de risco: com doenças crônicas, diabetes, hipertensão, cardiopatias etc. Na cidade de Parintins/Amazonas, que fica do lado da terra indígena dos meus parentes Sateré-Mawé, as pessoas até que evitam a aglomeração e a propagação rápida do vírus. Sabemos, todos, que é uma medida protetiva para a maioria, porque impede o colapso do sistema de saúde da região.

A partir dessa reflexão inicial, de conjuntura, trago a vocês, particularmente, a saga de um personagem, Douglas Sateré. Ele é artista, oriundo da TI Andirá-Marau, e faz parte de uma das 13 famílias que moram na Casa de Trânsito de Parintins/AM, conhecida como "Casa do Índio". Douglas compartilha seu ateliê nessa mesma casa, onde até chegava a fazer exposições de arte e artesanato antes da peste. Mas a "Casa do Índio" foi fechada devido à pandemia. E hoje a realidade desse personagem se confunde com a de tantos outros indivíduos, coletivos e familiares pobres que são nossos parentes Sateré-Mawé. São meus irmãos e minhas irmãs que estão invisibilizados pela sociedade. Trago o depoimento de Douglas.

Sou Douglas Sateré. Moro na cidade de Parintins há sete anos e, há três anos, coordeno a Casa de Trânsito ("Casa do Índio"). A gente se sente sem saída agora. Antes da pandemia, vendíamos nossos artesanatos aqui na Casa de Trânsito. Depois que passamos a fechar nosso ponto de venda, ficou difícil. Estamos sem vender nada e sem dinheiro. Agora é esperar pela boa vontade das pessoas de bom coração para nos ajudar. Parou tudo, afetou tudo. Tenho bastante encomenda, mas não posso fazer nada, está tudo parado. Liguei para meus clientes e a resposta foi "depois da pandemia voltaremos a negociar novamente". Agora tenho peças prontas de artesanato e não posso vender. Se eu não vender, não posso receber. Sem dinheiro, fica difícil comprar alimento para sustentar minha família. Semana passada, comunicaram para fazermos um cadastro na Funai. Já fizemos e agora estamos esperando. Até o momento, nada. Estamos aguardando a chegada das cestas básicas. A Sesai está aqui perto de nós.

Compartilhamos o mesmo muro, mas quase eles não vêm aqui. Agora, recente, trouxeram algumas cestas básicas e EPIs. Eles devem vir mais aqui, para palestrar e ajudar a orientar as famílias. Precisamos de informações sobre a proteção contra o vírus. A gente sempre ouve da coordenação da Sesai que os indígenas da cidade não são responsabilidade deles. Porém, temos uma visão diferente. Há muitas famílias aqui na Casa de Trânsito que não vieram para morar. São passageiras e apenas vêm ver como estão seus filhos que estudam na cidade. Agora, de uma hora para outra, com a pandemia, foi proibido o retorno para a TI Andirá-Marau. Muitas famílias não puderam mais voltar. Estão aqui não porque querem, mas foram impossibilitadas de viajar.

Têm famílias que estão no censo de suas comunidades. Entendo que temos o nosso direito ao atendimento, seja na aldeia ou na cidade. Mesmo assim, a Sesai diz que não são de sua responsabilidade os indígenas da cidade. Só que a doença não escolhe lugar, hora e nem momento. A gente pode adoecer em qualquer lugar, na aldeia ou na cidade. Precisamos de um olhar humano das entidades governamentais. De ação, informação, apoio e ajuda, agora e depois da pandemia. O Estado precisa fazer seu papel de autoridade e falar com o povo. O governo municipal pensa que nós estamos doentes, porque ninguém aparece para nos orientar ou pelos menos perguntar se estamos vivos. Eles passam aqui na rua todos os dias, na frente da Casa de Trânsito, e fingem que a gente nem existe (Entrevista com Douglas Sateré, 49, em 07/05/2020).

São inúmeros os desafios que o povo Sateré-Mawé vivencia na cidade. Todos semelhantes à experiência de vida do senhor Douglas. A face do problema, revelada em termos amplos em tempos de pandemia, eu diria, na função "lente de aumento", mostra escancaradamente problemas que nos assolam há anos. Boaventura enfatiza que a pandemia visibiliza e acentua a omissão do Estado e a violação dos direitos dos povos originários da Amazônia. Esses fatos narrados confirmam o abandono dos indígenas que moram na cidade, que são invisíveis e hoje, mais do que nunca, precisam criar estratégias para sobreviver.

Nesse contexto, para nós, indígenas, não há fronteiras, porque nas cidades ou nas aldeias continuamos indígenas. Não existe justificativa plausível que nos exclua do exercício dos direitos de cidadania. O povo Sateré-Mawé está localizado entre os limites jurídicos das cidades de Parintins/AM, Barreirinha/AM e Maués/AM. Nenhum dos seus 12 mil membros étnicos perde sua cultura ou identidade se estiver em um ou outro lugar. Isso não faz sentido.

Portanto, não nos incluir nos planos emergenciais implica em negar nossos direitos enquanto cidadãos, sobretudo porque precisamos usufruir dos benefícios coletivos de forma democrática. Estamos sendo esquecidos pelos poderes públicos do município de Parintins/AM. Assim, se a Lei Orgânica do Município, que é responsável por normatizar atos e prioridades, não contemplar os indígenas em contexto urbano, isso representa uma negação dos direitos.

A situação se agrava quando representantes jurídicos, bem como associações indígenas, não conseguem organizar um plano de ação para ajudar a nós, famílias Sateré-Mawé, mesmo em uma crise sanitária. A pandemia mostra seus problemas e torna clara a incapacidade de mobilização para sanar demandas e necessidades do coletivo. As associações indígenas Sateré-Mawé, todas, que deveriam nos defender, não conseguem fazer a contento o que tem sido proposto. A política que o Estado traça para nós, nesse caso, deve ser repensada porque na hora que mais precisamos não temos apoio.

Ficamos presos nos labirintos do sistema capitalista. Ficamos paralisados em busca de alternativas. Deste modo, desconstruir o discurso de que indígena é apenas quem mora nas aldeias é um encaminhamento. Moradores indígenas das cidades não podem ser discriminados, considerados não indígenas. Não existe essa diferença. Ambos têm prioridades no atendimento das instituições indigenistas. Logo, é necessário questionar a velha ideia de que um indígena da cidade é menos importante que um indígena da aldeia.

Existe uma relação paradoxal instalada entre os moradores não indígenas da cidade de Parintins/AM e o povo Sateré-Mawé, porque nós, os invisíveis, povos originários, no tempo do festival folclórico do boi-bumbá, temos nossa cultura exaltada. Nossos saberes e fazeres são considerados singulares nos três dias de junho, durante o festival. Porém, no restante do ano, a marginalização persiste. A realidade retorna e emergem novamente preconceitos, discriminações e estereótipos a respeito dos nossos modos de vida.

Douglas Sateré, como chefe de família indígena, representa exatamente a dimensão dos desafios a que nos submetemos nos centros urbanos. Ele cristaliza em si a experiência de milhares de brasileiros que vivem na pobreza, sem assistência social. São, em geral, invisíveis largados à própria sorte, obrigados a suportar violações de direitos, envolvidos em uma situação grave e crítica, imposta às periferias. Na lista estão desempregados e desassistidos de toda ordem, obrigados a se expor ao vírus porque precisam sair cotidianamente para vender mercadorias e comprar alimento.

A quarentena, por adequada e preventiva que seja - e em verdade é a tática mais eficaz contra o vírus -, crava um punhal no peito dos mais vulneráveis, que vivem o dilema da proteção à saúde em face à necessidade de manutenção da vida. Um dilema, em suma, fictício, alimentado pelo Estado porque este se nega a dialogar e formar uma frente estratégica e multidirecionada de resiliência contra o novo coronavírus em regiões de grande trânsito indígena na Amazônia. O atual governo tem sido um dos mais inoperantes em termos de sustentabilidade e respeito a minorias desde 1964, na ditadura militar.

A atitude do senhor Douglas de sair da aldeia, se deslocar para a cidade e trabalhar no seu sustento, buscando pleno reconhecimento e cidadania, é também uma atitude de afirmação para a sua identidade étnica. Uma afirmação necessária, ainda hoje, aos Sateré-Mawé em contexto urbano, moradores do centro, dos bairros e das periferias da cidade de Parintins/AM.

Ademais, esta é uma realidade não apenas dos Sateré-Mawé/AM, mas de muitos povos indígenas do Brasil, que vivem tempos difíceis, sombrios e tristes, sendo potenciais alvos da criminalidade e agora do novo coronavírus.

Josias Sateré (membro do clã sateré/ut)
Graduado em Biologia e Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas. Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Ufam. Professor da Escola Indígena de Ponta Alegre do Rio Andirá, na Terra Indígena Andirá-Marau/AM. Guerreiro Sateré-Mawé pela linhagem dos lagarta (sateré/ut).

Comunidade Ponta Alegre, Rio Andirá,
TI Andirá-Marau/AM, 24 de maio de 2020.

A política de produção de ignorância de Bolsonaro é o maior vetor da covid-19

De 1º de janeiro de 2019 a 21 de maio de 2020, portanto em 506 dias como presidente, Bolsonaro deu 1.064 declarações falsas ou distorcidas [1]. Em meio à pandemia, o montante aumentou. Em março, abril e maio deste ano foram 135, 139 e 128 registros, respectivamente, sem contar a reunião ministerial divulgada dia 22 de maio, um show de horrores a parte. Nos últimos 90 dias, a alta nas falas falseadas fez da gestão atual um autêntico governo de produção de ignorância (agnotocracia). Mentiras são usadas para desqualificar adversários, atacar imprensa e enaltecer ações federais. As falas de Bolsonaro ainda influenciaram negativamente na taxa de isolamento em municípios onde ele foi mais votado e onde houve mais votos nulos, nas eleições de 2018 [2].

Informações falsas foram popularizadas atualmente como "fakenews". Mas no caso de Bolsonaro trata-se de ação co-ocorrente. Com ele, vemos uma política de produção de ignorância que usa desinformação, contra-informação e criação de rumores (boatos) para achincalhar desafetos e alimentar a cultura da violência entre seguidores fieis, que replicam suas ideias em redes virtuais e na vida real. Além do presidente, também incentivaram a agnotocracia o chanceler Ernesto Araújo, o ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, a ministra dos Direitos Humanos, Damares Alves, o ministro da Economia, Paulo Guedes, os ex-secretários nacionais da Cultura, Roberto Alvim e Regina Duarte, o presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, o presidente da Funarte, Dante Mantovani, o chefe da secretaria de Comunicação, Fabio Wajngarten, e o presidente do maior banco público de empréstimos para a classe pobre do país, a Caixa Econômica, Pedro Guimarães.

Parece claro o aparelhamento do Estado em função da mentira institucionalizada.

[1] www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/. 25/05/2020.

[2] papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3582908. 26/05/2020

O aparelhamento conta com uma suposta central, que seria o "gabinete do ódio", escritório de produção de ignorância. O "gabinete do ódio" é ventilado como atuante e verídico inclusive por ex-aliadas próximas de Bolsonaro, como a antiga líder do governo na Câmara, Joice Hasselmann. Segundo ela, nele se usam robôs como agentes de desinformação, contra-informação e rumor. "Eles escolhem uma pessoa e ela é massacrada [...] Dos 5,4 milhões de seguidores da conta do presidente Jair Bolsonaro no Twitter, mais de 1,4 milhão seriam robôs", revelou Joice, segundo a Agência Câmara de Notícias [3].

Ancorada à conjuntura, nota-se uma imprensa leniente, para dizer o mínimo, concentrada nas mãos do baronato. SBT e Record são conglomerados de comunicação que impedem abertamente, há um ano e meio, qualquer matéria jornalística que noticie a crise bolsonarista; Globo e Bandeirantes só em abril deste ano despertaram de um sono de silenciamento conveniente, após não terem condições de sustentar apoio ao presidente. Somemos a isso o fundamentalismo religioso, os "isentões" da política, a sanha empresarial ultraliberalista e o negacionismo científico. Pronto, temos um terreno fértil para fazer vicejar a agnotocracia em pleno surto da pandemia mais avassaladora desde a gripe espanhola.

Não a toa o Brasil hoje é o segundo país do mundo com mais casos de morte por covid-19, além de ser uma das nações que menos testa para detecção do vírus no planeta. A estratégia biopolítica do governo, dentro do âmbito do falseamento sistemático de fatos, promove obtusidade e exclui de ações de enfrentamento territorialidades e pessoas marginalizadas e invisibilizadas. Parafraseando Fanon, o Estado brasileiro [junto com o mercado] tem feito desaparecer de uma só vez todos os condenados da terra. Estes mesmos que, antes da peste, já viviam um massacre real, crônico, físico, forçado e legitimado por inúmeros simbolismos constantes no desenho político da própria história colonialista do Brasil.

[3] www.camara.leg.br/noticias/622252-joice-hasselmann-denuncia-milicia-e-gabinete-de-odio-na-disseminacao-de-fake-news/. 26/05/2020.

O Instituto Ipsos mostra que, entre os 15 países mais afetados pelo coronavírus no mundo, o Brasil é o segundo com maior descrença nos efeitos positivos do isolamento social [4]. Com a política de produção de ignorância, a taxa de prevalência da doença em São Paulo, epicentro brasileiro, variava em 5%. Na Amazônia, bioma tropical mais afetado do mundo, a taxa varia de 9% a 12,5%, sendo que os casos têm dobrado entre 27 e 31 dias [5]. Madri, Paris e a região da Lombardia, na Itália, tiveram taxas de 11% somente no ápice da crise, mas conseguiram em seguida fazer um forte trabalho de informação sobre a doença, o que ajudou na estabilização da curva de infecção, apesar de novos surtos se avizinharem [6].

No Brasil, o problema das subnotificações é enorme. A taxa de testagem no país é de algo em torno de 3,9 teste para cada mil habitantes, contabilizando-se também testes não específicos de covid-19, ou seja, os que abrangem vírus respiratórios em geral. Enquanto isso, na Itália são feitos 50,3 testes a cada mil habitantes e nos EUA 37,4 [7]. Se não existisse o Sistema Único de Saúde (SUS), a situação de barbárie estaria instalada, porque a internação para SARS-coV-2 tem custos que vão de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil em casos gravíssimos [8]. Com o SUS, o Estado paga o valor. Sem o SUS, estaríamos em uma tempestade sanitária e financeira muito pior do que já nos encontramos, em termos de promoção de saúde e renda em meio à peste. Nos EUA, por exemplo, um teste de detecção simples para covid-19 varia de US\$ 3 mil a US\$ 7 mil. Uma internação por seis dias em unidade de tratamento intensivo parte de US\$ 12 mil (pelo HealthCare, espécie de SUS dos EUA, mas público-privado), passa por US\$ 35 mil (para quem tem plano de saúde privado) e atinge US\$ 75 mil (para quem não se enquadra no HealthCare e não tem plano de saúde).

[4] www.ipsos.com/pt-br/54-dos-brasileiros-acreditam-que-isolamento-social-nao-impe-dira-disseminacao-do-coronavirus. 25 de maio de 2020.

[5] www.youtube.com/watch?v=OLHQfqdYRUw. 25 de maio de 2020.

[6] Bhatia S et al. 2020. Short-term forecasts of COVID-19 deaths in multiple countries. Imperial College London. 10 de maio de 2020.

[7] www.imperial.ac.uk/mrc-global-infectious-disease-analysis/covid-19/report-21-brazil/. 25 de maio de 2020.

[8] <https://www.businessinsider.com/coronavirus-covid-19-treatment-testing-costs-2020-3>. 25 de maio de 2020.

Na Amazônia, 70% dos hospitais de todos os municípios do interior do bioma tropical, onde são atendidas cotidianamente 10 milhões de pessoas, incluindo cerca de 265 mil indígenas de mais de 70 etnias, possuem menos de 65 leitos hospitalares disponíveis, não dispõem de leitos de UTI e nem de pessoal especializado fixo para tratamento de alta complexidade [9]. Sobre o assunto, em 16 de abril foi publicado manifesto na Revista Science com a seguinte provocação: "[...] o Brasil tem uma enorme responsabilidade de impedir que povos indígenas sejam contaminados pela covid-19. Além disso, é preciso proteger a população em geral [da Amazônia] por meio do isolamento social. Com o estímulo à invasão de terras por garimpeiros e grileiros, o movimento do governo e seus apoiadores vai na direção contrária. Se acontecer um genocídio dos povos indígenas da Amazônia, vai demorar décadas para o Brasil ser respeitado de novo" [10].

Uma semana após essa carta-protesto ser divulgada no respeitado periódico, o governo brasileiro se dignou a responder à comunidade científica, porém de modo contraditório, como de praxe, criando o "Conselho da Amazônia" para fazer frente à demanda de assistência sócio-sanitária no bioma. Com intenção de "coordenar e acompanhar a implementação de políticas públicas relacionadas à Amazônia Legal", incluindo o combate ao coronavírus, decretou-se implantação do Conselho. Formado às pressas, sem participação de universidades, centros de pesquisa, Ibama, Incra, Funai ou ONGs técnico-especializadas, o Conselho tem 15 coronéis, sendo 12 ligados ao Exército e três à Aeronáutica, além de um general, dois maiores-brigadeiros e um brigadeiro. O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, general da reserva, coordena a juntada de militares que desdenhou de professores, cientistas (de humanas, biológicas, agrárias e da saúde, sobretudo), técnicos ambientais, agroflorestais e associações de sociais e trabalhistas de classe.

[9] Phillips, T. & F. Maisonnave. 2020. 'Utter disaster': Manaus fills mass graves as Covid-19 hits the Amazon. The Guardian, 30 de abril de 2020.

[10] Ferrante, L. & P.M. Fearnside. 2020. Protect Brazil's Indigenous peoples from COVID-19. Science 368: 251. <https://doi.org/10.1126/science.abc0073>. Ferrante, L. & P.M. Fearnside. 2020. Proteger os povos indígenas do COVID-19. Amazônia Real. 25 de maio de 2020.

O "Conselho da Amazônia", em suma, não quis a sociedade civil no planejamento e aplicação de estratégias para pensar a sustentabilidade do maior bioma tropical de floresta do mundo. O modo de criação do "Conselho da Amazônia", também instituído para operacionalizar ações de mitigação contra o SARS-coV-2, foi criticado por Ministério Público Federal, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Cimi, CPT, Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica) e Frente Parlamentar Mista de Brasília. Sem se importar, o organismo estatal manteve a estrutura militarista de composição e não acenou a qualquer abertura democrática. Nem mesmo quando a organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) começou a atuar na região, dia 25 de abril, e comunicou que se iniciava um cenário de crise humanitária na Amazônia, a juntada de militares quis abrir diálogo.

Logo depois disso, na primeira semana de maio, a Harvard School of Public Health, chefiada pela cientista brasileira Marcia Castro, docente da Harvard University Center for the Environment, e a Rede Eclesial Pan-Amazônica, que reúne lideranças cristãs de toda a América Latina, quase ao mesmo tempo denunciaram que a Amazônia tinha entrado definitivamente em uma crise humanitária. Mesmo assim, novamente, o "Conselho da Amazônia" deu de ombros e agiu sozinho, editando sem consulta, em 21 de maio, no Diário Oficial da União, a Portaria 265, que previu por poucos dias ação do Ministério da Justiça e da Força Nacional de Segurança Pública para a região.

Afirmando ter seus próprios tempos e planos de ação socioambiental à Floresta Amazônica, na Portaria 265 o Conselho destacou como prioridades "atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio", sem detalhar como e em quais circunstâncias o trabalho seria realizado. Ao fazer isso, a nosso ver, o Conselho ignorou o colapso funcional da rede amazônica de serviços assistenciais e a implosão da infraestrutura de atendimento a povos nativos do bioma, além dos vizinhos Bolívia, Colômbia, Venezuela, Equador e Peru.

Esse pareceu mais um gravíssimo ato de desconfiança e desrespeito do governo Bolsonaro em relação a instituições públicas, privadas, de classe e do terceiro setor, em seus diversos segmentos. Desconfiança e desrespeito, aliás, que têm sido consolidados em números desde a crise humanitária ter se instalado na Amazônia.

A saber, o Estado do Amazonas precisa hoje de 4 mil leitos clínicos e outros 1 mil leitos de UTI para dar conta do avanço do SARS-coV-2 em seu território. Havia até maio 1.138 (clínicos) e 339 (de UTI), além de 79 Salas Vermelhas [11]. A população amazonense é de 4,1 milhões de pessoas. Até dia 04 de maio, perto de 45 mil testes RT-PCR e de soroprevalência foram realizados no Estado, quase o mesmo número de infectados confirmados, o que denota uma insuficiência de testagem para prever cenários futuros. O aceitável seria que fossem feitos testes em massa e com rapidez, o que não foi o caso estadual e nem regional, para depois se pensar em discutir uma reabertura gradual, tendo em vista a contenção da disseminação a partir de uma política rígida de monitoramento de casos.

São alguns dados sintomáticos das formas de sustentação do governo federal, que toma decisões de combate ao vírus sem base científica. Os números são prova do quanto a política de produção de ignorância do presidente tem feito mal ao Brasil e em especial à Amazônia. Um governo legítimo precisa de multilateralidade de argumento, planejamento, conhecimento e expertise, pilares que faltam a Bolsonaro e seu séquito ministerial. São preocupações manifestas que não apenas tornam clara a mais forte base de sustentação do surto epidemiológico do SARS-coV-2 na região norte, a questão ideológica. Por fim, perguntemo-nos: quais reflexões podem ser elencadas a partir da trágica experiência do Estado, com apoio do mercado, que pressiona ainda hoje para a reabertura do comércio nortista nas urbes, quanto à crise humanitária na Amazônia?

[9] A Sala Vermelha é destinada a pacientes que necessitam de cuidados e vigilância intensivos. Em geral, pessoas que aguardam a definição de um diagnóstico, uma cirurgia de emergência ou transferência para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

Pelo menos duas respostas são prováveis de serem interpretadas acerca da problemática, sobretudo no que tange à compreensão do papel que o Estado federativo vem realizando. Uma, que o governo Bolsonaro realmente não tem a menor intenção de dialogar de forma aberta e democrática a respeito das melhores práticas científicas, sanitárias e socioambientais para a maior e mais importante região de floresta tropical contínua do planeta Terra, que abriga um gigantesco contingente de povos originários e não contatados do mundo. Duas, que tudo mais para além disso é o velho mais do mesmo da agnotocracia bolsonarista e de sua biopolítica da morte, que até o momento produziu mais de 140 mil mortos por covid-19 no país.

Carmen Junqueira

É professora titular do Departamento de Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo desde 1979 e recebeu o título de professora emérita desta universidade em 2002. Dedicou-se à defesa dos povos indígenas e a projetos de pesquisa e cooperação com povos da Amazônia e de São Paulo. É membro do Conselho Consultivo do Centro Brasileiro de Planejamento (Cebrap) e do Instituto de Antropologia e Meio Ambiente (Iamá).

Renan Albuquerque

É professor da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Tem pós-doutorado em Antropologia pela PUC-SP (2017), com visitas de pesquisa em Universidade Nacional da Colômbia. É Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Lidera o NEPAM.

São Paulo-Manaus, escrito em 04 de junho e atualizado em 27 de setembro de 2020.

Pandemias e "brancos": relatos de como sobreviver

Abro esta resenha agradecendo pelas narrativas de meus pais, Uhiaka e Nanaï, que buscaram, no fundo de suas memórias, histórias de antigamente. Meu pai é filho de branco húngaro com índia tariana e minha mãe é tariana Makuya. Pense na mistura.

Quando ainda criança, em 1957, a moradia de meu pai ficava em uma pequena vila chamada Santa Maria, em Iauaretê/AM, onde as casas eram feitas de palha. Na época já havia lá pessoas que os indígenas chamavam de "branco": eram principalmente padres europeus (fundadores da missão salesiana) e freiras vindas de outras regiões do Brasil. Na época ainda não existia o internato salesiano, e a escola local tinha apenas até o Elementar (que seria a 5ª série).

Já naquele tempo ouvia-se falar de doenças consideradas muito perigosas, que traumatizavam a todos. As mais conhecidas eram: catapora, coqueluche, sarampo, tuberculose e bexiga (esta provavelmente era a varíola, uma vez que causava bolhas grandes por todo o corpo e muita febre). De modo geral, moradores consideravam todas essas doenças como gripes que se manifestavam de diferentes formas. Entre as mais temidas dessas doenças estavam a bexiga e a tuberculose, que os moradores locais sabiam que tinham sido trazidas pelos brancos.

Infelizmente essas doenças se proliferavam de maneira rápida e mortal, por conta do modo de vida que as pessoas levavam nas aldeias ou mesmo nas comunidades, pois tinham costume de compartilhar tudo entre elas, principalmente em dias de festejo, onde era considerado até uma afronta se alguém, mesmo o "branco", se negasse a compartilhar a mesma cuia onde se oferecia a bebida ou o alimento, e assim iam se transmitindo as doenças, chegando até mesmo aos povoados mais longínquos.

Por conseguinte, aqueles indígenas que sabiam que a transmissão ocorria dessa forma fugiam para locais distantes. Ficavam a um dia inteiro de jornada, adentrando na floresta, onde faziam pequenos tapiris provisórios nas proximidades das roças. Isso ocorria sempre que era comentado no povoado que pessoas estavam por chegar na comunidade, provavelmente trazendo doenças. Podiam ser familiares que chegavam de viagem, às vezes já com certos sintomas de gripe, ou os próprios salesianos. Esse era o momento de fazer o isolamento, ou seja, fugir mesmo.

A maioria das famílias se isolava em torno de 30 dias. Isso porque no local onde acampavam tinha como continuar cuidando da roça e conseguir alimento, caçando e pescando nos igarapés. Após esse período, uma pessoa da família (geralmente o pai) ia até o povoado para se inteirar da situação, pois essa era uma forma segura de se certificar que a família poderia retornar (ou não) às atividades junto do seu povo, sem o risco de contrair esta ou aquela moléstia. Porém, a família, antes de retornar, mesmo assim fazia o "wetidarese" (benzimento de proteção), só para garantir mesmo.

Por outro lado, havia famílias que moravam em lugares distantes, como em ilhas e nas margem dos rios, como no caso de Nanaí. As narrativas sobre as doenças perigosas chegavam até as famílias por meio de pessoas que retornavam da missão salesiana, aonde tinham ido fazer trocas de produtos, como farinha, banana, peixe, tucum, moqueado, entre outros, por mantimentos como anzol, sal, sabão, espoleta, chumbo, terçado, querosene etc. Essas pessoas traziam tristes notícias de mortes e doentes. Quando esses relatos se espalhavam em tempos de festejos dos brancos (como Páscoa, festas juninas e Natal, por exemplo), onde todos nós éramos convidados, as famílias não se atreviam a participar. Além do mais, até mesmo pequenas reuniões por perto eram canceladas. Tudo para evitar contato com outras famílias. Por parte de nós já estar em condição de isolamento, não era preciso adentrar na floresta, pois estes já estavam seguros. Pode se considerar que o medo assolava a todos quando, pois, havia casos de mortes por conta do contágio.

Minha mãe narra o caso de suas duas irmãs. Uma tinha um ano e outra seis meses de vida. Elas faleceram de coqueluche na mesma data. A mais velha pela manhã; outra mais nova pela tarde. Com certeza foi um grande sofrimento para a família, principalmente para uma mãe. O contágio das duas crianças supostamente ocorreu por conta dos viajantes de outros povoados que retornavam e tinham que obrigatoriamente parar naquela ilha para pernoitar.

Nesse momento eram recebidos pelos anfitriões de maneira amistosa, tanto que o avô de minha mãe (que era Kumu) conversava com as pessoas até altas horas da noite. Ali era servido alimento e bebida. Outra forma de transmissão era por meio dos indígenas trabalhadores no seringal da Colômbia, pois ao retornarem já vinham contaminados, infelizmente.

Na atualidade, mesmo aqueles indígenas que estão em um contexto urbano, ao ficarem frente a frente com as ameaças das doenças dos "brancos", como é o caso do novo coronavírus, sentem que a forma mais concreta de proteção é ir para bem longe. Minha mãe relata que minha avó, uma idosa de 86 anos da etnia Baniwa, quando ouviu falar da chegada do coronavírus na cidade de Manaus, ficou desesperada e com medo, e lembrou de sua infância. Minha avó disse que quando os pais ouviam falar de doenças horríveis chegavam a se isolar em meio às formações rochosas (chamadas por ela de "casa de pedra"), localizadas nas imediações das roças e próximo aos igarapés. Recordando disso, teve vontade de ir embora para esses lugares, para se proteger dos acontecimentos atuais.

Esse comportamento nada mais é do que o bom e velho isolamento social colocado em prática, já naquela época, pelos indígenas. Porém, vale notar que nós não deixávamos de exercer atividades e continuávamos caçando, pescando e plantando, o que é uma coisa positiva, considerando esse contexto.

Porém, não podemos concluir sem refletir sobre a principal doença de "branco" que assola os indígenas de todas as idades e regiões do nosso Brasil: o alcoolismo.

E para essa moléstia parece não haver quarentena ou isolamento que resolva, e tampouco percebemos algum tipo de interesse, desde sempre, da parte das autoridades, em encaminhar uma solução para esta enfermidade, que é tão mortal quanto as descritas acima e que tanto assolaram e amedrontaram meus ascendentes.

Temos neste caso um agravante que dá uma dimensão ainda maior para o problema: enquanto antes os indígenas fugiam das doenças para se proteger, no caso do álcool eles correm atrás e não percebem que estão em um caminho sem volta, que pode comprometer seriamente sua saúde e até mesmo leva-los à morte.

Jonilda Hauwer Gouveia

Indígena Tariano. Mora no Parque das Tribos, em Manaus/AM.
É mestranda em Antropologia Social pelo PPGAS/UFAM. Atualmente,
integra o Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI).

Manaus/AM, 05 de maio de 2020.

SESSÃO TEMÁTICA

Os resumos, por sequência de publicação, estão inclusos nas subdivisões que seguem assim numeradas:

I. Relatos de Sofrimento Ético-Político

II. Desigualdades Sociais e Práticas de Enfrentamento

A reinserção social através do trabalho e o resgate da subjetividade em ex-presidiários

Resumo: As ciências humanas há muito se dedicam a estudar as relações de poder entre os indivíduos e o meio em que estão inseridos. Tais relações, que se estabelecem em diferentes agrupamentos sociais, têm sido objeto de estudo desde os primórdios das civilizações (FOUCAULT, 1975), sendo descritas como formas de controle social pelo estabelecimento de relações de poder hierárquicas. O contexto prisional é imbuído de estratégias de dominação com o objetivo de moldar os indivíduos através da governabilidade sobre as tecnologias do "Eu", de forma a massificar e subtrair a subjetividade existente fora daquele contexto específico (CASTRO, 2004). A análise realizada no presente trabalho buscou compreender como o contexto prisional influencia na subjetivação dos corpos privados de liberdade, assim como as possibilidades de resgate da subjetividade a partir de iniciativas reintegradoras, como o trabalho. Para tal, realizou-se um delineamento qualitativo com a elaboração de um roteiro para a realização de entrevistas semiestruturadas, a fim de compreender as representações que os ex-presidiários têm perante a sociedade, assim como os preconceitos que são deferidos e norteiam o estereótipo. A pesquisa foi realizada em uma cooperativa de reciclagem do Estado de São Paulo que, desde 2007, acolhe pessoas em situação de vulnerabilidade social, abrigando egressos do sistema prisional. As dimensões do sofrimento ético-político retratadas durante a pesquisa e as entrevistas se deram, principalmente, pelo apagamento social vivenciado cotidianamente por estes indivíduos, que são inviabilizados e excluídos perversamente da sociedade, assim como pelas dificuldades de autorreconhecimento e reconhecimento dos pares que integram a sociedade, conforme relatos.

Palavras-chave: Reinserção social; Trabalho; Presidiários; Subjetividade; Resgate.

Autores(as): Thallis Sousa Silva, Julia Moura da Silva Acerbi, Mariana Uhelszki Rodrigues, Caroline Cruz. Instituição: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Significações de professores sobre as relações que estabelecem na escola

Resumo: Baseado nos pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural, sobretudo os de Vigotski, o estudo objetiva investigar significações atribuídas por professores às relações que empreendem na e com a escola, bem como o impacto das mesmas em suas ações educativas. Visto a centralidade das significações no processo de constituição e desenvolvimento do sujeito, consideramos que compreender significações presentes nas interações dos professores e refletir sobre as mesmas promove novas significações e possibilidades de relacionamento que superem conflitos subjacentes à vida escolar. Tal investigação não pretende a universalização da compreensão, e sim uma ênfase nas condições materiais de existência da escola pública, com problemáticas e potencialidade particulares. A pesquisa em curso caracteriza-se como de natureza qualitativa e suas informações serão construídas a partir da realização de oito entrevistas semiestruturadas com professores: do sétimo (2) e do nono (2) anos do Ensino Fundamental II e do primeiro (2) e do terceiro (2) anos do Ensino Médio, de uma escola pública estadual do interior do Estado São Paulo. Como resultados parciais, a partir de levantamento bibliográfico, notamos que as relações escolares tendem a ser investigadas, majoritariamente, ou pela perspectiva de um ou outro sujeito escolar, ou pelo viés de uma temática específica. Trabalhamos com a hipótese de que tal cenário de fragmentação nas pesquisas pode comprometer a apreensão da totalidade das relações escolares, na medida em que propõe uma investigação parcial das mesmas. Daí a relevância de se investigar o conjunto de interações empreendidas pelo professor na escola pública.

Palavras-chave: Significações; Professores; Relações; Escola pública.

FASE 2 - VOLUME 7
(Publicado em 26/06/2020)

APRESENTAÇÃO

Estamos no quarto mês da pandemia de covid-19 e no sétimo boletim "Expressões da Pandemia". Nesse tempo, vimos acompanhando sua assustadora trajetória, que desde o início, como todas as pestes em contexto de desigualdade, se encaminhava aceleradamente aos territórios mais pobres do país, o que pode ser mensurado pelo aumento da taxa de contaminação e letalidade dessas regiões em relação às demais, assim como pelo sofrimento que nos foi imposto. Um sofrimento claramente ético-político, pois é ampliado segundo correlações de comorbidade, estas as quais se desdobram em várias outras, sobremaneira em razão da desigualdade social de dimensão afetiva singular.

Por meio de poemas, narrativas e ensaios fomos acompanhando a configuração desse sofrimento. Falamos do medo e da esperança, do ódio e da melancolia. E tudo alimentado por dinâmicas paralelamente relacionadas ao sistema público de saúde, ao Planalto Central, à queda de ministros e à insensatez de governos, que, sem planos sistematizados de ação, com seu gabinete do ódio e da desinformação, estimulam o espalhamento da doença. Falta de confiança, falta de segurança e melancolia foram aos poucos suplantando ou equiparando-se em sofrimento com o medo e a esperança, misturados pela política de ódio.

Alertamos ao perigo da tendência de decretar a obrigatoriedade da felicidade, da solidariedade e do empreendedorismo como solução. Apresentamos que: devemos mudar nossa relação com a natureza, aprender com os indígenas que sabedoria não significa progresso, aprender sobre a importância do sistema público de saúde e da educação, além de aprender a nos relacionar por trás das telas. Agora, depois de quatro meses de pandemia, a desigualdade é uma marca também da territorialidade do Brasil, que está fragmentada por diferenças econômicas e interesses políticos. Há alguns territórios (cidades, municípios) em lockdown por decreto; outros com shoppings abertos. Há cidades com muitos casos e com taxas de infecção em alta. Há cidades pequenas e com poucos casos. Existem regiões que não têm hospitais ou médicos; e lugares com maior número de mortos que demais.

Notamos taxas de desemprego e subemprego em alta (50 milhões de pessoas) e terras indígenas que decretaram confinamento total, com suas barreiras sanitárias em diversos pontos e vizinhos que se ajudaram. Há alguns locais com festa e pessoas que continuaram com sua vida normalmente, porque não acreditam no "vírus chinês" e nem nas palmas e panelaços das manifestações pró e contra Bolsonaro. Hoje é difícil perceber quantas realidades, dentro de um país de tantas singularidades territoriais e de sujeitos, estão sendo vivenciadas com a pandemia.

O corpo do Estado foi se configurando. Alguns órgãos criados para manter a ordem e o progresso em pleno funcionamento são capazes de qualquer coisa para impedir que o corpo político enfraqueça. Esses órgãos têm o poder de escolher as vidas que podem eliminar e geralmente essas vidas são marcadas pela cor de sua pele. Proteger o corpo político, assim, não significa proteger todas as vidas. De outro lado, o corpo político pode enfraquecer sem que o corpo dos cidadãos o faça.

Trocando em miúdos, o que pode um corpo político? E o que pode um corpo politizado?

Além da crise política, a crise social também se instaura e as instituições já não conseguem mais conter os corpos politizados. E também falamos de um fato que assistimos, protagonizado por manifestantes que foram às ruas nos Estados Unidos algumas semanas atrás, dentro do contexto do movimento "Black Lives Matter", construído em resposta a todo um conjunto de violências acometidas por policiais para manter o corpo político. Sabemos, nesse bojo, que esse próprio corpo político tem ganhado força aqui no Brasil, com movimentos apoiadores de decisões de governo, como vimos quando pessoas invadiram hospitais a fim de verificarem a "veracidade do vírus".

Em síntese, o território brasileiro sente no corpo as afetações da pandemia, ora marcada pela ampla desigualdade social na América em geral. E os corpos de seus cidadãos também, mas nem sempre isso ocorre em uníssono, dado que os interesses são opostos.

O corpo humano, assim como o corpo político, é um organismo composto de outros organismos e, dessa forma, ambos, enquanto estrutura física pulsante, buscam perseverar em sua existência e, o que só é possível no encontro com outros corpos, na co-existência, esta compreendida como necessária para que eu possa ser/existir em comum. O que parece não estar acontecendo.

O corpo humano pode ser afetado por um mesmo objeto de inúmeras maneiras, tal e qual ocorre em um corpo político. O vírus, por sua vez, ao atingir o corpo pode provocar uma infecção generalizada. Ao atingir as instituições provoca uma grande crise, ressaltando as profundas raízes da estrutura do governo.

Tomar o corpo como receptor da pandemia, o corpo de cada um e o corpo político, permite observar o embate ético-político entre o Estado e o cidadão, mediado pela desigualdade social.

Segundo Spinoza (E II, Prop. 13, Cor), "[...] o corpo humano existe tal como o sentimos". Por isso, somos sujeitos mente/corpo singulares, que se distinguem entre si pelo movimento e repouso (E II, Lema 3, Dem).

O corpo é a forma de nos relacionarmos com a realidade e a materialidade e, por isso, o filósofo da alegria afirma que ninguém sabe o que pode um corpo (Spinoza, E III, Prop 2 Esc), quiçá o que pode um corpo em uma realidade de pandemia.

Um ato de transitar no espaço, antes normal, agora é permeado pelo constante estágio de vigília do corpo. Voltemos à pergunta do filósofo: o que pode um corpo? Ao que completamos: o que pode um corpo em isolamento, sendo o isolamento configurado por comorbidades políticas e econômicas. Deleuze [1] ao indicar caminhos nos diz sobre o poder do corpo de afetar e ser afetado. Um corpo pode ser afetado de várias formas, ao mesmo tempo.

[1] Deleuze, G. (2012) Cursos sobre Spinoza (Vincennes, 1978-1981). 2ª edição. Seleção e Introdução de Emanuel Fragoso e Hélio Rebello Jr. Fortaleza: Editora da UECE.

Assim como cada espécie animal tem a capacidade de afecções distintas, humanos inseridos em sociedades e culturas diferentes também são afetados por elas de formas diferentes. E, ao relembrar dessa diferença, Deleuze exemplifica contextualizando a história dos indígenas liquidados na América do Sul. De modo que não havia necessidade de usar armas, apenas espalhar roupas e pertences de gripados seria o suficiente para os indígenas não sobreviverem. O que ele mostra com isso é que precisamos conhecer as diferentes formas que um corpo pode ser afetado, e isso inclui o poder de agir do corpo e de pensar da mente.

Durante a pandemia surgiu, de forma mais intensa, o corpo multitarefas, que mesmo não transitando nos espaços físicos está transitando nos espaços virtuais - o home office ocupou a vida dos trabalhadores que, na ausência do horário, têm suas vidas invadidas pelas diversas tarefas, além de diversas lives e programações digitais. Para nos ajudar a pensar essas questões, embora elas se interpenetrem, perguntamos qual vírus está afetando mais nosso corpo. O vírus da pandemia da saúde ou o vírus da pandemia capitalista ou o do autoritarismo?

O que sabemos é que o encontro de forma direta com o coronavírus, para uns, pode ser letal, pois afeta de tal maneira que muitos corpos perdem totalmente sua capacidade de agir. Há aqueles corpos que, apesar de sobreviverem ao vírus, são afetados pela fome e mobilizados a se colocarem em risco, saindo de casa para trabalhar e conseguir alimentos. Outros que, por não poderem manter a mesma condição social anterior à pandemia, são afetados pelo ódio e se mobilizam para afastar ou eliminar tudo aquilo que lhes causa esse afeto, como temos visto nas ruas, aos domingos, acreditando que continuarão perseverando em sua existência.

Essas são algumas reflexões que o sétimo boletim "Expressões da Pandemia" apresenta no intuito de afetar em seu corpo, perguntando: como você é afetado pela pandemia? Quais são os encontros que mais estão afetando seu corpo?

Há relatos de saída às ruas que se tornaram programadas para serem reduzidas em tempo, tirando assim a espontaneidade dos encontros antes vividos. Outras enfatizam que o medo e a esperança surgem como flutuações afetivas, ora na desesperança surgida pela ideia da dúvida em um futuro para o país e sua população e ora na incerteza de quando o momento pandêmico irá terminar. Mas ainda há uma possibilidade de esperança de que um dia esse momento vai acabar, e que os encontros deixem de ser somente virtuais.

Quanto tempo você não abraça alguém? O abraço não é um só aconchego. É contato entre corpos, expressa partilha de felicidade, carinho, de acolhimento e segurança, algo que não é possível através das telas.

O texto da professora Jaqueline relata a vida de uma psicóloga em tempos de pandemia. Dois outros refletem sobre afetos presentes na pandemia brasileira: a melancolia ético-política, apresentada por Pedro Pessanha, e a esperança/utopia, no texto de Gláucia Purin. O texto de Elisa Harumi traz a arte como um suspiro, uma certa leveza ao corpo, então amedrontado pelo vírus. Ela reflete, a partir de sua história, enquanto neta de imigrante oriental, correlacionando questões de resistências e lutas na ditadura do Brasil. Silvio Barreto, por sua vez, encerra o volume mostrando como o corpo indígena vem enfrentando há séculos as diversas pandemias.

Desejamos que este boletim seja um bom encontro, que cause boas afetações em seu corpo e que as palavras sejam um abraço através dos olhos.

Bader B. Sawaiá
Profa. Titular da PUC-SP. Docente Permanente
do Programa de Estudos Pós-Graduados em
Psicologia Social. Líder do NEXIN.

A leveza é um pássaro azul

Talvez alguns de vocês já tenham visto o vídeo lançado por Gregório Duvivier na sexta-feira do dia 15/05/2020. Caso não tenham acessado, recomendo fortemente que assistam. O tema trazido pelo "Greg News" foi o da leveza e é impressionante como, em quase meia hora, o humorista carioca traz à tona uma junção entre: o contexto brasileiro nos últimos dias, marcado pela tragicomédia expressa na síntese da figura de Regina Duarte ("namoradinha da ditadura... ops, digo namoradinha do Brasil"), a cultura como protagonista no enfrentamento à covid-19 e a morte como visita indesejada que sempre entra em nossas casas mais cedo ou mais tarde.

Não vou repetir os clássicos trazidos por Gregório que tratam do tema da morte, contudo acrescento para a lista "Intermitências da morte", livro de José Saramago. Em um breve resumo, trata-se de uma distopia em que a morte entra em férias. A seguinte frase inaugura o livro: "No dia seguinte ninguém morreu". Atualizando para o contexto brasileiro, poderíamos falar de seu avesso: "no dia seguinte, centenas de valas foram abertas". Apesar dessa brincadeira dos contrários, há a similaridade com a denúncia de Saramago para a politicagem em torno da morte e, conseqüentemente, da vida. Querem maior politicagem da vida do que uma ministra da Secretaria de Cultura que faz chacota com os mortos da ditadura. "Gente, vamo embora, né, vamo embora pra frente, 'pra frente, Brasil, salve a Seleção. De repente, é aquela corrente pra frente'. Não era bom quando a gente cantava isso?".

O alerta de Gregório é assustador: o discurso de que "devemos seguir em frente" é na verdade a manifestação de que estamos caminhando para trás. Ou seja, estamos seguindo o exemplo da Alemanha, mas no ano de 1933. Na época do nazismo, Hanna Arendt sofreu duras represálias por colocar a população em estado de vigilância constante com o alerta sobre a "banalização do mal". Após 57 anos da publicação de seu livro "Eichmann em Jerusalém", presenciamos o nome da autora sendo banalizado, várias vezes, pela boca do atual ministro Dias Toffoli, no programa Roda Viva.

Noutro ponto, Gregório relembra o programa de Jô Soares com a entrevista de Zeca Pagodinho, em que ele explica a diferença entre samba de roda, partido alto e pagode. Diferença que só conseguimos perceber quando alcançamos aquilo que Henri Wallon chamaria de pensamento simbólico, Piaget chamaria de pensamento abstrato e Vygotsky chamaria de pensamento dialético. Ou seja, a capacidade de compreender que uma mesma coisa "é" e, ao mesmo tempo, "não é". Não sou a filha nascida na ditadura, mas ao mesmo tempo sou filha da ditadura!

Há algum tempo tenho trilhado o caminho de escutar as memórias de minhas raízes ancestrais. Por que estou contando isso? Porque não há muitos espaços para falar sobre esse tema, afinal o espaço familiar nunca foi lugar para isso. Espero que o lugar da academia possa ser esse espaço de reflexão.

Sou neta de um avô que se alistou como soldado para lutar na Batalha de Okinawa, no arquipélago de Ryukyu, cenário do maior ataque anfíbio durante a campanha do Pacífico na Segunda Guerra Mundial. Sua irmã (Maria Yoneko Nakaema) alistou-se como enfermeira e, ao contrário dele, não sobreviveu. Teve a vida interrompida por conta de uma bala de canhão que atravessou seu corpo.

Meu avô nasceu no Brasil, participou da guerra por conta de seu pai que, apesar de migrar para terras brasileiras, nunca esqueceu o nacionalismo pelo Japão - sentimento que fez com que mandasse seu filho e sua filha para a Segunda Guerra. Aliás, soube dessa história por um acontecimento que foi o surto psicótico de minha mãe (filha do meu avô que lutou na guerra), que ocorreu há três anos atrás.

Minha mãe terminou de assistir o documentário de Simonal, intitulado "Ninguém sabe o duro que dei". Resumidamente, conta a história de um artista brasileiro e espião na época da ditadura. "Na época, eu tinha 15 anos, só via as notícias sobre balas perdidas nas ruas. Aqui no documentário tá falando que muitos estudantes da PUC-SP e da USP foram mortos".

Presenciei desde a infância as andanças de minha mãe por diversas religiões: cristã, budista, espírita... Até chegar em sua atual dedicação com a igreja messiânica. Diferentemente dela, não estou em nenhuma instituição religiosa e, tampouco, considero-me atea. Antes, como diria uma amiga, "sigo o Deus de Spinoza". Em uma conversa com minha mãe sobre nossos ancestrais, perguntei a respeito de minha tia-avó. Assim, a ideia pela qual meu corpo foi afetado ao escutar a sua resposta ("na igreja recebi uma carta em que ela avisa que já reencarnou") foi: "Sou eu. Ela sou eu". No instante seguinte, as imagens da enfermeira Maria sendo assassinada no campo de batalha e do assassinato de estudantes na invasão ocorrida pelo regime na PUC-SP convidaram o corpo memorioso a dançar.

Tais afecções que surgem no corpo é mesmo algo curioso, talvez, até um meio de subverter a náusea gerada por um tempo que nunca deixou de ser pútrido. Lembram da flor de Drummond? "Uma flor nasceu na rua! Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego. Uma flor ainda desbotada ilude a polícia, rompe o asfalto. Façam completo silêncio, paralise os negócios, garanto que uma flor nasceu". Em tempos de guerra, sempre nascem flores no asfalto, ainda que sejam feias.

Em um período da história no qual temos de manter o isolamento físico, marcado pela escassez de abraços na guerra contra o estranho e invisível vírus, eis que o encontro com a arte é mais uma vez necessário em tempos duros. Tom Zé que o diga, em sua canção subversiva "Menina, amanhã de manhã", que faz denúncia contra os porões da ditadura. "A arte é o social em nós". Esta frase de Vygotsky é atualíssima.

No final do episódio do "Greg News" presenciamos o caráter agregador com o qual nos apresenta sua família. Não sei vocês, mas por alguns segundos a breve apresentação das pessoas que estavam atrás da câmera trouxe a tal leveza. Leveza por contarmos com a criatividade inventiva que forja a identidade brasileira. A lembrança sempre importante da figura de Tom Zé que marca a resistência contra a tal da felicidade na ditadura.

Ah, antes que me esqueça alguns poderão se perguntar: "de onde vem o pássaro que dá título ao texto?". Quase no final do "Greg News" olhei para o quintal e pousou no pé de mexerica um pássaro azul, de um azul que nunca tinha visto. Era da cor que fica o céu em dia de sol, sem nuvens, como o dia de hoje. Aliás, já se perguntaram: por que o céu é azul?

Elisa Harumi Musha
Trabalhadora brasileira com descendência okinawana, herdeira de muitas das lutas de nossas(os) antepassadas(os). Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP e professora universitária na Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos (FG) e na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Santo André/SP, 25 de maio de 2020.

Anotações de uma psicóloga de guerra

“O Brasil não é meu país
é meu abismo
meu veneno,
nosso câncer”

Jomard Muniz de Britto (1982) [1].

Em 12 de março de 2020, eu acordei me sentindo mal. Porém, não podia deixar de realizar a palestra sobre "Representatividade" no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), em Engenheiro Paulo de Frontin, às 10h30, para a qual eu havia me comprometido e os colegas do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (Neabi) daquele campus, a mais de 100 quilômetros de minha casa, no bairro da Glória, Zona Sul do Rio, haviam reservado um carro para me buscar. Eu cancelara todas as atividades em meu próprio campus do IFRJ, em Belford Roxo, mantendo na agenda uma roda de conversa online sobre "Ser Mulher na Contemporaneidade", às 14h, que eu faria pelo celular. Tomei um analgésico e um anti-inflamatório.

Apesar de ir sonolenta, os eventos transcorreram bem, mesmo a conversa por telefone com um Centro de Referência de Atendimento a Mulheres de São Paulo, que forçosamente fiz no trajeto de volta à cidade do Rio de Janeiro. No entanto, o mal-estar só aumentava, assomado a uma intensa dor de garganta, que me fazia espirrar bastante. Temi que fosse algum sintoma do novo coronavírus, dadas as notícias que chegavam e a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), na véspera, de que a covid-19 se tornara uma pandemia [2].

Pedi ao motorista que me deixasse no Hospital Espanhol, na Lapa. Somente após ter desembarcado, eu descobri que estava fechado para reformas. Chamei um uber e parti para o Hospital Laranjeiras, na rua homônima.

[1] BRITTO, Jomard M. (1982). Terceira Aquarela do Brasil. Recife: Ed. do Autor.

[2] Fonte: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/transcripts/who-audio-emergencies-coronavirus-press-conference-full-and-final-11mar2020.pdf?sfvrsn=cb432bb3_2

Sempre que eu passo na frente dele me recordo de Cássia Eller, cantora que tanto amo e que me lembra de coisas boas da minha cidade natal, Brasília. Penso nela porque foi onde a atenderam, antes de seu falecimento.

Após ser enfim atendida, recebi o diagnóstico de laringite, um receituário de antibiótico e outras medicações, além de um atestado médico de afastamento do trabalho, que se mostrou inútil no dia seguinte, pois a Reitoria do IFRJ decretou a suspensão de todas as atividades acadêmicas presenciais, em virtude do SARS-coV-2. Era sexta-feira e eu tinha uma reunião agendada no Grupo Arco-Íris, Organização Não-Governamental histórica de defesa dos direitos da população de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexo e demais minorias sexuais e de gênero (LGBTI+), que não fica distante de onde moro, da qual eu não me permitia furtar: praticamente a última reunião de organização do curso de Cidadania LGBTI+, Participação Social e Políticas Públicas realizado pela ONG, para o qual eu havia desenhado conteúdo e no qual eu sou docente.

Sintomático estar ali, pensei eu, ciente de que esta não é a primeira epidemia enfrentada pela população LGBTI+, a qual sobreviveu praticamente sem apoio do Estado e, na maioria dos casos, com a oposição dele, ao HIV/AIDS nos anos 1980, reformulou-se e avançou. Essa foi a minha última ação fora de casa, até o momento em que escrevo estas palavras, em 06/06/2020. Mas não foi minha última atividade pública desde então. Jamais em minha vida interagi com tantas pessoas e com tamanha intensidade praticamente todos os dias úteis, e às vezes nos fins de semana. Nem mesmo durante a campanha eleitoral para deputada estadual que enfrentei em 2018!

É falacioso dizer que nós, que podemos ficar em casa, durante esta quarentena, vivemos um isolamento social; sim, ele é físico (excetuando o detalhe particular de que tenho convivido diuturnamente com o meu namorado, que tem me auxiliado de forma incessante em tudo), porém continuamos nos procurando e encontrando, só que virtualmente.

E no meu caso, em um ritmo impressionante: eu fui nomeada a Rainha das Lives [3], segundo a Casa 1, abrigo para a população LGBTI+ em situação de rua da Cidade de São Paulo! Principalmente por meio do meu canal no Instagram - @instadajaqueline - debati com centenas de pessoas temas geralmente contextualizados à pandemia, como saúde mental (para o qual sou mais procurada); a situação das infâncias e adolescências sob risco; violência contra mulheres; política; economia colaborativa; empreendedorismo periférico; representatividade trans na cultura; história LGBTI+ de Brasília; mundos do trabalho; escravidão contemporânea; ações afirmativas; fascismo; falácia da ideologia de gênero; prevenção ao suicídio; psicologia des oprimides; encarceramento; mulheres negras na diáspora; resistência; orgulho; utopia; entre muitos outros.

Tenho falado para variados públicos, de estudantes a professores, de políticos a líderes religiosos, de artistas a pesquisadores.

Conversei tanto com brasileiros quanto com norte-americanos, em inglês, para lhes chamar a atenção para o terrível estado de coisas que vivemos em nosso país (influenciado diretamente pela presidência de Donald Trump nos EUA), que no dia 2 de junho ultrapassou a horrenda marca dos 30.000 mortos pelo novo coronavírus, realizando-se assim o desejo incontido do então deputado federal Jair Bolsonaro, em 23 de maio de 1999, que não sendo o voto suficiente para resolver o que ele considerava problemas do país, seria necessário fazer o que a Ditadura Militar de 1964 não fez, "matando uns 30 mil". "Vão morrer alguns inocentes. Tudo bem. Em toda guerra, morrem inocentes" (BOLSONARO, 1999) [4].

Eu tenho praticado uma psicologia de guerra. Preciso. Sinto-me movida a isso. Fora declarada uma guerra psicológica contra nós, especialmente mulheres, negros e LGBTI+, desde a posse do presidente Bolsonaro.

[3] Fonte: <http://www.casaum.org/a-jaqueline-gomes-de-jesus-se-tornou-a-rainha-das-lives-e-a-gente-so-tem-a-agradecer>

[4] Fonte: <https://youtu.be/E1BQbueU0tQ>

Testemunhei muitas mortes igualmente de pessoas próximas, "suicidadas", antes e agora, durante a pandemia. A qual também é uma infodemia. As pessoas estão sofrendo pelo excesso de informação e pela desinformação. As fake news adoecem. Eu sou procurada. Atendo, do meu celular, por áudio e vídeo, pessoas ansiosas por serem escutadas.

Tomei posse na Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. Fiz um curso de manejo clínico da covid-19, oferecido pelo Ministério da Saúde. Acompanhei quase uma dezena de pesquisas na área de saúde sendo feitas pela internet, algumas de cuja metodologia discordo, especialmente quando utilizam o conceito de "sexo biológico" para pretensamente alcançarem "verdades" sobre os corpos em risco. Vi artigos meus sobre saúde mental de minorias sexuais e de gênero, escritos ano passado, em parceria com colegas da Duke University, na Carolina do Norte (EUA), serem enfim publicados em revistas científicas internacionais.

Tem dias que eu canso deveras. Perco o foco, fico estafada. Lembro que preciso parar. O teletrabalho (que no Brasil persistem em chamar de home office), nos suga de uma maneira aviltante. Enganosa. Por vezes parece um novo buraco negro da exploração de nosso trabalho pelo capitalismo. Assisto a TV, séries, novelas, leio, jogo videogame (coloquei-me na pele de cowboys do século XIX a andróides no século XXXI), converso com meu amado, namoro. Apesar de estar conseguindo escrever, essa prática tem sido a mais difícil. Por exemplo, demorei quase dois meses para enfim redigir estas anotações, que brotaram de supetão. Basta para mim conseguir sentar em frente ao computador, esperando que ele não dê tilte para que eu tenha de reiniciá-lo, o que costuma acontecer.

Em resumo, têm sido assim meus dias e noites, principalmente estas, que tenho alongado madrugada adentro. Não sou muito rígida comigo mesma e nem com os outros quanto a horários. Nunca fui. Sou crítica das burocracias, mas as compreendo. É sábado. Tenho certeza que, daqui a pouco, aproximadamente às 10h, o vizinho do andar de baixo vai tocar uma MPB (ou estrangeira do século XX) em um volume que me acordará.

Serei desperta com suco de limão, café e, eventualmente, pão de queijo, preparados pelo meu namorado, que sempre acorda muito cedo. Tenho tido rotina, mesmo que elástica.

Tem sido difícil, sim, mas estou bem, cuidando de mim, dos meus e dos demais, mesmo que estejamos separados por telas. Recordemos que nossos ancestrais, mesmo escravizados, sobreviveram a momentos piores. Quem me lê saiba: desta crise faremos brotar a crítica, afrontaremos o normal anormal que vigorava antes do isolamento físico e encontraremos oportunidades para fomentar transformações! E como psicóloga avessa a formalismos, parafraseando o revolucionário Herbert Daniel eu proclamo: "ousemos lutar, usemos vencer! Como? Vivendo a vida! Viver é a maior das militâncias".

Jaqueline Gomes de Jesus
Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB). Líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade ODARA). Coordenadora do Núcleo de Diversidade Marielle Franco (NDIVAS/IFRJ, campus Belford Roxo). Em 8 de março de 2017 recebeu a Medalha Chiquinha Gonzaga, honraria concedida pela Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro a mulheres com reconhecidas contribuições à sociedade das mãos da vereadora Marielle Franco (#JustiçaPorMarielleAnderson).

Rio de Janeiro, 6 de junho de 2020.

Esperança e fundamentalismo na pandemia

Por vários dias, durante a pandemia, aqui em São Paulo, em ligação telefônica com familiares, escutei que eu deveria "orar para Deus/Jesus". A justificativa era que só "Ele" poderia nos ajudar nesta situação (referindo-se à pandemia). Meus familiares estavam nitidamente sentindo medo pelo risco de que eu fosse contaminada pela covid-19. Mas ao mesmo tempo demonstraram esperança, acreditando que a fé em Deus/Jesus poderia me "salvar" do risco da contaminação.

Este é apenas um dos discursos. Durante a pandemia acompanhei vários outros, que lançaram as pessoas na esperança da "cura", como os que seguem: i) após comentários do presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, durante entrevista coletiva sobre a evolução da crise da covid-19, pessoas passaram a utilizar produtos de limpeza como forma de tratamento, algumas inclusive ingeriram [1]; ii) nas redes sociais do Brasil recomendaram comer alho para prevenir infecções, inclusive de coronavírus; iii) Na China, uma mulher foi hospitalizada devido à inflamação na garganta por ingerir 1,5 kg de alho cru; iv) nos EUA, o youtuber Jordan Sather indicou o uso de dióxido de cloro (MMS) como um "suplemento mineral milagroso", enquanto Jim Bakker, ex-ministro da Assembleia de Deus, em seu programa de TV evangélico, aconselhou o uso de prata coloidal como tratamento para matar o vírus, sendo que autoridades de saúde dos EUA informaram a inexistência de pesquisas com estas substâncias que indiquem cura, além de alertar para o risco do seu uso [2]; v) No Brasil, o presidente Jair Bolsonaro defendeu o uso de hidroxiclороquina para quem contraiu o SARS-coV-2. No entanto, o medicamento é autorizado para tratamento contra a malária, entre outras doenças.

[1] Matéria publicada dia 25/04/20, disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-04-25/por-favor-nao-comam-pastilhas-de-detergente-nem-se-injetem-nenhum-tipo-de-desinfetante-alertam-medicos.html>

[2] Matéria publicada dia 10/03/20, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51808368>

Segundo a Organização Mundial da Saúde, não existem evidências científicas de que a cloroquina e derivados possam gerar benefícios no tratamento da covid-19, além disso a agência federal do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA (FDA - Food and Drug Administration) retirou a autorização para uso de cloroquina e hidroxiclороquina em caráter emergencial, devido a improvável eficácia antiviral das substâncias segundo avanços de pesquisas. No Brasil, são tantas fake news sobre a cura da contaminação pelo vírus que o Ministério da Saúde criou uma sessão especial para avaliá-las, confirmando ou negando-as: <https://www.saude.gov.br/fakenews>.

Motivada por estas provocações na pandemia, analiso a questão da esperança vivida diante do medo, fazendo um recorte de discursos e ações de instituições religiosas.

Para Spinoza (Ética III, proposição 18), o medo é um afeto definido por uma tristeza instável, surgida da imagem de uma coisa duvidosa. O medo é acompanhado da esperança, que impede nossa paralização diante dele. A esperança é uma alegria instável que surge da dúvida de uma coisa futura. Nas reuniões do Núcleo de Pesquisa da Dialética Exclusão/Inclusão Social (Nexin), a partir da teoria de Spinoza (Ética) e Vigotsky (2009), discutimos e analisamos no subtexto dos discursos/ações a qualidade ética dos afetos vividos pelos sujeitos.

Nessa perspectiva, o corpo não está separado da mente. O corpo é um só, é afetado por inteiro, de forma que não há ideia que não tenha sido uma afecção do corpo. Compreendemos nossa vida corporal, mental e do mundo que nos rodeia a partir das imagens e das ideias dessas. Assim, o que acontece em nosso corpo, as afecções, "é experimentado por nós sob a forma de afetos (alegria, tristeza, amor, ódio, medo, esperança, cólera, indignação, ciúme, glória) e por isso não há imagem alguma nem ideia alguma que não possua conteúdo afetivo e não seja uma forma de desejo" (CHAUI, 1995, p. 125).

Temos verificado no Nexin que os afetos não são monolíticos, com um único sentido e direcionamento da ação. Por exemplo, com relação à esperança, vemos uma variação em duas direções: a esperança e a esperança/utopia. Na primeira, vivo na superstição e por isso minha esperança é contraditória. Renuncio minha liberdade sem ter clareza do que faço. Na segunda, ajo adequadamente buscando a minha liberdade. Apresentarei com mais detalhes estas duas qualidades. Vamos a elas.

Freire (1987) retrata a dualidade na esperança de esperar e na esperança de esperar. Para ele, a esperança em si não transforma o mundo. Essa ideia seria um ato de ingenuidade. No entanto, sem a esperança cairíamos no fatalismo, no pessimismo. Freire aponta: "[...] movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero" (ID., p. 47). Mas a segunda esperança implica diretamente em uma ação, já que "enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã" (FREIRE, 2002, p. 05).

Esperança/utopia

Nesta concepção, a esperança motiva a ação. Agimos adequadamente em busca da realização do que necessitamos para nossa liberdade. Aqui, a utopia, apesar de ser um ideal, serve de guia para nosso agir. Ou, nas palavras de Galeano, "[...] para que serve a utopia? Para que eu não deixe de caminhar [3]". E este caminhar está diretamente relacionado à ética da liberdade, onde o outro não é um apêndice, mas sim importante e necessário para mim. No entendimento, Spinoza afirma que "nada é mais útil ao homem que outro homem" (ÉTICA CAP. IV, PROP. 35, COROL. I), pois com este outro me torno mais forte, ou, em suas palavras, "a potência comum é mais poderosa do que o conatus individual" (TTP, CAP. II, §13). Para ele, o sujeito é um ser de desejo, é uma potência de perseverar na própria existência enquanto condição ontológica de se expandir, mas que só acontece na existência cotidiana com o outro.

[3] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9iqi1oaKvzs>

Ou seja, é na qualidade dos encontros com outros corpos que podemos nos expandir ou retrair. Daí a importância ética do outro, que vai definir a composição ou decomposição de mim.

Verifiquei esta esperança/utopia na pesquisa de doutorado "Implicações psicossociais da participação de estudantes no movimento secundarista autônomo de São Paulo" (PURIN, 2020). Os secundaristas sentiram na "pele" a dor de serem considerados e tratados como indignos. Após as ocupações em 2015 e 2016, os secundaristas passaram a sofrer frequentemente e intensamente violências policiais e violências no ambiente escolar, sendo agredidos, vigiados, humilhados, desprezados, desqualificados, ridicularizados, perseguidos politicamente, deslegitimados e criminalizados.

Mas, ao mesmo tempo, também experienciaram um sentimento de comum e esperança/utopia — uma ideia reguladora do que é a escola, a educação e a vida na sociedade, e de como estão relacionadas liberdade e horizontalidade nas relações — que os motivou a agir com os outros e enfrentar formas de servidão, superstição e sofrimento; mesmo que isso significasse correr risco de morte em muitos momentos.

Sentiram-se felizes, alegres e esperançosos quando alcançaram uma revogação de decreto do governador, que manteve todas as escolas em funcionamento, em 2015, além de merenda nas escolas estaduais para todos, em 2016, e perceberam ainda que a semana da consciência negra e da cidadania permaneceu como atividade fixa nas escolas, entre outras conquistas.

Esperança no fundamentalismo

Esta qualidade de esperança é da ordem da impotência e da servidão. Nos leva a abrir mão da nossa liberdade e colocá-la nas mãos do outro (líderes políticos, Deus, patrão, etc.).

Observemos as seguintes descrições:

- Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, publicou um vídeo em que diz que o coronavírus não passa de uma estratégia de satanás e da mídia para induzir as pessoas ao pânico, no qual ele afirma que "qualquer ventinho que tiver é uma pneumonia para elas". O bispo declarou que os verdadeiros fiéis têm "coronafé", explicando que "é aquela confiança, aquela certeza de que Deus está contigo e que ele nunca, jamais, em tempo algum, vai falhar com aqueles que nele têm crido, naqueles que depositam a sua fé Nele" [4].
- Valdemiro Santiago, da Igreja Mundial do Poder de Deus, instalada no bairro do Brás, em São Paulo, definiu a covid-19 como "exu corona". Disse aos frequentadores que o número de pessoas mortas no país pelo vírus é fakenews. Argumentou que "quem cura é Deus, não a ciência", demonstrando que várias pessoas já tinham dado seu testemunho de cura [5].
- No início de março, em Porto Alegre, na Catedral Global do Espírito Santo, os autodenominados profetas Silvio e Maria Ribeiro distribuíram panfletos com os dizeres: "O poder de Deus contra o coronavírus. Venha porque haverá unção com óleo consagrado no jejum para te imunizar contra qualquer epidemia, vírus ou doença" [6].

Os líderes evangélicos acima minimizaram os riscos da pandemia, negaram e criminalizaram informações da mídia e de pesquisas científicas, além de defenderem que sua causa é o "diabo" ou, na compreensão religiosa, o afastamento de Deus/Jesus. Logo, a única salvação é crer. Esta ideia também é retratada no panfleto divulgado em Porto Alegre, através da citação literal da Bíblia (Salmos 107:20): "Ele enviou a sua palavra e os curou, e os livrou da morte". Ou seja, houve o argumento da cura e precaução a qualquer mal unicamente pela fé.

[4] Matéria publicada dia 19/03/20, disponível em: <https://apublica.org/2020/03/megaigrejas-continuam-abertas-e-dizem-que-fe-cura-coronavirus/>

[5] Matéria publicada dia 08/05/20, disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/veja-gente/exu-corona-emprestimo-para-o-dizimo-e-semente-milagrosa-contr-a-covid/>

[6] Matéria publicada dia 03/03/20, disponível em: <https://gl.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/03/03/se-soubesse-que-causaria-polemica-jamais-teria-falado-diz-pastor-que-teria-prometido-imunizar-do-coronavirus-no-rs.ghtml>

Ou seja, pregam para as pessoas que se elas forem fieis à palavra de Deus/Jesus não irão contrair a covid-19, como bem retrata o pastor Sílvio Ribeiro em vídeo: "se você tem o Espírito Santo, a doença vai cair quando chegar em você" [7]. Além disso, este discurso também está com frequência aliado a pedidos de doação de dinheiro, venda de produtos etc., correlacionando pagamentos financeiros à "salvação" do risco de infecção do SARS-coV-2 unicamente pela fé.

No período da pandemia, Valdemiro Santiago ofereceu sementes de feijão por R\$ 1.000,00 para manter a prosperidade e livrar o fiel do coronavírus. No dia 30/04/2020, Edir Macedo declarou que "dar dízimo é cumprir o dever com Deus" e pregou que, quem não doava, corria o risco de ficar desempregado [8]. Em 18/04/2020, uma suposta pastora pediu, em vídeo, que fiéis pagassem o dízimo de R\$ 600,00 do auxílio emergencial às igrejas, argumentando que "era um dinheiro que você não ia ter, não ia receber, e o senhor estava usando o nosso presidente para nos abençoar" [9].

Essas ações revelam interesses econômicos e utilizam-se de discursos fundamentalistas para tanto. Em geral, os adeptos ao fundamentalismo não aceitam nenhuma opinião contrária às crenças que possui. Para isso, negam quaisquer conhecimentos, evidências, fatos, observações, testes laboratoriais etc., ao custo de sustentar uma única opinião. O fundamentalismo religioso alega que a secularização da sociedade decorre de prejuízos morais e afrontas a preceitos de fé que organizavam a vida social de pecados cometidos. Para retornar ao "normal", defendem a necessidade de retomar valores tradicionais relativos à família heteronormativa, à monogamia, à decência de práticas sexuais restritas a ideais familistas de procriação etc.

[7] Matéria publicada dia 03/03/20, disponível em: <https://gl.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/03/03/se-soubesse-que-causaria-polemica-jamais-teria-falado-diz-pastor-que-teria-prometido-imunizar-do-coronavirus-no-rs.ghtml>unicamente pela fé.

[8] Matéria publicada dia 08/05/20, disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/porque-o-brasil-se-tornou-campeao-mundial-da-desordem-na-quarentena/>

[9] Matéria publicada dia 18/04/20, disponível em: <https://revistaforum.com.br/redes-sociais/suposta-pastora-pede-dizimo-de-auxilio-de-r-600-deus-usa-bolsonaro-para-nos-abençoar-assista/>

É inclusive um movimento que busca uma "forma de reconduzir Deus ao campo da política, do qual fora banido" (ARMSTRONG, 2009, p. 491). Por isso, torna-se uma ofensiva aos princípios democráticos e de reconhecimento da diversidade moral, cultural, sexual e das possibilidades diversas de subjetivação da humanidade (LIONCO, 2017). Nessa perspectiva, os líderes evangélicos reafirmam o seu fundamentalismo defendendo que todas os problemas ocorrem por um único motivo: as pessoas não estão seguindo corretamente as recomendações de Deus, escritas na bíblia, e por isso são pecadoras e culpadas. Essa lógica pode ser verificada na palestra proferida pelo Bispo Renato Cardoso, da Igreja Universal do Reino de Deus, registrada no vídeo intitulado "Método causa e efeito: aproveite e mude sua vida" [10]:

O ser humano já nasce com fé. A fé é tão inerente ao ser humano como o respirar, como comer e beber. Sem fé ninguém vive. [...] a bíblia diz que você tem que ter fé até pra comer, pra trabalhar que você vai ganhar o salário, fé pra fazer negócios. [...] Se esta fé não é direcionada para o Deus vivo ela vai ser direcionada pra alguma coisa ou alguém.

Alguém fala uma coisa negativa e ela vai lá e "dá três toquinhos na madeira". Pra que? Não funcionou pra árvore porque ela morreu, mas mesmo assim faz... "Cruza os dedos e diz tomara". [...] Isso é fé em coisas inanimadas, em objetos, em credices populares.

Então a religião nasce disso, da fé que as pessoas tem, natural, inerente. Só elas não utilizam essa fé num Deus vivo, então vem o mundo e apresenta algo pra ela colocar a fé dela.

Os ídolos vão nascendo da necessidade das pessoas, como o santo casamenteiro, Santo Antônio, e santo São Jorge que dá força e vitória contra os inimigos.

[10] Vídeo publicado dia 19/05/20 disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ulSkaPdxBPA>

[...] O povo idolatrou Baal, esperando que desse fertilidade na plantação, mas recebeu em troca a miséria, pois este Deus é inanimado, não verdadeiro. [...] Então, o povo sofreu lá - desgraça por 7 anos, mas porque fez o que era mal [idolatria]. (Renato Cardoso, vídeo do youtube publicado em 19/05/20). (grifos nossos)

Nos trechos, o bispo critica a superstição de idolatria em imagens religiosas e outros conhecimentos, como crenças populares. No entanto, cria uma outra superstição, um "Deus vivo", que é causa de tudo (premissa fundamentalista). Portanto, se a graça alcançada é resultado da fé em um "Deus verdadeiro" (Deus vivo), e se não é concedida, é fruto da crença em um "Deus falso" (inanimado). Nessa condição, a culpa será do pecador, que não cumpriu alguma regra estabelecida por este "Deus vivo". No caso da pandemia, a premissa é a mesma: os fieis estão imunes à contaminação, e se forem contaminados é porque não foram crentes no "Deus verdadeiro".

Contudo, viver o medo neste período da pandemia é um afeto coerente com a realidade, pois diariamente pessoas estão falecendo em todas as regiões do país devido a complicações decorrentes da contaminação com a covid-19.

No entanto, a esperança numa causa externa, como por exemplo um ser superior que pode nos "salvar" da contaminação ou da miséria, é uma esperança supersticiosa, incoerente e alienante, como apontado pelos autores acima. Ou seja, trata-se de uma esperança de esperar, onde o sujeito espera que alguém venha lhe salvar, colocando a sua liberdade sob responsabilidade do outro.

Pode de imediato, aparentemente, acalmar o sentimento de medo, mas manterá a pessoa em uma afecção de dependência eterna do outro (ser superior) e de culpa pela "salvação" não concedida. Além disso, esta esperança não desperta nas pessoas a solidariedade ou generosidade com o outro.

Ao contrário, pode despertar o julgamento e egoísmo com o outro que não cumpre ou pensa de igual forma, já que só é possível uma ação: seguir o que se "manda" sem questionamento ou contraponto, pois pode causar a "ira ou ciúme" deste Deus. Assim, impõe que todos abram mão da sua liberdade em função de um outro, sem questionamento.

Profa. Dra. Gláucia T. Purin
Docente no Departamento de Psicologia da
FIG-SP, pesquisadora do Nexin/PUC-SP e
integrante do Núcleo SP Abrapso.

São Paulo, 15 de junho de 2020.

Reagindo para respirar e se reorganizar

No Brasil, a locomotiva da produção, circulação e acumulação de capitais continua em ritmo acelerado, a despeito das vidas humanas que se acumulam em suas engrenagens. Se paramos pra refletir sobre onde estamos, de modo simples e bastante abreviado à história recente, podemos retomar o modo como os instrumentos de luta da classe trabalhadora se ‘utilizaram’ de grandes empresários a fim de melhorar as condições de vida das classes despossuídas. No engenho dos afetos sociais, saciava a sede de acumulação do capital e melhorava as condições de vida enquanto apaziguava a força própria da revolta popular. No entanto, foram sobretudo utilizados pelas classes dominantes, e descartados, por vias mais ou menos institucionais, quando a depressão do Grande Capital atingiu a economia brasileira e exigiu ser aplacada com maiores sacrifícios humanos.

O período de alguma prosperidade econômica e maior estabilidade sociopolítica foi sendo suplantado por um processo de estreitamento das margens de viabilidade reprodutiva do capital, assim como das possibilidades de conciliação sociopolítica, combinado com um acúmulo de greves, revoltas e repressões policiais, dentre outros fatores que culminaram com a irrupção das jornadas de junho de 2013. Momento em que amplos estratos das classes subalternizadas pareciam ter, mais uma vez, frustradas suas esperanças passivas nas mudanças mediadas pelas organizações representativas dominantes e instituições da ordem. Uma população revoltada passa a demandar respostas diferentes, alternativas, decididas e eficazes, de transformação radical e efetiva. Desejos, no entanto, em sua maioria, ainda profundamente vagos e despolitizados, enredados na flutuação da imaginação imediata, organizados pela sociabilidade nas afecções dominantes no capital e para os reguladores dos meios de produção e difusão de informação.

Concordamos que "não há nada que saibamos, com certeza, ser bom ou mau, exceto aquilo que nos leva efetivamente a compreender ou que possa impedir que compreendamos" (SPINOZA, Et 4, prop. 27), de sorte que não buscamos negar, recriminar ou censurar o nosso e o sentimento popular de intensa raiva, revolta ou indignação, mas compreender, para melhor agir coletivamente, a fim de transformar suas causas adequadas, de modo mais consequente e eficaz. No entanto, sem a construção de instrumentos para o desenvolvimento de tal mediação, alguns dos setores das classes dominantes se serviram do novo engenho social, dos afetos de indignação e ambição popular, para patrocinar uma alternativa supersticiosa, conservadora, mas de aparência radical.

Constrangidos a mudar para conservar o crescimento da espoliação de capitais, parte das classes dominantes, apoiadas por setores sociais intermediários, 'utilizam-se' de uma direita que se esforça por mobilizar as massas, mas é fundamentalmente elitista, subversiva da ordem, essencialmente conservadora e reacionária, de tendência racista, xenófoba, homofóbica, obscurantista, anticiência e anticomunista. Além de se apropriar dos símbolos nacionais, também simula e inverte a finalidade dos métodos, da estética, da revolta, das ideias e afetos próprios à luta popular emancipatória. Ou seja, busca levar as massas a 'lutar por sua servidão como se fosse por sua liberdade'. Os recursos e instrumentos mobilizados por essa direita decidida, que assume e aprofunda a submissão aos interesses do imperialismo estadunidense, assim como assume e aprofunda toda a miséria da superexploração e opressão genocida do capitalismo periférico, sem nenhum constrangimento mas até com orgulho, é, em parte, bem sucedida em suprimir as motivações populares mais comunais e favorecer a gratificação livre de seu privatismo capitalista excedente.

Algumas das tradicionais instituições midiáticas, jurídicas e políticas, que poderiam representar forças legalistas contra os ensaios autoritários, representam para grandes estratos da população a conservação de parte daquele todo abstrato que queriam mudar, além de estarem bastante desprestigiadas devido a memória social recente de oportunismos, corrupção estrutural, privilégios, silenciamentos convenientes e manobras obscuras.

De modo que grupos empresariais e rentistas que se utilizam da extrema direita podem chegar a perder o controle sobre a criatura que alimentaram, a ponto de não conseguir descartá-la quando for contraproducente a acumulação de capitais, ou, em último caso, antes que a ação popular a possa derrotar com forças próprias.

A chegada da pandemia acelera a crise do capital e intensifica a tensão e disputa sobre o quanto da crise capitalista conseguirá ser repassada para os médios e pequenos capitalistas, assim como para as classes subalternizadas e seus estratos mais explorados e oprimidos. No âmbito intraclasses capitalista, a pequena burguesia luta para não falir, enquanto a grande burguesia, além das isenções fiscais, demissões, retirada de direitos trabalhistas e acumulação de capital por meio da espoliação dos bens públicos restantes, pode ter por interesse que os pequenos e médios concorrentes quebrem ou sejam constrangidos a lhes vender os seus negócios e propriedades. O que aumenta a concentração das riquezas socialmente produzidas nas mãos de poucos e grandes capitalistas, aumenta a desigualdade social e o desemprego estrutural, expandindo e aprofundando nosso drama estrutural, para além da barbárie já naturalizada nos períodos de maior crescimento econômico e relativa estabilidade sociopolítica. Processo que, pelo contraste perceptivo gerado em sua velocidade e intensidade, pode ajudar a explicitar, em afecções ainda mais claras e distintas, algumas das contradições da (des)organização social capitalista, evidenciando a perversidade da norma social dominante. Um problema extremo, uma pandemia mortal, sobretudo para pessoas com comorbidades respiratórias, doenças crônicas, diabetes, hipertensão, acima de 60 anos ou em condição de maior empobrecimento e marginalização social, demandou uma resposta também 'extrema', ainda que não suficiente, o isolamento físico interpessoal. O isolamento tenciona a interrupção das atividades produtivas, ameaçando paralisar a geração de valor e a acumulação capitalista.

Evidencia a importância vital do trabalhador para a reprodução da existência humana, mas sobretudo para a acumulação capitalista, assim como expõe a descartabilidade de muitas vidas humanas para a reprodutibilidade do capital.

Entre as necessidades do capital e as necessidades humanas, as vidas são precificadas, evidenciando que a vida e a morte, sua, de seus familiares e amigos, são apenas números computados em frios cálculos mercantis. Nessa contabilidade higienista, se os idosos são improdutivos para a acumulação do capital, podem ser os primeiros a serem subtraídos da conta, passando por indígenas, negros, desempregados, etc. Para os trabalhadores, uma vez que são livres, são colocados para exercer a sua liberdade de escolher entre a fome ou o adoecimento, seu e de seus próximos.

No entanto, quando tudo parece perdido e a melancolia ético-política parece ter voltado a imperar sobre a maioria, apesar do risco de contaminação, uma nova potência de sentir, pensar e agir parece se reacender pelo poder coletivo de contestação das ruas. Desde as grandes manifestações multitudinárias que emanam do centro do capitalismo imperial [1], até os levantes democráticos e antifascistas [2], entendeu-se que o enfrentamento aos flertes protofascistas dos apoiados e governantes dos Estados burgueses era um serviço essencial (inclusive para o combate da própria pandemia). Uma necessidade inadiável, a ponto de, no Brasil, ser necessário furar mais uma vez o isolamento, agora para enfrentar as manifestações antidemocráticas e ultracapitalistas dos grupos governistas.

[1] Manifestações multitudinárias iniciadas no dia 25 de maio de 2020, nos Estados Unidos, durante o governo de um presidente de ultradireita, que tiveram por estopim o assassinato, pela polícia, do norte americano negro, George Floyd, se espalhando por vários dias, por todo os Estados Unidos e pelo mundo.

[2] Movimento protagonizado por torcidas organizadas de futebol, inspirado em movimentos surgido por volta dos anos de 1930, contra o fascismo na Itália e na Alemanha, onde foi criado o Antifaschistische Aktion pelo Partido Comunista Alemão, cuja bandeira foi renovada até os grupos antifascistas atuais.

São movimentos que, nos EUA e no Brasil, enfrentaram o risco da pandemia e da repressão, motivados por indignação contra práticas racistas. São ações contra neofascistas e ultraliberais (até com algum prazer com o poder de gerar medo a quem lhes impõe medo, como o que levou a Casa Branca a apagar todas as suas luzes e Donald Trump a se esconder em um bunker no subsolo), os quais buscam obstruir as desmesuras daqueles que fundamentam seu poder em dominação, opressão, sofrimento e exploração das classes despossuídas e subalternizadas.

No entanto, a fim de avançar para além do momento da reatividade, entendemos que as profundezas do privatismo excedente e as tendências neofascistas não acabam com a queda de um governante. Bem como a democracia parece não combinar com a dominação de classe, o antifascismo é fundamentalmente antirracismo, sendo indissociável da compreensão do anticapitalismo. Poderemos avançar para além da reatividade atual, sobretudo quando a livre-necessidade do ser social tiver o seu drama disposto, não mais entre o adoecimento ou a fome, mas entre a necessidade de uma radical transformação da organização social ou o aprofundamento da barbárie sanitária, ambiental, política e social do curso de acumulação destrutiva. A reatividade motivada pelo medo e pelo desejo de evitar a morte (SPINOZA, TP, cap. V, parag. 6), no drama entre a perda de direitos, o desemprego, o adoecimento e a repressão, pode ser incorporada e atravessada pela raiva e indignação ativa de combater o racismo, as tendências do neofascismo, o neoliberalismo e o capitalismo, de modo que essa atividade possa um dia buscar por sua eficácia, no predomínio da condução pela esperança ativa, pela alegria de construir outra sociabilidade que nos permita cultivar a vida.

Pedro H. C. Pessanha
Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP.
Psicólogo e mestre em psicologia pela UFSJ.

Sete Lagoas, 8 de junho de 2020.

Transmutar do coronavírus em leite e espuma de buiu

Diante da pandemia do novo coronavírus (SARS-coV-2), o medo de pegar a doença assola os parentes. Eu aproveitei as afirmações de meus professores e do meu colega tuyuka para elaborar este pequeno texto para abrir uma roda de conversa.

Ayuti misâ akawerérã? Ayuu!!! Numa perspectiva indígena, sobre o quê, o medo da doença, das fragilidades e da força da alma via bahsese (GILTON, 2020).

Os povos indígenas têm suas estratégias de defesa e fuga dos males ocidentais. O problema é quando não têm mais para onde fugir da ganância desenfreada dos "povos da mercadoria" (CARLOS, 2020).

Diariamente, o grupo de sábios fumando os seus cigarros conversava sobre o que havia sido visto em seus sonhos, que fórmula de proteção havia criado em sua meditação noturna (JUSTINO R., 2020).

Na minha humilde reflexividade antropológica, são linhas tortas de pensamentos. O meu projeto de pesquisa de doutorando vem nessa linha de pesquisa, sobre "povos indígenas descidos dos rios acima para a cidade", e como diz o professor Carlos, sobre os "povos da mercadoria".

A questão que o professor Gilton levanta é crucial para nós, indígenas, pesquisadores dessa linha da saúde.

Então, via bahsese, em geral, a categoria de especialista conhece do universo das doenças indígenas, da relação do tempo, das origens, das causas e dos tratamentos. Ultimamente, senhor Justino Pena, que é meu sogro, um simples basegi, fala que essa doença do coronavírus é uma ameaça para a saúde indígena. Uma preocupação não só de ficar em casa ou de ficar em quarentena.

Mas, para ele, essa doença de coronavírus é um desafio de seu conhecimento de base.

Eu também inicio relatando sobre minha última pesquisa de campo (2020), no sítio Itaiapu, rio Tiquié/São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Eu ouvi do senhor Benedito, que é meu colaborador, meu padrasto, ex-aluno do colégio internado e morador do baixo rio Tiquié. Então, ele me contou que "antes da chegada dos missionários, certo período houve muitas mortes dos indígenas da região". A missão salesiana de Taracuá foi fundada em 1923, no Alto rio Negro, noroeste amazônico. Eu também nunca cheguei a pesquisar nas fontes bibliográficas crônicas dos padres salesianos da diocese de São Gabriel ou Paróquia Sagrado Coração de Jesus. Mas com certeza devem existir fontes primárias. "Antes da chegada dos missionários houve num certo período muitas mortes dos indígenas da região" (BENEDITO, 2020). Naquele tempo, ocorreram mortes por causa de epidemias como sarampo, varíola, tuberculose e malária na região. Muitas gentes morreram por não saberem os cuidados dessas doenças e do baseese. Essas doenças não são do universo e de conhecimento indígena. Na história do povo indígena, as doenças entraram nas aldeias, nos rios etc., por meio da mercadoria, a exemplo do filme "Brincando nos campos do senhor", de 1991, e sem contar outros fatores socioeconômicos para suprir as necessidades.

Como afirma Justino R. (2020), muitas famílias adentravam nas cabeceiras dos rios e dos lagos, ou iam às casas das roças para fugirem das doenças por um tempo indeterminado. Como os velhos não sabiam nem conheciam do tratamento e da cura, o jeito era fugir. Naquele tempo, eles tinham lugares para se protegerem. Para tratar e cuidar, tem de conhecer as origens, as causas e os tratamentos. O exemplo que o senhor Benedito trouxe foi a questão da malária na região. A saúde pública do município de São Gabriel da Cachoeira/AM afirma que é o carapanã da malária [vetor responsável pela disseminação]. Mas a reação da categoria de especialista (os Kumû ou os Basegi) mostra que existe, sim, a wuhake pari/panela da malária destampada por um sábio malfeitor e existe, sim, a origem causadora. A categoria de especialista ainda não foi convidada para entendimentos institucionais governamentais ou para enfrentamento da malária.

As doenças citadas acima, como afirma Dominique Gallois (1989), são doenças do tempo e doenças contagiosas pelo contato. Procurei me informar e situar melhor com outros textos da antropologia da saúde, referentes à saúde e aos povos indígenas (SANTOS e COIMBRA, 1994), mas nada dessa gravidade, entretanto. São doenças pontuais e localizadas, onde se encontram os povos indígenas.

Os antigos se cuidavam por meio de baseese, akó sistase, uhuse e yukî ou taá dika. Para os baserã, esses elementos contêm anticorpos. A preocupação do senhor Justino é exatamente a do baseese. Qual é a fórmula específica, como acioná-lo e, em que momento da doença pode utilizá-lo? O receio do senhor Justino, já que não funciona com os próprios medicamentos, é que para ele o baseese também não traria resultado positivo. Ele acredita que deve transmutar do coronavírus em leite e uma espuma de buiuiu no corpo das pessoas e tem de esfriar do estado febril para o corpo saudável. Segundo essa categoria de especialista, entende-se que o estado febril das pessoas é semelhante à fabricação de ferro, de ouro... Numa temperatura alta, assim o nosso corpo está fervendo, a qual a gente chama de estado febril. Para se ter certeza, devemos passar por vários experimentos de baseese e nos prevenirmos tomando chá reforçado como baseese e não se sabe exatamente quais elementos influenciam. Se for vírus dos tempos, então deve existir uma fórmula específica para a proteção e para as curas. O que cabe, para nós pesquisadores da área da saúde é ajudar para a categoria de especialista ser reconhecida na reflexividade do cuidado e do tratamento.

É verdade! Nossos avôs e nossos pais fugiam das doenças para os centros das matas. Quanto mais fosse contagiosa os velhos temiam e se retiravam do ambiente ou abandonavam suas casas e iam aos lugares distantes e assim faziam suas quarentenas. Não é um pessimismo sentimental! Mas é uma análise contextual. Atualmente, nós somos os povos indígenas descidos pelos rios acima para a cidade. Agora somos de outros tempos, com outras realidades, e muitos de nós somos de lá e, nós, hoje, estamos no contexto urbano, seja no contexto do município e da capital.

Nossas origens, nossas comunidades de nossos antepassados, ficaram para trás como nossos umbigos cortados e enterrados na terra. São também os nossos vínculos para a existência indígena, como marco territorial. E essa descida pelo rio para as cidades é para se tornar povos indígenas da mercadoria, e isso é exatamente o que aconteceu e o que acontece. O modelo de vida ocidental nos atrai para o poder, para dominar e para tê-lo. A vida dos antepassados era coletividade e atualmente foi transformada em individualidade. Por esse motivo se cria a ânsia de querer possuí-los. Os velhos faziam viagens de visitas para seus cunhados, para oferta ou retribuição, para a festa do ritual, para o trabalho, para ensinar e aprender conhecimentos dos úkûse, dos basese e dos basamori e, depois, certo período eles voltavam para os locais de origens. Hoje em dia vivemos nos centros urbanos e longe de nossas origens. Não temos mais para onde fugir, e não por falta da terra.

O desenvolvimento (questão do garimpo, instalação de hidrelétricas, turismo, lazer e pesca esportiva etc.) adentra nas TIs e não existe lugar mais seguro, lugar para se ter uma boa saúde. Na contemporaneidade, os nossos locais de nascimentos, as nossas origens, quando chegam algumas epidemias nas nossas comunidades se criam certas cosmopolíticas. Desde o começo da história, povos indígenas foram transformando esta realidade social moderna. Por fim, numa perspectiva sociológica e antropológica da reflexividade, trata-se de uma questão de coletividade humana, ecológica, do cuidado e da sensibilidade do ensinamento dos kumuá. Aka werérã marî ye wiiseri nii buruorã/Fique em Casa!

Silvio S. Barreto

Mestre e Doutorando - NEAI/PPGAS/UFAM. Licenciado em filosofia pela Faculdade Salesiana Dom Bosco/Manaus. Especialização em Gestão Escolar pela Faculdade Educacional da Lapa/Paraná. Mestre e Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas. Membro do Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI), Representante do Colegiado Indígena do PPGAS. Bolsista da Capes. Falante da língua tukano e pertencente aos Bará/Tukano Oriental.

23 de março de 2020.

FASE 2 - VOLUME 8
(Publicado em 29/07/2020)

APRESENTAÇÃO

Estamos no final de julho da pandemia da covid-19 no Brasil. O histórico desses meses é de quedas de ministros, crises econômicas, desempregos e diagnósticos confirmados de políticos, e agora do presidente, somados a mais de 80 mil brasileiros mortos pelo SARS-coV-2. Não ouvimos mais panelaços, nem salva de palmas. O país da alegria chora seus mortos, mas seca as lágrimas e volta à rotina de trânsito, jornada de trabalho e happy hour, com bares e restaurantes abertos. O velho ditado de que "brasileiro não desiste nunca" e a recomendação terapêutica de que não podemos perder a fé foram substituídos pelo chavão "o Brasil não pode parar".

Desde o primeiro boletim, ainda no momento em que o vírus incidia nos bairros ricos de São Paulo, Manaus, Rio de Janeiro e Fortaleza, cidades primeiramente atingidas em termos gerais, tendo pessoas infectadas de poder aquisitivo alto, defendíamos que o coronavírus não era democrático, mas atravessado pela desigualdade social, o que foi cada vez mais se evidenciando em números. Conforme Inquérito Sorológico da Prefeitura de São Paulo, o número de mortes de pessoas negras de março até início de julho está concentrado em dez bairros da periferia paulistana, representando 35,2% dos óbitos [1]. A trajetória do vírus em direção à periferia evidencia o caráter de devastação da doença, assim como os povos tradicionais são atingidos de forma violenta e veem parentes morrendo dia após dia em suas terras. A desigualdade se tornou uma espécie de comorbidade, especialmente ao se constatar que a única maneira de prevenção não-hospitalar é o isolamento social. O que não é possível para essas populações.

Acompanhando esse cenário, chegamos ao oitavo boletim. O projeto "Expressões da Pandemia" se mantém refletindo sobre afetos vivenciados durante o espalhamento da doença. Elegemos o afeto como categoria analítica por ser o objeto de pesquisa de nosso núcleo, que procura estudar a mediação dele na reprodução e na resistência à desigualdade social.

[1]<https://br.noticias.yahoo.com/dez-bairros-da-periferia-de-sao-paulo-concentram-mais-mortes-de-negros-por-covid-19-152122638.html>

Podemos contribuir com reflexões sobre afetividade, as quais passaram a dominar mídias e redes sociais pela importância e aderência que tiveram junto à sociedade, inclusive com a recomendação de que uma das formas de enfrentamento ao isolamento era tratar os afetos e ser feliz.

A concepção de afeto é inspirada em Vigotski e Spinoza, que o retiram do psiquismo ou natureza humana e o lançam na história e conflitos sociais. É um fenômeno igualmente da mente e do corpo, sem dicotomia, e que constitui o subtexto de nossas ações e pensamentos. Nessa perspectiva, afetos são radares ético-políticos da forma como cada um de nós vive a pandemia no Brasil. Porque, conforme Spinoza afirma, os afetos são como propriedades da natureza, tal como o calor e frio, a tempestade e o trovão (TP, Cap 1, §4), mas cuja qualidade é determinada pelos encontros, bons ou maus. Ao que Vigotski complementa, salientando a gênese social das emoções, pressuposto que fundamenta o conceito de sofrimento ético-político elaborado por Sawaia para indicar a distribuição desigual de sofrimentos entre pessoas de diferentes classes sociais, ressaltando a inclusão perversa.

É justamente esse conjunto que orienta a práxis psicossocial, pois através da cartografia dos afetos podemos mapear afetações, fruto do mau encontro entre a covid-19 e o vírus da desigualdade social severa. A necessidade de sair de casa para trabalhar, não ter opção de escolher se proteger do vírus e nem da fome, são pequenas amostras da exploração vivenciada por milhares de brasileiros. Vivenciar todas as pandemias tendo um corpo atravessado por esse último vírus traz uma especificidade aos afetos. Qual medo é mais poderoso: o da fome ou do contágio? Ou melhor, como se proteger se não há uma casa? O medo do vírus é mais um, somado à trama afetiva daqueles que vivem as comorbidades da desigualdade social. Os afetos mais presentes durante a pandemia são medo e esperança, que flutuam e se entrelaçam em corpos e mentes, cotidianamente, com outros afetos. Com o relaxamento do isolamento social, criou-se a superstição de que a pandemia está acabando, mas para quem ela realmente está acabando?

O filósofo holandês explica que a superstição é causada e conservada pelo medo (TTP, pref) e no presente caso o medo do choque econômico é muito maior que o medo do vírus. Aqui nos questionamos a que custo os estabelecimentos estão sendo abertos? Quais corpos estão sendo postos em perigo para que as pessoas possam ir fazer happy hour ou para o Brasil não parar? Como vimos há algumas semanas, bares e restaurantes na noite carioca no Leblon estavam lotados. O Brasil não pode parar, mas de fato não pode parar para quem?

Esses questionamentos remetem a uma reflexão antiga retomada por vários filósofos, como Foucault e Agamben: é necessário deixar alguns morrerem para que outros possam viver. Os corpos mais suscetíveis à morte são aqueles que, de alguma forma, "atrapalham" a ordem social capitalista, enquadram a memória do genocídio implantado pelo colonialismo e, apesar dos esforços de desumanização, insistem em demonstrar que são humanos como todos os demais.

Sustentar a cadeia da desigualdade social é necessário para alimentar todo o mecanismo da dialética inclusão/exclusão social. Os trabalhadores das fábricas, garçons e entregadores, não podem parar e o risco de pandemia é sentido por eles diariamente, assim como pelos indígenas, que tentam permanecer em suas terras devastadas pelo avanço do desmatamento, das queimadas, da ação de grileiros, do agronegócio.

Enquanto alguns tentam continuar a vida, pois não podem parar, outros parecem não perceber a necessidade de ficar em casa. A vacina, única possibilidade de prevenção, agora parece mais perto, para o ano de 2021, mas novamente a desigualdade atrapalha a sanidade. Será que ela virá aos países pobres com a rapidez que vai aos países ricos?

Enquanto isso, cada um deve cuidar de seu próprio destino, preferencialmente em coletivos, unindo conatus, já que o Estado abriu mão de cuidar dos seus e se preocupa em vender cloroquina, com a saúde dos bancos e das empresas. Tudo porque as cidades não podem parar. Também concordamos que as cidades não podem parar, mas não as custas da morte do "homo saccor".

Diferente da covid-19, que mata os corpos por asfixia, a desigualdade social mata pela servidão, alimentando o sofrimento ético-político e os afetos tristes daqueles que vivenciam a inclusão perversa. É nesse enlace que os afetos indicam caminhos para a práxis psicossocial.

Por isso, o presente boletim une o conatus de diversos autores que compuseram a disciplina "Vigotski e Spinoza e o estudo das emoções como questão política", do curso de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ministrada no contexto da pandemia. Aqui está presente uma parte dos debates e reflexões desse semestre, que será dividida em dois boletins. No atual número, os afetos explorados pelos autores mostram a melancolia, a comiseração, a solidão na cidade, a ansiedade e a saudade como componentes das vivências em isolamento social, que são atravessados de diferentes formas pela desigualdade. Desejamos que as afetações sejam potentes como os debates que marcaram nosso semestre letivo, on-line.

Bader B. Sawaja
Profa. Titular da PUC-SP. Docente Permanente
do Programa de Estudos Pós-Graduados em
Psicologia Social. Líder do NEXIN.

Ansiedade em tempos de pandemia

Em pesquisa realizada sobre quais afetos estavam sendo registrados pela mídia em tempos de pandemia nos deparamos com cinco textos no Boletim Semanal do Nexo Jornal [1] discutindo sobre ansiedade nesse período. Em um dos textos, Maria Rita Kehl elenca a definição de ansiedade do Dicionário Técnico de Psicologia (Cultrix), de Álvaro Cabral e Eva Nick: "estado emocional desagradável e apreensivo, suscitado pela suspeita ou previsão de um perigo para a integridade da pessoa. No caso de perigos reais, dá-se à ansiedade o nome de ansiedade realista".

O termo ansiedade, do grego agkhô, significa estrangular, sufocar, oprimir, nos remetendo aos efeitos que a ansiedade pode produzir no corpo, como tensão muscular, insônia, taquicardia e falta de ar. Buscamos a definição de ansiedade no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais V (DSM, 2014) para nos ajudar a compreender o que é ansiedade e seus impactos na saúde mental, mas não nos pautamos na patologização dos afetos. O manual define o transtorno como medo e ansiedade excessivos, sendo "o medo uma resposta emocional a ameaça iminente real ou percebida, enquanto ansiedade é a antecipação de uma ameaça futura". O DSM V acrescenta que a ansiedade ocasiona vigilância em preparação para uma ameaça que virá, atitudes de cuidado e esquivas e causa sofrimentos como insônia, prejuízo no funcionamento social, acadêmico, profissional e em atividades da vida pessoal.

Em uma perspectiva mais abrangente, para Vigotski as emoções dependem do significado social do que se vive num determinado momento histórico. Não existe afeto fora da história. Um acontecimento, como a pandemia, tem efeito na subjetividade, afeta a todos no coletivo, porém não da mesma maneira. Pessoas pobres, negras, mulheres e vulneráveis são afetadas em outra medida. Além disso, a pandemia afeta cada uma dessas pessoas de modo particular, na sua singularidade.

[1]<https://gamarevista.com.br/capa/ta-ansioso-ne/?video=1>

Por outro lado, se você pertence à classe dos menos favorecidos, você possui todos esses medos, além do medo da violência policial – que continua agindo nas favelas –, do racismo, da fome, do desemprego, de não conseguir ser atendido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de não conseguir pagar aluguel ou as contas de energia elétrica e de água. Medo de ser despejado e ir parar nas ruas, de morrer de frio nas ruas, medo do seu direito do auxílio emergencial do governo federal nunca chegar.

Falar de ansiedade é falar de afetos, tema sobre o qual Spinoza dá importante contribuição. Filósofo preferido de Vigotski, ele é o autor que nos inspirou a refletir sobre a ansiedade que assola nesse período de pandemia. O filósofo descreve que o ser humano é parte da natureza e sofre ação constante de causas externas, que o subjugam a afetos apáticos e paixões. Existem três afetos originários: desejo, alegria e tristeza. Nestes encontramos um conjunto de paixões, o qual constitui o que podemos classificar de sistema medo-esperança. Trata-se de um sistema com afetos instáveis, em que ocorre uma flutuação de ânimo entre o medo e a esperança, numa dúvida do que está por acontecer.

Segundo Marilena Chauí, no livro "Desejo, paixão na ética de Espinosa" (2011), o medo é a paixão triste, engendrada na experiência imaginativa da incontável vivência dos acontecimentos. Surge da nossa própria condição de seres da natureza que possuem um fim. Afeto que não mantém constância, que surge da ideia de algo futuro ou passado, mas que temos dúvidas se acontecerá. Enquanto a esperança é uma alegria (paixão alegre) que também não mantém constância e surge da ideia de algo futuro ou passado, que também comporta dúvida.

Na ansiedade, lidamos com a incerteza, estado a partir do qual os afetos oscilam. Temos o medo por antecipação do que está por acontecer e sentimos tristeza. Mas também sentimos esperança, uma certa alegria de que algo de ruim pode não acontecer. No período da pandemia, sentimos vários medos, mas também nos mantemos na esperança (alegria) de que coisas ruins não se concretizarão.

Spinoza aponta para o fato de que as afetações podem aumentar ou diminuir o potencial de vida na medida em que podem ter como resultado a autonomia ou a servidão. Nesse sentido, existem políticas que se utilizam do afeto para manter o ser humano na servidão, fazendo uso do medo e da esperança para agregar um grupo que siga o discurso de um líder autoritário. Nessa direção, o fascismo, com um discurso que confunde o que é real e o que não é, a ordem e a desordem, gera insegurança e ansiedade.

O filósofo aponta caminhos para lidar com o medo por antecipação por meio do conhecimento, o mais potente dos afetos, definido o ato de conhecer como a capacidade da mente de pensar, considerando que mente e corpo fazem parte de uma mesma substância. Conhecer os afetos de maneira racional, portanto, é uma maneira de lidar com eles.

A razão pode reordenar os afetos, ajudar a compreender o que desejamos. Entretanto, um afeto não pode ser extinguido por um conhecimento racional, mas sim por outro afeto mais potente e oposto a ele. O que possibilita a mudança de um afeto oposto é a troca de um mal maior por um menor, na qual ocorre a superação da paixão do medo, paixão triste, pela alegria.

Na proporção que as paixões tristes vão sendo afastadas, as alegres vão ganhando força e são ampliadas, fortalecendo o conatus (força vital de autoconservação) e fazendo com que o desejo e a alegria possibilitem, num ato processual, a diminuição da nossa passividade e nos organizem para a atividade.

Nessa direção, a arte tem se mostrado um recurso importante para o enfrentamento da ansiedade e de outros afetos tristes, contribuindo para o fortalecimento da alegria no período da pandemia.

Ironicamente no Brasil a arte foi a mais perseguida pelo atual governo federal e por toda a extrema direita. Desse modo, igualmente, fizeram todos os tiranos ao longo da história. Tudo por conta do poder emancipador da arte. Mas a arte está sempre presente, como resistência.

Assim, na pandemia, a música em lives de artistas diversos e também a música nas varandas, além da poesia em encontros on-line, da fotografia das janelas, bem como os filmes de gêneros mais diversos, têm contribuído para o enfrentamento desse período difícil.

Segundo Vigotski, não existe uma real transformação social e um ato fortuito de liberdade sem a criação e, portanto, sem a arte, que pode ser uma via importante para que o fim da pandemia não represente uma volta ao antigo normal, mas sim que nos direcionemos para uma nova ação transformadora.

Giseli F. Assoni

É mestranda no Programa de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paul, Psicóloga e trabalhadora da área Jurídica.

Débora S. Ragazzo

É mestranda no Programa de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica da São Paulo, Psicóloga, Psicanalista e supervisora clínica na DERDIC/PUCSP.

São Paulo, 13 de julho de 2020.

A solidão da cidade

Muito se tem escrito e dito sobre a solidão no atual momento de isolamento que estamos passando no Brasil e, no caso dos autores deste texto, especificamente da cidade de São Paulo, algumas matérias buscam descrever o que seria a solidão, quais seus tipos e como lidar com esse sentimento [1].

No entanto, essas matérias parecem apontar, apesar de diferentes abordagens, apenas para uma perspectiva da solidão, a saber, a solidão enquanto estado psíquico e emocional individual, e acreditamos que a solidão refere-se a um campo muito maior, isto é, um campo que abrange aspectos filosóficos, sociais e, conseqüentemente, políticos.

Trataremos da solidão como solidão social, ou seja, da solidão enquanto sofrimento comum do tempo presente, que abrange não somente o indivíduo, mas o corpo social e político (a cidade) de um lado; e, por outro lado, trataremos da solidão não apenas como aspecto de um estado emocional e psíquico, mas também afetivo, a partir da filosofia e da teoria dinâmica dos afetos de Spinoza [2].

Para a compreensão da dimensão ético-política da solidão é necessário apresentar alguns conceitos fundamentais spinozanos, no que se refere acerca de sua teoria dos afetos.

[1] <https://www.blogs.unicamp.br/covid-19/da-pandemia-a-solidao-a-distancia-fisica-entre-nos/>
<http://blogs.correiobraziliense.com.br/papodeconcurseiro/solidao-x-solitude-e-possivel-passar-em-concursos-estudando-sozinho-durante-a-pandemia-de-coronavirus/>
<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/05/10/Cuidado-redobrado-e-solid%C3%A3o-como-%C3%A9-dar-%C3%A0-luz-na-pandemia>
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/fique-bem/noticia/2020/04/o-que-fazer-quando-a-solidao-ou-a-falta-dela-assusta-ck8ue37zw0lsx0lntx4lh9eop.html>
<https://www.brasildefatores.com.br/2020/05/15/as-vozes-distantes-que-atenuam-a-tristeza-na-solidao-da-pandemia>

[2] O nome deste autor tem diversas grafias (latim, português e hebraico) as quais são diferentes de acordo com cada língua que foi escrito, porém aqui neste texto os autores optaram por utilizar uma das versões da língua portuguesa.

Para Spinoza, todos os seres existentes são potências para agir e viver e essa potência é a própria energia de vida - termo bastante utilizado hoje em dia - sendo que essa energia pode aumentar ou diminuir conforme encontros com outros corpos e seres. A esses aumentos e diminuições Spinoza irá denominar de afetos, conceito importante em sua teoria. O afeto é a passagem da potência de cada ser para mais potência, ou seja, mais ação. Ou então, para a impotência e, conseqüentemente, menos ação. Quanto mais potência, mais próximo da liberdade o ser humano está e, quanto menos, mais próximo da servidão. Essa passagem é uma variação constante e contínua, visto que o tempo todo um indivíduo está em relação consigo mesmo e com os outros. Quando o encontro produz potência e vida, tem-se alegria; quando diminui a potência, tristeza. Alegria e tristeza são afetos primários, junto com o desejo, que é a essência do ser humano, a partir do qual todos os outros afetos derivam.

Detalhe importante é que no pensamento spinozista corpo e mente são da mesma substância. Significa que tanto a potência do corpo quanto a da mente variam em ato simultâneo. Uma mente impotente corresponde a um corpo também impotente, assim como um corpo impotente a uma mente impotente, distanciando-se totalmente da tradição da relação assimétrica entre corpo e mente.

Dos afetos de alegria e tristeza, há outros afetos secundários, sendo os dois mais importantes o medo e a esperança. Estes dois são indissociáveis para Spinoza, pois sempre que se teme que algo ruim possa acontecer espera-se que não ocorra. Da mesma maneira, ao esperar que algo bom ocorra também teme-se que algo impeça de acontecer. Sendo assim, não existe esperança sem o medo e nem o medo sem a esperança. Disto resulta que, para Spinoza, a esperança é, ao contrário da compreensão tradicional, um afeto triste. E tanto o medo quanto a esperança se referem à incerteza que sempre temos e teremos em relação às coisas futuras. Quando julgamos ter uma certeza em relação ao advento de algo bom que esperamos, passamos da esperança para a segurança, e quando julgamos ter a certeza de algo ruim, passamos do medo para o desespero.

Dito isso, temos que o atual cenário brasileiro é permeado por uma constelação de afetos, que nos colocam não somente diante da distância física entre corpos, mas também diante de incertezas sobre o futuro. Falamos aqui de um terreno fértil para a solidão, não só como aquela tomada pelos afetos tristes, por não compartilhar vivências do cotidiano, mas também pela solidão social, que pode ser sentida por cada um pela impotência de agir coletivamente em momentos difíceis, como os tempos atuais.

Esse sentido social da solidão é compartilhado por todos aqueles que, diante da incerteza do que pode ocorrer com a população brasileira no futuro, se entristecem com a própria incapacidade de imaginarem a si mesmos enquanto potência coletiva. Dessa forma, cada pessoa é impedida de agir no seu presente, pois causas exteriores, como o coronavírus e as crises políticas governamentais e institucionais, são maiores do que a capacidade de unir-se a outros semelhantes para um bem comum.

Para o filósofo holandês, somente na cidade é possível viver uma vida realmente humana, posto que em um estado de natureza [3] os corpos estariam irremediavelmente tomados pelo medo da solidão e da morte, sem a possibilidade de desfrutarem daquilo que os seres humanos possuem em comum, e ainda daquilo que cada um pode compartilhar para se unir sob a lei e a concórdia do melhor para todos.

Isso é o que Spinoza irá considerar no âmbito do que podemos ser úteis uns aos outros, visto que, como partes da natureza, somos menos potentes isolados e, em conjunto, somos mais potentes. E segundo o filósofo a melhor formação político social é a democrática [4].

[3] Estado de natureza e estado civil são conceitos elaborados pelos filósofos chamados contratualistas, para se pensar como surgiu a sociedade civil. O estado de natureza não se refere necessariamente a um evento histórico. Trata-se de uma hipótese teórica para elaborar a construção de uma filosofia política e a formação de um Estado, passando de um estado pré-social, através de um pacto social, para o advento da sociedade civil.

[4] Sobre a superação do medo da solidão e medo da morte, na construção da sociedade democrática junto com o temor das leis, conferir o capítulo "Medo e Esperança, Guerra e Paz". In Chauí, Marilena Desejo. Paixão e ação na ética de Espinosa. Companhia das Letras.

No entanto, para que isso possa ocorrer, Laurent Bove [5], estudioso de Spinoza, nos alerta para um ponto fundamental na construção desse corpo político democrático: o afeto de confiança.

Ao chegarmos aqui podemos agora trazer uma definição do que seja a confiança para Spinoza, segundo Bove, no que segue: enquanto que a segurança se refere ao tempo presente, a confiança é a segurança dilatada no tempo, que se estende ao longo de uma duração indefinida.

Imaginemos a seguinte situação: para realizar um trabalho com alguém que temos boas referências, temos a segurança do êxito do trabalho, e após isso temos uma confiança de que todos os trabalhos futuros com essa mesma pessoa serão positivos. E qual o motivo disto? É que, enquanto a segurança é um afeto alegre, mas passivo (pois nossa certeza se refere apenas ao tempo presente e a uma causa exterior), a confiança é um afeto alegre ativo (neste caso, a certeza se refere a um tempo indefinido e não dependemos mais de causas exteriores a não ser nós mesmos).

A confiança passa por dois pontos centrais na construção de uma sociedade democrática: o outro que, como dizemos, é de utilidade para a composição das potências comuns na construção social da cidade e da política, assim como a constituição das instituições democráticas, que permitirão estabelecer condições para que possamos estar menos sob a força das contingências e mais sob a própria potência da cidade. Na e pela confiança mútua entre cidadãos, e na relação com as instituições democráticas, é possível a constituição de uma potência coletiva entre os corpos sociais e institucionais, promovendo maior ação da cidade nas tomadas de decisão sobre si naquilo que é o melhor em suas necessidades. Com isso, o medo originário do estado de natureza é modificado.

[5] Para maiores informações sobre a questão da confiança na construção democrática para Laurent Bove, conferir: A função ambivalente do amor: objeto do amor e amor sem objeto na política espinosista. In: Espinosa e a psicologia social: ensaios de ontologia política e antropogênese. Ed Autêntica. Da confiança política: construir a Hilaritas Democrática. <https://spinoza.jur.puc-rio.br/wp-content/uploads/2016/12/Spinoza-e-as-Americas-Volume-2.pdf>

Porém, a instauração da democracia e suas instituições estará sempre ameaçada por paixões destruidoras e pelo advento possível de uma figura tirânica, que se aproveita da flutuação de ânimo dos cidadãos entre o medo e a esperança e, conseqüentemente, da impotência mesma do corpo social imerso na tristeza.

Na situação atual em que estamos no Brasil e, mais especificamente, na cidade de São Paulo, onde os autores deste texto se encontram, é vivenciada por uma grande parcela da população uma desconfiança e até mesmo um medo constante sobre as instituições que deveriam oferecer segurança e justiça para seus cidadãos, tais como o Poder Judiciário, o Senado e outras instituições públicas e civis. Dessa maneira, a desconfiança do outro que apoia um possível regime ditatorial associado a uma figura autoritária de poder, somada à inércia das instituições que não amparam uma parcela necessitada da população e a restauração de um equilíbrio democrático e respeito às leis, provoca uma descrença coletiva em relação ao futuro das próprias vidas no país.

O resultado, no momento, parece ser algo muito próximo de uma quebra da segurança e da liberdade, que seriam os objetivos de uma sociedade democrática, empurrando a todos para uma guerra multilateral, em que cada cidadão acaba tendo que pensar somente na própria sobrevivência, sentindo-se desamparado e isolado.

Juliana Berezoschi
Psicóloga pela FURB (Blumenau-SC). Mestra e
doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP
Integrante do Nexin.

Thiago da Silva Prada
Doutorando e Mestre em Ciências Sociais (PUC-SP).
É professor, poeta e escritor. Ministra palestras e
cursos envolvendo filosofia, psicologia e ciências
sociais, articulando literatura e cinema.

São Paulo, 09 de Junho de 2020.

Coração na ponta da lança, relógios parados,
vendavais internos: sobre saudades

O volume de mortes pelo coronavírus, que cresce significativamente no Brasil, no dia 06 de julho somava mais de 64.000. Esse número pode ser visto como um dado da tragédia na qual estamos imersos, mas, para além disso, representa vidas perdidas, vidas que não voltam. A morte distancia de forma irreparável e a saudade é o inefável que liga os seres, em um misto de dor do que não se pode ter mais, com o prazer da lembrança.

Junto com vidas que se perdem, existem famílias, amigos, amantes que necessitam fazer a renúncia forçada do contato físico e humano com a pessoa querida que se foi. A morte talvez seja o signo de saudade que mais deve ecoar e doer nas vidas brasileiras na atual conjuntura, visto que o Brasil está entre os países com maior taxa de letalidade desta pandemia.

Segundo Spinoza, no livro III da *Ética*, definição 32: "A saudade é o desejo, ou seja, o apetite por desfrutar de uma coisa, intensificado pela recordação desta coisa e, ao mesmo tempo, refreado pela recordação de outras coisas, as quais excluem a existência da coisa apetecida". Esta "sede" é pelo encontro que não se concretiza. Esta lembrança é pelo que dói. A mesma memória que preenche um espaço vazio no presente não o preenche para além de imagens pretéritas, que afetam o ser humano pelos limites colocados no tempo-espaço. No entanto, a saudade também se expressa no sentimento da distância física proposital e necessária para conter a infecção e a contaminação brusca do conjunto da população.

Os tempos de isolamento social têm sido marcados por um constante exercício de paciência. Vemos muitos que se julgam "senhores e senhoras da imunidade" no poder, na vizinhança, nas ruas, aumentando ainda mais a (in)determinação do tempo de afastamento. Spinoza na *Ética III* afirma: "essa tristeza, à medida que diz respeito à ausência daquilo que amamos, chama-se saudade".

Quando há a recordação de algo ou alguém, ocorre a emulação do mesmo afeto do vivido no passado com os afetos do presente. Sem, no entanto, se realizar concretamente, pois o tempo já é outro e neste a dor contracenana com o memorar de um momento feliz. Assim sendo, torna-se possível sentir falta de ações que antes poderiam parecer banais, como um abraço, um toque, uma conversa ao "pé do ouvido" e tudo que está relacionado ao afeto entre os corpos. Mas a atual conjuntura exclui as possibilidades de saciar tais vontades pelo contato físico e vivenciar os afetos para além do setting virtual.

Existe um provérbio português, atribuído a Luís de Camões, que diz: "a verdadeira afeição na longa ausência se prova". A palavra afeição tem mesma raiz etimológica que a palavra afeto e ambas denotam uma "marca" que fica, que insiste em permanecer dependendo do seu grau de incidência. A lusofonia é a única identidade linguística que criou um termo para expressar o afeto pelo sentimento de falta.

Saudade é palavra da língua portuguesa única em significado. Nenhum outro país consegue alcançar a profundidade dos afetos gerados pelo termo. Falar sobre saudade, principalmente em momentos de pandemia, é sentir aperto no peito, é experienciar o tempo insistindo em andar mais lento, é visualizar o abismo que gera a ausência. É suportar o choro que nunca se fez tão presente e tão repentino. É lidar com o silêncio profundo e o tumulto interno, nossa poeira de dentro, nosso desalento. É sentir o amor que ressoa e resiste. É suportar dias e noites eternas.

Precisamos reinventar nossas rotinas e cartografar outros modos possíveis de executar determinadas tarefas, determinados ritmos. Nunca estivemos tão conectados virtualmente e talvez nunca tenha ficado tão evidente a falta que a presença física do outro nos causa. A saudade está, portanto, referenciada no espaço em que as relações não podem mais acontecer, mas também no tempo. O tempo é incontrollável, impossível de deter, corre fluido como um rio em direção ao mar, e no entanto Mario Quintana dizia que "a saudade é o que faz as coisas pararem no tempo".

O tempo do momento é um tempo de recordações, um tempo de distância, um tempo que dá tempo. É um tempo de falta do outro, do que não se pode mais viver.

A saudade emana no tempo. Ela contracenava com o tempo e parece que se fundem para tocar nossas vidas de modo profundo, nos fazendo apenas aceitar, desapegar e seguir o curso da vida.

À espera pelo retorno dos bons encontros, das partilhas que pedem abraços sem qualquer constrangimento, da vastidão e imensidão que há na presença, na troca de olhares e sorrisos sem máscaras, na taquicardia e respiração do amor delicado, na arte que possibilita uma lufada de ar, notamos um respiro, uma atualização de epifania, um aconchego. É chama acesa para insistir, é um sentido para seguir, para resistir, para dar contorno, para cicatrizar: assim, então, como Caetano Veloso nos ensinou, oramos ao tempo...

"Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo, Tempo, Tempo, Tempo
Entro num acordo contigo
Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
Tempo, Tempo, Tempo, Tempo
És um dos deuses mais lindos
Tempo, Tempo, Tempo, Tempo"

Alberto Rodrigues Silva
Mestrando em Psicologia Social pela PUC-SP.
Integrante do NUPPDES.

Ana Carolina Martins Gil
Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP,
psicóloga clínica e professora universitária.

São Paulo, 06 de julho de 2020.

Afecções capitalistas e melancolia pandêmica

Sim, nos sentimos cansados. Melancólicos até. Talvez porque, para além dos papéis sociais engessados e pressupostos, a substância humana queira "falar". Acontecer. Conservar-se. Perseverar. Spinoza nos diz sobre as afecções de tristeza que igualmente e de modo síncrono são vividas na alma e no corpo, por toda sua extensão e em todas as suas partes. A essa espécie de tristeza o filósofo chama melancolia (E III, prop. 11, esc.). Nesses tempos de afecções múltiplas, a "ressurreição" de muitos vêm dos amigos, dos amados, dos familiares ou dos nem tão familiares assim, os estranhos. Por whatsapp, vídeo chamada, ação social, lives disso e daquilo, algumas ações nos fazem respirar e voltar à vida sorrindo, como nos indica Spinoza, aumentando nosso conatus - nossa potência de conservar e perseverar na vida. Mas esses deleites, virtuais, bastam ao nosso existir?

Inúmeras pessoas têm vivido uma "quarentena às avessas", mais na rua, cumprindo tarefas do que em casa. Algumas mais em casa, mas ainda assim sob a demanda de tarefas redobradas. Outras ainda em casa, mas sob a pressão cultural capitalista arraigada do "temos que produzir o tempo todo, a cada minuto, ficar parado é tempo perdido, tempo é dinheiro e produzir é se fazer um sujeito de dignidade e merecimento". Quando em casa, as demandas relacionais não esperam, simplesmente acontecem. Não é por menos que temos acompanhado números crescentes de casos de violência doméstica.

Ainda temos os casos de violência psicológica, que representam um sequestro do "sopro de vida", da força e perseverança por viver. São a face cativa de um modo de violência. "[...] Violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror" (CHAUI, 1999)[1].

[1] Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs14039904.htm>>

Num âmbito macro, ficamos à mercê de um (des)governo que nos subjuga a relações políticas perversas e nos retira o direito de exercer cidadania, de sermos sujeitos de potência. Um governo que nos lança "face a face" com a melancolia, uma melancolia que é ético-política, que nos faz mal, um afeto que é contrário a nós à medida que nos coloca na servidão e passividade. "Chamamos mal àquilo que é causa de tristeza [...], àquilo que diminui ou entrava a nossa potência de agir" (E IV, prop. 30, dem.). A passividade melancólica gerada (construção subjetiva/objetiva) no anseio de corresponder às expectativas do meio de produção capitalista, ao mesmo momento se depara com a realidade de que é impossível dar conta de tudo. São afetos tristes. É uma existência colocada em "xeque", enredada na insatisfação de "fazer e fazer, desejar e desejar" sem alcançar a "conformação ideal". Sente-se, portanto, inconformada - sem forma.

Quem são as vítimas dessa violência velada, invisível? Não estamos todos nós, de certo modo, passando por isso? Sequestrados de nós, subjetiva e objetivamente, por uma racionalidade capitalista, sutilmente (ou nem tanto) a nossa vida social, familiar e afetiva está imbuída de normatividades ilegítimas e naturalizadas, que nos retiram a historicidade enquanto ser social e político. Teoricamente, a quarentena poderia significar um momento de descanso para muitos, um momento de parar, olhar, sentir, compreender, cuidar. Mas no Brasil de muitos "Brasis", sob o julgo imponente de afecções capitalistas, inúmeras pessoas se veem na obrigação de dar continuidade aos seus compromissos de vida em meio ao caos pandêmico por diversos motivos: medo de perder o emprego, de passar fome, de "não ser ninguém", de ser inútil, impotente, esquecido, inexistente, além do medo de parar de produzir.

Mas produzir como? De modo algum pretendemos incorrer no risco de cair no dualismo mente/corpo como coisas separadas, mas o sentimento atual é de que estamos suscetíveis, a cada dia, a uma "surra subjetiva". Como se a dimensão psicológica - que se constitui permeada pelas afecções e atividades em um meio que é da ordem das relações e condições materiais, históricas e dialéticas -,

estivesse sendo sufocada, não se valendo nem de tempo, nem de potência, nem de espaço para fazer síntese das teses e antíteses. Mal se consegue fazer o salto qualitativo e já vem mais novidades, mais dias, mais acontecimentos e sobrecarga de informações, mais pressão pela produção e mais caos. Melancolia. Esvaziamento de si. Contemplação de sua própria impotência e falta de sentido.

Ora, se o sujeito é Ser de temporalidade, logo é Ser que possui historicidade, uma vez que é Ser de conatus, é sujeito de potencialidade, de afecções e afetações. Enquanto Ser de espacialidade, é ainda sujeito corporal, da ordem do tecimento relacional e do contato com o meio. Se acaso tudo isso lhe é retirado e imerso na melancolia, gerando a ausência de si mesmo, a partir de onde esta dimensão psicológica se constitui? Quais afetos nos permeiam e balizam esta constituição?

Fazemos o que temos que fazer, o que o momento nos pede. E o momento não é de "normalidade" ainda que paire sobre o imaginário de muitos algo parecido com a propaganda do governo de um determinado Estado - como forma de consolo e força à população: "Isso tudo vai passar e, depois que passar, retornaremos a fazer o que sabemos fazer de melhor, trabalhar". Sim sabemos, a vida não pode parar, aliás é exatamente por isso que está acontecendo o que está acontecendo! Porque ela não para. O que nós podemos fazer é criar, cocriar, reinventar, remendar, pausar isso ou aquilo, diminuir, acelerar, aumentar, aquietar, compreender, respeitar. Mas ela mesmo, a vida, não para não. É a substância humana "falando alto". Sobretudo porque não podemos nos esquecer por meio de qual caminho todas essas ações nos são possíveis: união de conatus, fortalecimento do comum, bons encontros - mesmo que virtuais neste momento -, que nos fortalecem em busca das ideias adequadas.

Então, sim, temos compromissos a serem cumpridos, que precisam de continuidade. Mas de que forma? Como antes deste momento de atipia da tal normalidade?

Dentre tantos modos de violência que são naturalizados nas condições do viver, este - o da melancolia ético-política -, não pode ser mais um. O ser humano é sujeito de linguagem, sentidos, afetos. Não há experiência humana ausente de afetações.

Articulando de recurso metafórico, pontuamos: se acaso hoje os pés estão crescidos é indicado que ainda usemos o calçado do mesmo tamanho? Às vezes é melhor ficar descalço mesmo. Por que ainda acreditar que a "dimensão psicológica das pernas" pode seguir com os mesmos passos de antes? É certo que neste momento eles - os passos desta dimensão - estejam muito mais largos, tendo que alcançar distâncias antes nem imaginadas, percorrer muito mais metros em bem menos tempo.

Carla de Almeida Vitória
Psicóloga, mestranda em Psicologia Social pela PUC-SP.
Integrante do NEXIN - Núcleo de Pesquisa Dialética
Exclusão/Inclusão Social.

Dariane Doria Ribera Vidal
Psicóloga, mestranda em Psicologia Social pela PUC-SP.
Integrante do NUPRAD - Núcleo de Práticas Discursivas.

São Paulo, 09 de junho de 2020.

Afetos que fortalecem e enfraquecem o conatus em tempos de pandemia

Embora o distanciamento social imposto pela pandemia de covid-19 ao mundo intensamente globalizado tenha produzido reações favoráveis, discordantes ou negligentes, ainda é a melhor alternativa para a contenção do vírus, conforme a Organização Mundial da Saúde. Pelo viés da filosofia spinozista e sob essa nova regra social, vamos refletir sobre a "Pietas" e a "Comiseração", destacando outros afetos inter-relacionados. Se, por um lado, a solidariedade e a empatia se relacionam com a pietas, a resignação, o fatalismo e o ressentimento, por sua vez, são afetos entrelaçados com a comiseração. De uma forma geral, todos os afetos são modos de perseverar na existência: os relacionados a pietas se configuram em torno de relações fortalecedoras do comum e da liberdade e os ligados à comiseração são afetos que reforçam a alienação e a servidão.

Preliminarmente, importa-nos destacar que o distanciamento social é uma prática comum na história da humanidade. Há relatos milenares de pessoas que, por motivos religiosos, praticaram o distanciamento social, refugiando-se no deserto, nas florestas ou nas montanhas, a exemplo de ascetas e monges. Por motivos artísticos, também encontramos aquelas que se distanciaram em busca de inspiração. Mas há, também, o distanciamento social forçado, como estratégia de punição e controle dos corpos, como em manicômios e presídios. Sendo assim, sem esgotar os modos de distanciamento dos núcleos de sociabilidade, enfatizamos o caráter contingencial e histórico deste atual momento vivido pela humanidade.

Desde que a China notificou à Organização Mundial da Saúde, em dezembro de 2019, sobre o surto de uma nova doença no trato respiratório, a população de inúmeros países se isolou progressivamente como medida de mitigação ao espalhamento do SARS-coV-2. A função sanitária do distanciamento social foi preponderante à economia, ao lazer, à educação e levou pessoas a refazerem hábitos, trabalhos e práticas religiosas.

Em um contexto de desigualdades sociais tão exacerbadas como é possível verificar no Brasil, deve-se reconhecer que é um privilégio manter o distanciamento social, pois esta prática requer estrutura social, econômica e psicológica. Por essa razão, junto aos que conscientemente reconhecem a importância do distanciamento e usam dos privilégios que têm para cumpri-lo, também reconhecemos como fortalecedores do conatus aqueles que, por falta de opção ou por desempenharem um trabalho essencial, estão expostos às agruras do vírus. Por outro lado, temos aquelas pessoas que estão em casa de maneira individualizada, usufruindo dos seus privilégios e progressivamente mais insensíveis ao que ocorre ao seu redor. A estes últimos se aplica a noção de isolamento, pois voltam-se à própria solidão e deixam de compor com o comum.

O distanciamento tem sido uma afecção muito potente ao favorecer relações de solidariedade, pois além da dimensão pessoal de preservação da própria vida, o fato de não adoecer e não ser retransmissor do vírus contribui para que haja leitos nos hospitais para quem necessitar e para evitar uma sobrecarga aos profissionais da saúde. A solidariedade se mostra também no fortalecimento dos vínculos entre familiares, vizinhos e entre pessoas que nem se conhecem, como é o caso daqueles que se solidarizaram em campanhas de financiamento coletivo, doações, engajamento político, entre tantas outras formas criativas que surgiram neste período.

Nesse contexto, o distanciamento mostra-se como uma postura de fortalecimento do comum e de afirmação do direito natural de perseverar na existência. Esta parcela da sociedade que permanece sensível - intelectual e corporalmente - à necessidade de uma coalizão ampla, geral e irrestrita em prol do distanciamento social, não faz outra coisa que agir pelo "desejo de fazer o bem que é engendrado por vivermos sob a conduta da razão" (Spinoza. Ética IV, Prop. 37, Escólio 1). Estas pessoas são afetadas pela pietas e por isso agem no mundo com gestos de empatia e solidariedade.

Elas se tornaram capazes de discernir entre a multiplicidade de afecções vivenciadas neste período, quais são as ideias adequadas e quais afetos fortalecem o comum, ainda que isso implique em sustentar o pesado fardo da mudança abrupta do estilo de vida, inclusive a distância física dos entes queridos. Com efeito, esta população que permanece em casa, de forma não reativa, fundamentada na ponderação dos princípios que justificam a coesão social no distanciamento, possibilita um aumento de potência e um fortalecimento do conatus[1], apesar do isolamento.

Em contrapartida, outra parcela da população, em meio ao risco de padecer por uma doença ainda sem cura, sai às ruas, resiste ao isolamento, não acata orientações de autoridades sanitárias e não reconhece o distanciamento como medida profilática ou o meio mais eficaz de impedir o colapso do sistema de saúde e o contágio generalizado. Que afetos ou paixões mobilizam estas pessoas? Ao agir ou reagir em desacordo com aquilo que ordena o decreto comum da cidade (Spinoza. Tratado Político, cap. V. n. 4), esse grupo promove um atentado contra a ética e põe em xeque o útil comum. Dos vários afetos constelados aqui, vamos enumerar apenas quatro: a resignação, o fatalismo e o ressentimento e a comiseração. A combinação destes afetos produz um liame perverso que mantém a ilusão de liberdade e impede a busca das causas adequadas e o desenvolvimento da autonomia, fazendo com que os indivíduos permaneçam enredados nas redes de servidão.

A resignação, segundo o Houaiss, está relacionada com atitudes de submissão à vontade de alguém ou ao destino. O fatalismo reforça a superstição, porque leva à seguinte máxima: tudo só acontece quando tem que acontecer. O ressentimento (KEHL, 2009) leva o sujeito a renunciar ao seu desejo em nome da submissão a um outro, investido de poder, visto como único capaz de responder ao mal-estar que o aflige.

[1] Na Ética III, Prop. VI, Spinoza define o conatus como o esforço de todas as coisas para perseverar em seu ser. Este esforço de auto conservação, quando referido à Mente chama-se Vontade, quando relacionado ao corpo denomina-se appetite. (Ética III, Esc. Prop. IX). A Alegria aumenta o conatus e a tristeza diminui.

Pela Ética III, de Spinoza, pode-se afirmar que estes afetos pertencem ao reino das paixões tristes, porque não levam à busca das causas adequadas e à clareza de entendimento daquilo que afeta o corpo e a mente. Desse modo, a possibilidade de maus encontros - com o corpo do vírus, sobretudo - é aumentada na mesma proporção em que a capacidade de perseverar na existência diminui. Embora a resignação, o fatalismo e o ressentimento sejam colocados em ordem da servidão, da passividade e da busca de recompensa, também são modos do ser humano perseverar na existência, pois, conforme Spinoza, às vezes luta-se por manter a própria servidão pensando que se está lutando em nome da liberdade.

Ao induzir encontros que podem diminuir a potência de vida, esses afetos combinados produzem um conhecimento ilusório da realidade, a saber: negação da alta letalidade do vírus, defesa da contaminação em massa para produzir imunização mais rápida da população - imunidade de rebanho - e propostas de "isolamento vertical" como estratégia para refrear a recessão econômica.

Entretanto, quando ocorre o aumento do número de infectados e de vítimas fatais, a reação é de indiferença. Todavia, se alguém que compartilha a mesma ideologia vier a ser contaminado pelo vírus, a reação será de tristeza e de complacência com seu sofrimento. Nesse caso, não se pode afirmar que existe comiseração, pois de acordo com Spinoza a comiseração leva a sentir o mesmo dano sofrido por aqueles que considero semelhantes a mim.

A comiseração, tristeza nascida da desgraça de outrem (Esc. Prop XXII E III), produz uma espécie de contágio e põe em curso a imitação afetiva, através da qual sou afetado, por meio da imaginação, pelo mesmo afeto ou por uma afecção corporal semelhante àquele afeto que o outro está sendo afetado (Spinoza. Ética III, Prop. 27). No entanto, se vier pautada pela clareza da razão, a comiseração dará lugar a pietas, ao desejo do bem comum, à passagem de uma perfeição menor para uma perfeição maior, isto é, ao aumento da alegria e ao fortalecimento do conatus.

Como exposto acima, um mesmo fenômeno social - a pandemia e o distanciamento social - pode produzir vivências completamente opostas e promotoras de efeitos concorrentes, uns na direção da servidão, outros da autonomia. Desse modo, a pandemia nos permite verificar os dois níveis de conhecimento e seu efeito político: o de primeiro e o de segundo grau.

O conhecimento de primeiro grau sustenta tanto a superstição, as fantasias ou fixações em ideias inadequadas, quanto a comiseração, a resignação e o fatalismo. O conhecimento de segundo grau leva à busca das causas adequadas, do útil comum e da pietas. Cabe à sociedade democrática fortalecer seus instrumentos garantidores de diálogos, capazes de conduzir às ideias adequadas e ao aumento da capacidade de afetar e de ser afetado a partir de uma ética que nos permite viver menos enredados na servidão e mais predispostos à liberdade.

José Carlos de Oliveira
Graduado em Comunicação das Artes do Corpo, mestre
em Ciências Sociais e doutorando em Psicologia
Social. Todos os cursos pela PUC-SP.

Taffarel Ramires Fernandes
Graduado em Psicologia e pós-graduando, pela
PUC-SP, em Psicologia Social.

São Paulo, junho de 2020.

FASE 2 - VOLUME 9
(Publicado em 02/09/2020)

APRESENTAÇÃO

Chegamos ao final de agosto de 2020, momento em que se encerra um semestre de pandemia da covid-19. Nesse período, não pudemos desenvolver nossas aulas e pesquisas alheios a esse acontecimento dramático que assolou o mundo. Assim, decidimos colocar nossas reflexões sobre afetos para colaborar na criação de formas de enfrentamento à peste, especialmente com o prognóstico de isolamento como única possibilidade de mitigação - dada a completa ignorância sobre a ação do vírus de início e o paulatino avanço acerca da compreensão do SARS-coV-2 em seguida. Caminhamos no sentido de entender e se possível colaborar com a única forma de prevenção, o isolamento, mas ainda nos encontramos em perplexidade ao constatarmos o enredamento do vírus com a desigualdade social.

Nós passamos a realizar uma cartografia dos afetos, apresentada nos nove volumes do boletim (até o momento), publicados desde março. Também passamos a realizar lives, via facebook, uma delas intitulada “Mapeamentos dos Afetos”, com a presença de autores e organizadores do Boletim. São diversas vozes que, como mencionado na live por Richard, compõem essa obra para expressar criticamente a pandemia na sua complexidade de configuração, atravessada pela desigualdade social que enlaça classe, raça, etnia, gênero e idade. O território brasileiro tem diversos lugares e realidades, e “o boletim Expressões da Pandemia cria espaço para divulgar os diversos contextos”, conforme afirmado pela indígena Jussara, na live do dia 5 de agosto de 2020.

São essas vozes que estão vivendo a dura realidade nos diferentes locais, e no caso desse volume os autores puderam compartilhar suas vivências virtualmente, durante o primeiro semestre, por meio da disciplina “Vigotski e Espinosa e o estudo das emoções como questão política”, ministrada na Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP. Aulas no formato online possibilitaram a discentes dividirem experiências cotidianas em diferentes cidades brasileiras, seja da periferia ou do centro urbano, como nos mostra o texto de Alice e Fernanda, que observaram por meio de fotografias tiradas da janela.

Segundo elas, a arte deve ser ferramenta de criação necessária para lidar com a realidade pandêmica. Para as autoras, durante a referida live, ficou claro que "a arte é fundamental mesmo no isolamento".

"O vírus não circula. São as pessoas contaminadas que circulam". Essas são as sábias palavras do indígena Josias Sateré, que evidencia nuances da inclusão perversa vivida por aqueles que não têm direito ao isolamento ou distanciamento social. Esses que diariamente precisam sair às ruas para trabalhar e enfrentar a grande comorbidade vivida no Brasil, a desigualdade social. Essa dimensão perversa da pandemia é marcada no presente volume pelo texto de Beatriz e Richard, que apresentam a luta das populações tradicionais e do povo negro historicamente afetados pelo cerceamento de direitos civis e naturais imposto pelo Estado brasileiro.

Como resultado dessa luta, o texto de Camila e Adrienne mostra que tanto os povos tradicionais quanto o povo negro encaram a experiência da desigualdade social. Elas destacam o sofrimento vivido pelo impedimento do direito ao luto desses corpos. As autoras também fazem uma reflexão sobre as possibilidades de se ter uma experiência de luto que viabilize o resgate das memórias e o acolhimento da dor. Como Josias Sateré mencionou na live, o boletim se tornou um "canal de comunicação importante" para denunciar esses contextos, que são agudizados pela força do espalhamento do vírus.

Após meses três meses tendo em média 900/1 mil mortes por dia, tendo chegado na casa dos 120 mil óbitos e 3,8 milhões de infectados, observamos uma transformação da cartografia dos afetos, hoje marcada pela flutuação de emoções. As emoções alegres sendo sufocadas pelas tristes. Por medo, ansiedade, humilhação, saudade e melancolia. A empolgação pela tecnologia da comunicação começa a arrefecer. Será que a falta de encontros potentes imposta pelo isolamento não é apaziguada pela tecnologia? Em meio a essas questões, duas constatações importantes: a potência de vida continua a circular nos corpos, impulsionando a busca de encontros, e a força dos afetos insiste em sustentar essa potência.

Dai o questionamento de um dos textos do boletim: será que a tecnologia pode colaborar para o conhecimento adequado dos afetos, disseminando e sustentando paixões? Esse é um dos questionamentos das autoras Andreia e Juliana, no texto sobre os memes, em que apontam para um grande aumento do uso das redes sociais e também do compartilhamento de memes, os quais podem conter tanto informações claras como também distorcidas. Para elas, isso pode implicar em ideias inadequadas que prejudicam o combate à pandemia e acentuam a desigualdade social e o sofrimento ético-político.

Essas são as reflexões que o nono volume do Boletim "Expressões da Pandemia" está trazendo. Porém, para além delas, ele também é fruto dos encontros potentes realizados durante a disciplina na PUC-SP e nos diálogos inter-grupos de pesquisa. Acreditamos que esse boletim mostra que é possível construir amplas afetações, mesmo tendo o encontro somente de forma virtual.

Bader B. Sawaiia
Profa. Titular da PUC-SP. Docente Permanente
do Programa de Estudos Pós-Graduados em
Psicologia Social. Líder do NEXIN.

Luto coletivo: uma urgência ético-política

"Quem vai pagar a conta? Quem vai contar os corpos?
Quem vai catar os cacos dos corações?
Quem vai apagar as recordações?
Quem vai secar cada gota? De suor e sangue".
Luedji Luna

No princípio, ficamos sabendo de uma doença "de um povo de lá". As mortes por conta de uma epidemia em um país distante, tanto geográfica, quanto culturalmente, chegavam ao nosso conhecimento pelos noticiários. Não sabíamos os nomes, os rostos, os sonhos, as dores daquelas pessoas de lá. Mas, ainda assim, naquele momento, já se anunciava o pesar.

Hoje, em junho de 2020, cerca de seis meses depois do primeiro caso registrado na China, há um crescimento exponencial de pessoas infectadas e de óbitos provocados pelo coronavírus no Brasil. Com uma porcentagem tão grande de casos é difícil que não seja conhecida, de cada um de nós brasileiros, ao menos uma história, um rosto, um vínculo. Agora, estamos sabendo de uma doença "de um povo daqui". Do nosso próprio povo. Das nossas próprias dores. Não nos informamos apenas pelos noticiários, mas somos invadidos e afetados diretamente pelos acontecimentos.

A dor da perda já reconhecida na face do povo de lá, aqui, confunde-se com a dor da injustiça, da violência, da fome, do desemprego, da humilhação, do racismo. Aqui, a dor não é apenas pela doença, mas é, sobretudo, pela desigualdade social. Ainda que escamoteada pela suposta universalidade e democratização do vírus, a pandemia não só evidenciou, como também acirrou as expressões da desigualdade no Brasil. Dentro de um mesmo país, também parece haver um "povo daqui" e um "povo de lá". A letalidade do vírus denuncia o abismo entre a população, fazendo um maior número de vítimas entre negros, pobres e periféricos.

Há uma lógica perversa que funda a relação com a morte e o morrer na sociedade brasileira, na qual apenas algumas vidas importam e são passíveis de luto, apenas algumas mortes são choradas e têm suas narrativas reconhecidas publicamente, enquanto outras se reduzem à números e estatísticas.

Durante a pandemia pelo coronavírus, esse traço de indiferença em relação à morte foi posto de maneira estendida e generalizada. A exemplo, em 28 de abril, dia em que o presidente diz "E daí?" para o recorde de mortes no país, a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República lança o "Placar da Vida", que inclui o número de infectados, o total de curados e em recuperação, ignorando o número de mortes.

Já no mês de junho, o Ministério da Saúde segue articulando mais iniciativas de ocultamento dessas informações, excluindo definitivamente do site oficial os dados acumulados sobre o número de infectados e mortos pela covid-19, privando a população do acesso ao quadro total da pandemia.

A vivência de um luto não se faz sem a dimensão do reconhecimento, daí a importância do acompanhamento em relação a essas perdas, de maneira global, pelas estatísticas ou dados numéricos reais, mas, sobretudo, a partir do reconhecimento de nomes, histórias e narrativas. Para além dos aspectos políticos, a pandemia pelo coronavírus, apresenta ainda especificidades quanto à vivência do luto. Por conta do alto risco de contaminação pelo vírus, aspectos culturais importantes relacionados à morte foram alterados, tais como velórios com restrições de familiares, caixões lacrados, isolamento durante o período de hospitalização dos infectados, bem como o distanciamento social em relação à rede de apoio dos familiares enlutados.

Se a experiência de uma perda irrompe uma ruptura no mundo presumido de um sujeito, nos damos conta que estamos habitando um país em ruínas. O que sobra deste país que há tempos apresenta rachaduras profundas e que, agora, desmorona? Diante de tantas perdas recorrentes, concretas, materiais, simbólicas, políticas, sobrepõem-se camadas de luto sem que estejam postas as condições necessárias para a sua elaboração. Assim, a melancolia se alastra por entre a população. Para Spinoza, a melancolia é uma paixão antipolítica por excelência, relacionando-se à impotência, à paralisia, à redução do conatus.

Esse afeto triste, em relação ao corpo, consiste na potência de ação ser totalmente diminuída ou refreada (E IV, Prop. 42). Nesse sentido, uma população absorvida pela melancolia terá dificuldades de encontrar saídas para a situação de servidão e crise política como a que nos encontramos.

Contudo, o autor defende que todos os seres buscam perseverar na existência, mesmo diante de tantos entraves postos na materialidade da vida. Quando Spinoza aponta que um caminho possível para a superação da melancolia está nos "bons encontros", nos indica uma direção: a importância de elaborar coletivamente as perdas vividas neste contexto. Ampliando-se a perspectiva do luto como uma vivência individualizada e solitária, lembramos da sua importante dimensão coletiva, pública e política. O luto coletivo é uma urgência ético-política para o nosso país!

Ressalta-se o luto enquanto trabalho psicossocial de transformação de um mundo rompido que, num primeiro momento parece em ruínas, mas onde há uma potência criativa para reconstrução. Apostamos, então, na afirmação desse luto coletivo e político, e a partir disso, um possível impulsionamento do Luto à Luta.

Sem dúvidas, há uma batalha de valores e afetos em curso no nosso país. O tratamento indiferente à morte da nossa própria população e a naturalização da desigualdade social denunciam a gravidade da crise. Para Spinoza, a democracia é o melhor e o mais natural de todos os regimes políticos, pois é nela que ocorre a expansão da liberdade humana.

Essa liberdade, que não é a do individualismo, só é conquistada pela organização popular, pela multidão, que se une em torno de um útil comum. O enfrentamento à essa crise de descaso e indiferença está sendo realizado pela formação de coletivos que se amparam em resquícios de democracia, como as manifestações antirracistas contra a violência policial iniciadas nos EUA no dia 25 de maio, e se espalham pelo Brasil e pelo mundo.

Não é de hoje nem da pandemia da covid-19 que as mortes, que tem cor e classe social, são ignoradas. A população reage à violência policial, à morte da juventude negra, ao genocídio que opera em nossa sociedade e faz um apelo à vida, a poder viver, não ao negacionismo da morte. "Parem de nos matar" é o que ecoa dessas manifestações. São vozes que buscam um luto coletivo e uma transformação social a partir da ação política.

A autorização do luto, ainda que numa perspectiva utópica, nos lançaria para o reconhecimento das vulnerabilidades e para um caminho de ação política solidária, de construção de "novos mundos", diante das perdas. Como nos diz a autora Judith Butler, em "Vida precária: os poderes do luto e da violência" (2009), no luto pode haver um senso de comunidade política de ordem complexa, pois traz à tona laços relacionais e um senso de "nós".

Abre-se espaço para o questionamento do individualismo e reflexão de qual sociedade nós queremos; qual país gostaríamos de reerguer, diante deste que nos parece em ruínas; quais políticas de luto poderíamos reivindicar em nosso país. Está posta uma potência latente de transformação a partir do resgate das memórias, do reconhecimento e acolhimento da dor, da superação de uma lógica medicalizante de cuidado ao sofrimento, da defesa intransigente da vida e da valorização do "desejo", tal como concebido por Spinoza, desejo de perseverar na existência.

Camila Moraes Ferreira
Mestranda em Psicologia Social pela PUC-SP

Adrienne Cristhine Barbosa da Silva
Mestranda em Psicologia
Social pela PUC-SP
Integrante do NUPPDES.

Salvador/BA e São Paulo/SP
7 de junho de 2020.

Guerras não declaradas: uma reflexão sobre populações tradicionais e o povo negro no Brasil

Desde o início do processo de colonização, os povos originários do Brasil e, posteriormente, africanos e populações tradicionais, como quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, etc., vivenciam um estado constante de guerra, atravessado por constelações de afetos nocivos que são reapresentados cotidianamente. Esse processo, somado ao não reconhecimento dessas populações enquanto sujeitos de direitos por parte do Estado, conduz à cronificação das experiências produzidas pelo contexto da desigualdade.

Ao tomarmos esses grupos como ponto de partida, é importante apontarmos como foram (e ainda são) criadores de seus próprios modos de existência, através de cultura, crenças, ritos, hábitos, entre outros aspectos. "O negro lá na África era um rei! Foi artesão, foi caçador, guerreiro, feiticeiro, camponês, exímio dançador, tinha sua própria lei e a liberdade sem favor, donos dos ouros, das pratas, dos rios, das matas, o rei senhor" (GRES, Tradição 1986). Embora o trecho do samba se refira ao povo negro, podemos ampliá-lo a povos indígenas e outras populações tradicionais que, ainda hoje, resistem para preservar suas ancestralidades de maneira heterogênea e não estática.

Contudo, a invisibilidade e a negação do exercício do poder político enfraquecem o conatus, que segundo Spinoza é o desejo ou apetite que nos leva a buscar o que compõe com a potência do nosso corpo e mente para a conservação e expansão. Esta potência de conservação também é entendida como o poder de afetar e ser afetado e varia de intensidade dependendo das afecções (affectations) que recebemos nos encontros bons ou maus do passado, presente e futuro.

Mas de que maneira esses corpos, que há séculos vêm sendo afetados pela exclusão e por uma política de afetos tristes, afetam o Estado brasileiro?

Buscamos considerar que, no sentido da visibilidade e atendimento das necessidades, esses corpos precisam aumentar sua potência de afetar, unindo seus conatus em coletivos poderosos, capazes de transgredir o sistema "democrático" para garantir o direito à vida digna. Caso contrário, processos de mortificação operados pelo Estado têm livre acesso à execução desses corpos. Portanto, essas transgressões funcionam como mecanismo de garantia e manutenção da vida, enquanto o silenciamento e a invisibilidade, impostos pelo projeto dominante de sociedade, significam padecimento e morte. Nesse sentido, observamos, assim como Gres (1999) descreveu no samba da Beija-Flor, um "cenário onde índios, negros e ribeirinhos em luta constante contra bravos bandeirantes, o sangue fluía a todo instante".

O atual contexto pandêmico que se apresenta continua evidenciando o não reconhecimento desses povos enquanto sujeitos de direitos, sustentado por uma concepção de sub-humanidade, a qual, através da lógica da mercadoria, elege quem merece viver ou morrer.

Em relação aos povos da floresta amazônica, além de lidarem com o medo da contaminação pelo Covid-19 e o descaso do (des)governo perante a situação, continuam lutando pelo seu direito natural de uma existência digna e livre. Enxurradas de notícias revelam violentos ataques, como assassinatos de lideranças indígenas e aumento de atividades criminosas em territórios tradicionais por grileiros, madeireiros e garimpeiros, que seguem "a todo vapor" destruindo o bioma e aumentando o risco de contágio. Além disso, o medo da fome.

O contexto de pobreza e exclusão que povos tradicionais estão inseridos muitas vezes impede que sejam autossuficientes no cultivo de seus alimentos, gerando uma relação de dependência com as cidades. Aqueles que possuem o extrativismo como fonte de renda, necessitam articular a venda de produtos com atravessadores ou em centros urbanos, expondo-se ao risco de contaminação para garantir o suprimento de necessidades básicas.

Nas favelas, não é diferente.

A população negra, que majoritariamente ocupa esses territórios, agora enfrenta o medo ocasionado pelo contexto pandêmico em paralelo ao medo gerado pela política de morte operada pelo Estado, que através da polícia enquanto instrumento de controle e manutenção dá continuidade ao projeto de eliminação dos corpos negros, antes exercido pelos capitães do mato. A lógica de eliminação dos quilombos se estende ao contexto urbano na busca de um novo pacto civilizatório, assim como aponta Racionais MC's, referindo-se ao povo negro: "programado pra morrer nois é".

Diante do contexto em que esses diferentes povos e populações estão inseridos, acreditamos, assim como Bader Sawaya, que refletir sobre o processo de exclusão através da emoção daqueles que a vivenciam é compreender de que maneira o Estado "cuida" de seus cidadãos. Compreender distintas qualidades do sofrimento recupera o indivíduo sem abandonar a dimensão coletiva, pois é no sujeito que diversas formas de violência são vivenciadas. Contudo, vale ressaltar que o sofrimento ocasionado por uma organização social perversa não possui gênese nos indivíduos, mas sim nas intersubjetividades demarcadas socialmente. Ao indagarmos sobre sofrimento e felicidade nos debruçando sobre os afetos, refutamos a crença de que essas populações marginalizadas não possuem sutilezas psicológicas e que as necessidades afetivas possuem menos importância que outras.

Vigotski e Spinoza nos presenteariam com referenciais analíticos que permitem superar concepções negativas sobre afetividade, as quais a colocam como antagônica e inferior a razão. Os autores compreendem a emoção enquanto constitutiva de pensamento e ação, um fenômeno objetivo e subjetivo e matéria prima da condição humana. Nesse sentido, a mortificação do sujeito não se dá somente pela via do organismo, mas também no âmbito social e da ética. Sawaya propõe o sofrimento ético-político (SEP) como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão social, o qual expressa vivências cotidianas de dor que emergem da maneira como o sujeito é tratado socialmente.

O SEP revela nuances éticas da vivência da desigualdade social e se contrapõe à felicidade ético-política, o sentimento de conquista da cidadania e emancipação individual e coletiva. O sentimento revela não apenas a potência de indivíduos e grupos, mas o poder público capaz de agir e transformar a realidade.

É evidente que as populações tradicionais, assim como o povo negro, são afetados pelo Estado brasileiro, mas é importante indagarmos de que maneira são afetados e a qualidade dos afetos produzidos nessas experiências. Também é incontestável que esses grupos, há muito, se organizam coletivamente, resistindo e buscando seu reconhecimento na sociedade enquanto sujeitos de direitos, não apenas civis, mas de direito natural de liberdade e busca por encontros que aumentem a potência para continuarem perseverando em suas existências com imaginação e criatividade. Diante disso, cabe analisarmos como estamos construindo nossas práxis com essas populações; de que maneira apoiamos suas lutas e a gestão autônoma das territorialidades que os compõe? Quais afetos nossos corpos produzem e/ou reproduzem nesses encontros? Estamos, de fato, caminhando em direção à felicidade ético-política e conquista do poder para a transformação da realidade ou apenas produzindo novas formas de servidão? "É hora de seguir com fé e pedir axé, para o deus maior. Chega de violência, sofrimento e dor. O pelourinho ainda não findou para os ocultos opressores da nação. Todo mundo quer saber da real libertação, o anseio de um povo de nascer um Brasil novo livre dessa servidão" (GRES, Grande-Rio, 1992).

Beatriz Marques Sanchez
Psicóloga e mestranda em Psicologia Social (PUC-SP). Integra o
NEXIN e o Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia

Richard Santos
Assistente Social pelo Centro Universitário Anhanguera. Mestrando
em Psicologia Social (PUC-SP). Escritor, poeta, compositor de
sambas de enredo e membro da nova frente negra brasileira.
Integrante do NUPLIC.

São Paulo, 9 de junho de 2020.

Enquadramentos artísticos da pandemia: há felicidade possível em tempos de isolamento social?

"Um fotógrafo é, literalmente, alguém que desenha com a luz, um homem que escreve e reescreve o mundo com luzes e sombras..."
(Sebastião Salgado no documentário O Sal da Terra)



Foto: Instagram @ajanelaquenosresta

Há pouco menos de seis meses o ser humano tem experienciado um mau encontro enquanto espécie. Tomando as ideias espinosistas como norteadoras das reflexões que intentaremos seguir neste espaço, partimos da premissa de que o homem é um ser de paixão e que seu encontro com o novo coronavírus tem resultado na produção de afetos tristes das mais diversas ordens.

Esses afetos tristes encontram expressões, muitas vezes, na queixa pelo tédio, pela ansiedade, pelo medo da morte e de não poder enterrar dignamente os seus, pela impossibilidade de estar com os que amamos, pelo impedimento de desfrutar de passeios e viagens, pela frustração de não concretizar os planos outrora imaginados.

Ao mesmo tempo, expressa-se pelo sentimento de injustiça frente ao desvelamento e possível acirramento da desigualdade social, da fome, do desemprego, da instabilidade política e econômica e pela morte daqueles que faleceram não só pelo acometimento do vírus, mas, principalmente, pela falta de políticas públicas que garantam aos mais vulneráveis condições mínimas de sobrevivência.

Esperar que os pesquisadores encontrem um remédio ou vacina, esperar que os governantes tomem as melhores medidas, esperar que o auxílio financeiro governamental chegue, esperar que tudo isso passe. Segundo Spinoza (E IV, Prop. 47), o medo e a esperança se articulam intrinsecamente por basearem-se na falta de conhecimento no que tange à vida futura e, portanto, ambos os afetos nos colocam uma condição de padecimento e nos impede que nos tornemos causa adequada de nós mesmos, de nossos desejos.

Se não é a esperança que nos livrará desse emaranhado de afetos tristes que vimos sucumbindo, o que poderia transformar essa relação? Para Spinoza, os afetos consequentes dessas incertezas e inércias, que se acentuam ainda mais num cenário de pandemia, só podem ser transformados se confrontados com afetos tão intensos quanto e contrários, nesse caso, portanto, pelos afetos alegres - felicidade, amor, beatitude, etc. Nessa tentativa de contrapor o medo, a esperança e os afetos tristes algumas perguntas se fazem pertinentes: Se o encontro com o vírus gera, predominantemente, afetos tristes, é possível ser feliz ou sentir alguma alegria nesse encontro? Diante da imposição do isolamento social, é viável ter bons encontros, ainda que virtuais, que sejam capazes de aumentar nossa potência de vida? Seria a arte uma possibilidade de rompimento com a rede de paixões tristes e instrumento de potência na persistência da existência?

Vigotski (1999) nos mostra que a arte é o social em nós, uma técnica social do sentimento, pois ao mesmo tempo em que é capaz de condensar a realidade enquanto processo criativo, individualiza-se no ato contemplativo, sem deixar de ser social, visto que a experiência com determinada obra de arte é singular para cada sujeito.

Nas palavras do autor russo,

"ser Shakespeare e ler Shakespeare são fenômenos que se diferenciam infinitamente em seu nível, mas que são completamente iguais por sua natureza [...] o leitor deve ser tão genial quanto o poeta, e apreender a obra de arte é como se a recriássemos constantemente" (VIGOTSKI, 1999, p. 231-232).

Uma fotografia, por exemplo - a partir da imagem, de um instante capturado - é capaz de sintetizar um momento histórico, um conjunto de valores de determinada sociedade, sua conjuntura política, enfim, congrega uma variabilidade de símbolos e significados específicos de seu tempo e de seus indivíduos. Da perspectiva de quem a contempla, a arte exige também um ato criativo, o qual "consiste num dispêndio tempestuoso e explosivo de forças, num dispêndio de psique, numa descarga de energia" (Vigotski, 1999, p. 314). Ela expande as possibilidades de significação, causa estranhamento diante das questões óbvias da vida; amplia conhecimento porque opera em uma lógica incomum, que lhe é própria da vivência estética, uma nova lógica de olhar e de estar no mundo. Pode-se dizer, ainda nas palavras de Vigotski (1999), que a arte

"implica algo que transforma, que supera o sentimento comum, e aquele mesmo medo, aquela mesma dor, aquela mesma inquietação, quando suscitadas pela arte, implicam o algo mais acima daquilo que nela está contido".



Foto: Sebastião Salgado

Quando somos indagados por uma fotografia como essa de Sebastião Salgado no livro *O berço da desigualdade* (2005), somos impelidos a romper com a lógica racionalista. A obra artística por ser aberta e conter em si o próprio movimento dialético, permite, ao entrar em contato com a lógica do sensível, ampliar-se as possibilidades de ressignificação do vivido, dos conceitos cristalizados na vida cotidiana. Mas, para que esse processo ocorra é fundamental o estranhamento dessa realidade vivida; assim como se pode estranhar a potência do olhar da menina na fotografia, a um só tempo, em que declara a condição de desigualdade que lhe é imbuída. Poderíamos nos perguntar, portanto, como é possível essa potência do olhar em meio a tanto sofrimento nessas condições desiguais? Ao entrar em contato com a obra de arte o sujeito é convocado a criar formas de expressão das emoções enquanto modos inéditos e autorais de se relacionar com a realidade e consigo mesmo. Visto que a vivência estética, como evidenciado por Vigotski (1999), está para além do contágio das emoções expressas na obra artística, a arte faz viver as emoções nos sujeitos, tornando-os co-autores.

Nesse sentido, ao nos afetar, a arte convoca à interpretação das imagens que ela provoca em nossos corpos. Possibilita, portanto, reinterpretações da realidade e diferentes modos de agir nos aproximando de uma nova lógica de reconhecer os fenômenos: a lógica estética.

"Uma obra de arte cria a possibilidade de olhar de novo para a realidade inspirados na síntese cultural produzida pelo artista. Isso porque a paisagem que vemos em uma tela não é a paisagem produzida pela natureza, mas sua representação produzida pelo homem, e observá-la permite ver elementos que não percebemos na natureza, evidenciando-se o novo" (Souza, 2016, p. 21).

A fotografia, bem como a pintura, apesar de objetivar à proximidade mais fidedigna ao real, não é a realidade. E, enquanto imagem artística está submetida à lógica sensível, que pode nos afetar com paixões mais fortes, incitando à reflexão da realidade retratada.

É essa característica, de transformação das emoções a partir da tarefa que a arte impõe de viver as emoções, porém de um lugar seguro, que nos é cara em tempos de crise como a que vimos enfrentando na pandemia do coronavírus.

Cotidianamente submetidos aos maus encontros, vamos nos enredando, inevitavelmente aos afetos tristes. Mas, o contato com as obras artísticas ou com o próprio ato criativo pode nos fazer viver os afetos a partir de uma nova perspectiva, ou seja, oferece a possibilidade de ressignificar esses afetos do cotidiano.

A foto que abre o presente artigo, por exemplo, trata de uma expressão artística que lança uma nova luz sobre a condição de isolamento social. A partir da vivência estética da fotografia a artista dá novas cores e tons, luzes e nuances às imagens possíveis de serem capturadas em uma condição de isolamento em uma grande cidade. Não se trata de simplesmente negligenciar ou ignorar os afetos tristes e as consequências desastrosas que a pandemia e o isolamento social nos impõe, mas é com uma contemplação como essa que se torna possível (re)significar os afetos tristes de um isolamento a partir de uma perspectiva do belo.

Retomando as palavras de Sebastião Salgado que também abrem esse texto, ao fotografar, bem como ao contemplar as fotografias de um dado momento, uma dada realidade, abre-se a possibilidade de reescrever essa mesma realidade. "As pessoas fotografam com seu passado, com sua ideologia, com seus traumas, com seus pais, sua infância, sua personalidade nas costas, à contra luz, a favor da luz" (Sebastião Salgado, 2014). A fotografia, assim como já evidenciava Vigotski (1999) sobre a arte, é o social em nós. E somente o contato com esse social poderá aumentar nossa potência de ação à medida que torna possível o acesso às causas de nossas afecções e nos aproxima do sentimento de comum evidenciado por Spinoza.

Em tempos de isolamento social enquanto proteção contra um vírus agravado pela desigualdade e pelo individualismo, produto do modelo neoliberal - maus encontros que diminuem nossa potência de ação - a contemplação e a produção artística nos aproxima das máximas potencialidades humanas e nos provoca, como a menina da foto de Sebastião Salgado, a reconhecemo-nos como sujeitos constituídos e, a um só tempo, constituintes do nosso momento histórico. A arte pode nos convocar à felicidade do ato criativo e do conhecimento, mesmo, e fundamentalmente, em momentos de crise.

Alice Vettorazzo
Mestranda do Programa de Pós-graduação
em Serviço Social pela PUC-SP

Fernanda Pereira Medeiros
Doutoranda e Mestre em Psicologia pela
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

São Paulo/SP, 04 de junho de 2020.

As ferramentas do senhor nunca irão desmontar
a casa-grande



Com bastante frequência expressões em língua estrangeira são alvos de investigações sobre qual efeito seus usos geram nas populações que não têm tal língua como natural e precisam se utilizar dessas expressões. É importante refletir sobre a intenção do uso dos termos estrangeiros e as condições que fazem o idioma estrangeiro prevalecer às traduções para cada contexto. A Psicologia Social desde os anos 1970 se preocupa em analisar criticamente a apropriação de teorias e conteúdos estrangeiros à realidade latino-americana e brasileira.

No livro "Preconceito linguístico", Marcos Bagno cita uma regra de ouro da linguística, em que menciona somente existir língua se houver seres humanos que a falem. Ele explica, a partir do ensinamento de Aristóteles, que o ser humano "é um animal político". Assim, conclui-se que "tratar da língua é tratar de um tema político", já que também é tratar de seres humanos (Bagno, 1999, p. 09).

De acordo com o Dicionário de Política, o conceito de política está estreitamente ligado ao de poder: "atividade humana que se dá na esfera da disputa de poder entre grupos organizados"; "poder do homem sobre outro homem" (Bobbio, 1909, p. 54-62).

Para Silvia Lane (1986), essa atividade humana implica ações encadeadas junto com outros indivíduos, em busca da satisfação de uma necessidade comum e, para acontecer esse encadeamento, é necessária a comunicação (linguagem) e o plano de ação. Em uma disputa de poder temos, necessariamente, de um lado os que querem manter a situação inalterada e, de outro lado, os que querem transformá-la, sem esquecer que não existe a possibilidade de ser neutro. No caso do uso dos termos estrangeiros, o que parece ser mantido é uma má compreensão do significado e do contexto no qual o termo está sendo utilizado.

O idioma que eu não conheço ajuda a ocultar o sentido completo da palavra que utilizamos. Podemos citar alguns exemplos. O primeiro deles é o termo "happy hour", cuja tradução seria "hora feliz". Será que algum trabalhador que, depois de uma jornada intensa e exaustiva de cinco dias (para os privilegiados) de trabalho, chega na sexta-feira e consegue acreditar que terá uma hora feliz? Seria preciso uma análise que ajudasse a revelar a ideologia, ou seja: é possível acreditar que exista alguma hora feliz trabalhando tanto assim ou qual o porquê de ter direito a apenas uma hora feliz enquanto todas as outras não são. Outro exemplo comum é o termo "fake news", em que o correto seria dizer "notícias falsas" - que nos obrigaria a sempre tomar consciência da qualidade da informação, o que não acontece quando utilizamos o termo estrangeiro: o "falso" fica omitido. A mentalidade colonial faz com que o termo em inglês seja considerado algo bom, o que significa dizer que acabamos por valorizar a expressão que impede o impacto da sua versão traduzida no nosso real contexto.

Após consulta no google com os descritores "lockdown" e "bloqueio total", seguidos da palavra "pandemia", verificamos o que segue: a expressão "lockdown" aparece em 65 mil resultados de notícias, enquanto a expressão traduzida "bloqueio total" aparece apenas 4 mil vezes no mesmo período, o que demonstra que a expressão estrangeira é muito mais utilizada do que a expressão na nossa língua portuguesa.

Nesse caso, podemos ter como efeito do uso das expressões estrangeiras a diminuição da compreensão da gravidade do problema por parte da população, que por sua vez terá menos condição de agir de forma autônoma diante da situação. O uso do termo estrangeiro, então, impede a consciência e essa incompreensão mantém a população incapaz de decidir autonomamente sobre o que fazer.

Nesse contexto, temos que a língua pode ser um poderoso instrumento de dominação e também de resistência. O seu uso adequado é o que vai garantir a não reprodução das condições que mantêm a submissão de determinados grupos sociais a interesses que não são seus. E vale lembrar um dado que a autora feminista, negra, lésbica, Audre Lorde (2012), chamou atenção: as ferramentas do senhor nunca vão desmontar a casa-grande.

Ou seja, é interessante que nos apropriemos da nossa língua ao tratar dos nossos assuntos.

Gabriela Moreira Rodrigues dos Santos
Doutoranda pelo Programa de Estudos Pós-Graduados
em Psicologia Social da PUC de São Paulo

São Paulo, 09 de junho de 2020.

Mememes e afetos: o impacto das redes sociais no isolamento físico

Você já reparou quanto tempo despende nas redes sociais como whatsapp, instagram ou facebook, compartilhando, recebendo informações e interagindo socialmente durante a pandemia? Você já observou a quantidade de informações recebidas em sua rede social em um único dia? E ainda, já pensou se consegue refletir sobre cada uma delas? E como você é afetado por elas? Ainda mais: que ideias ou imagens podem aparecer junto a tal afetação?

Pode ser difícil responder a essas perguntas, mas com certeza podemos afirmar que a nossa comunicação online está modificando a forma como estamos nos relacionando com os outros e conosco mesmo, algo intensificado pelo isolamento social, único remédio eficaz até agora contra a covid-19. Receber informações e encaminhar mensagens têm sido atividades diárias, rápidas, de fácil acesso, já que não há como escapar das redes de comunicação quando estamos online. O que propicia um ambiente com circulação de notícias tanto de fontes confiáveis como não confiáveis, como as notícias falsas (as famosas "fake news"), dividindo o país em grupos e mobilizando manifestantes às ruas: uns a favor da democracia e outros pedindo o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF).

Diante disso, não é de se espantar o aumento do uso das redes sociais, conforme pesquisa da consultoria Kantar, em abril de 2020. O estudo relatou que o uso do whatsapp cresceu 70% ao redor do mundo[1]. O que nos mostra que, apesar da distância física, o acesso à internet permite nos aproximarmos uns dos outros, criando novos espaços de sociabilidade e relações sociais. Nesse contexto, ao testemunharmos a ampliação da utilização dos espaços de socialização online, podemos questionar como está o isolamento "físico" para quem pode fazê-lo, a fim de refletir sobre a sociabilidade que tem acontecido pelas redes virtuais, focando na mediação dos memes.

[1]<https://www.kantar.com/Inspiration/Coronavirus/COVID-19-Barometer-Consumer-attitudes-media-habits-and-expectations> acesso em 06_06_2020

Com uma propagação rápida, os memes têm ilustrado em formato de vídeo, músicas e/ou imagens aspectos não somente da pandemia, apesar dela estar aparecendo como um tema recorrente: como a quarentena de famosos, as representações cômicas sobre as mudanças das atividades do dia-a-dia com o isolamento, as mensagens de carinho e amor, os abraços, os gestos comoventes de generosidade, as atividades para espantar o tédio, as receitas gastronômicas, e, principalmente, as montagens sobre fatos políticos semanais.

O termo "meme", cunhado pelo etólogo e biólogo evolucionista Clinton Richard Dawkins, em 1976, surgiu a partir de seu livro "O gene egoísta", no qual ele contextualiza a replicação dos genes por meio da reprodução das "máquinas de sobrevivência", ou seja, os organismos ou corpos que buscam pela sobrevivência.

Assim como a replicação da informação genética ocorre na seleção natural no que se refere à biologia dos corpos, para o autor, os memes podem ser ideias, textos ou práticas culturais replicadas pelo ser humano moderno na cultura.

Os memes de internet, tal como os conhecemos hoje, se diferem um pouco do termo original de Dawkins, pois mesmo disputando pela replicação da ideia que carregam, para se replicarem utilizam de outros meios por essa disputa.

Não nos cabe agora aprofundar essa discussão. Mas com o avanço da tecnologia e da internet, os memes podem ser considerados como uma coleção de referências culturais apreendidas em uma determinada época e que são espalhados por humanos pelas mídias sociais, sendo que o teor humorístico é uma de suas formas mais conhecidas. Transmitem informações e conteúdos que variam de forma (vídeos, imagens, sons) e que perpetuam por um período curto ou tendendo ao "infinito", visto que não há menor possibilidade de controle do fim de sua transmissão. Podem ser criados por qualquer pessoa, em qualquer lugar e seus criadores ficam na maior parte das vezes no anonimato.

Os memes podem nos afetar de diferentes formas, ao criarmos uma imagem da imagem que recebemos, somos atravessados por diferentes referências marcadas em nossa própria história e do ambiente em que vivemos. Mas será que os memes nos convocam a sairmos da servidão ou são mera repetição das trivialidades da vida?

Benedictus de Spinoza buscou em sua principal obra, "Ética", não julgar as emoções humanas, mas compreendê-las. Ele nos convoca a refletir sobre afetos como elementos fundantes de nossa existência, inseparáveis das ideias. Corpo e mente são de uma única substância, a qual busca perseverar em sua existência. A essa força de vida que se realiza em ato, Spinoza denominou de conatus, cuja intensidade varia de acordo com os encontros com outros corpos. Essa variação de nossa capacidade de pensar/agir decorre de dois afetos principais: a alegria e a tristeza. Destes dois, surgem outros derivados, que ora nos convocam para ação/pensamento e ora reduzem nossa potência de agir/pensar.

É importante ressaltar que, para Spinoza, compreendemos o mundo por meio das imagens que fazemos das coisas exteriores, que podem ser enganosas. Portanto, não temos uma ideia clara daquilo que nos afeta de alegria ou de tristeza nos encontros. Esses afetos, produzidos pelas imagens que fazemos das coisas, pertencem ao campo da imaginação. Mas tais imagens são confusas, mutiladas, sendo classificadas por Spinoza como o primeiro nível de conhecimento (EII, Prop. 40). É nesse contexto, do conhecimento de primeiro nível, que somos enredados por superstições surgidas do medo ou da esperança, que forçam o conatus a enfraquecer sob ação das forças externas. Conforme o filósofo, essas duas paixões aprisionam os humanos na servidão. O medo por ser uma tristeza que surge da ideia de uma coisa futura da qual temos dúvida que irá ocorrer e nos coloca na impotência de agirmos por nós mesmos (EIII Def. 13). E a esperança por ser compreendida como uma alegria surgida da ideia de uma coisa futura, da qual temos dúvida que possa ocorrer (EIII, Def. 12), alimentando a compreensão de que algo externo a nós mesmos poderá nos alegrar, não nos mobilizando por nossa própria força a sair dessa constelação de afetos.

O que nos tiraria desta condição de confusão que pode nos levar a uma servidão é a ideia adequada das causas dos nossos afetos. Segundo Spinoza, é essencial sair do primeiro para o segundo nível do conhecimento.

Para tanto, interessa compreender a natureza de nossos afetos, o que permite nos tornarmos livres das ideias inadequadas e sentirmos a alegria do conhecimento, o que equivale a autonomia.

Os memes podem ser enganosos, como as fake news, por criarem condições de produzirmos determinadas imagens em nós pouco claras. Uma vez que não possuem data ou autoria e tem "rápida velocidade da propagação", ao serem recebidos de alguém que já temos alguma relação de proximidade, confiança ou reciprocidade, podem transmitir ideias mutiladas e confusas de modo a contribuir para a diminuição da potência de pensar da mente e de agir do corpo.

Pela rápida disseminação de ideias simples, também são muito utilizados por empresas de marketing e propaganda política, sendo difundidos às pessoas em geral. Essas características abrem possibilidades para distorções de informação, tanto de modo a favorecer candidaturas ou empresas, como de modo a arruinar a ambas, polarizando opiniões da população em geral.

Exemplo negativo ocorreu nas eleições de 2018, que foram repletas de memes políticos.

Mas será que há outros afetos que possam ser produzidos pelos memes ou a partir deles? São os memes capazes de proporcionar a felicidade e/ou mesmo ampliar nosso conatus?

Distinguindo-se dos exemplos acima, há outras formas conhecidas como pedagógicas dos memes que propagam ideias como a preservação da humanidade e da natureza. Capazes de produzir imagens em nós que nos possibilitem também elaborar "ideias adequadas dos afetos" - ou que nos aproximemos delas.

Spinoza contextualiza que a alegria surgida pela própria capacidade da mente de pensar e do corpo de agir se distingue daquela que nos mantém numa alegria passiva. Enquanto que aquele que se alegra por uma recompensa somente se esforçará para receber essa recompensa, o outro que age sob o comando da própria razão poderá aumentar sua potência.

Quanto mais imagino que a minha capacidade de agir é aumentada por minha própria ação, de acordo com aquilo que compõe com meu corpo, mais me esforçarei para fazer aquilo.

Assim, através do uso de elementos múltiplos, criativos, muitos com recursos cômicos, de linguagem (como por metáforas), via recortes de situações e junção de falas ou outras escritas, alguns memes parecem nos facilitar a compreensão exatamente de afetos produzidos em uma situação, sejam eles de tristeza, de alegria ou outros (como o derivado da alegria, o amor).

Memes que para esses fins foram produzidos parecem ter a potência de nos permitir acessar aspectos de nossa cultura de maneira muito eficaz, seja política, social ou economicamente, dentro de um contexto que muitas vezes seria difícil de refletir sozinhos(as). Os memes, assim, parecem colaborar para o melhor conhecimento de nossos atos e pensamentos culturais/sociais, pois se distinguem da alegria passiva e nos colocam para a reflexão.

Poderiam tais memes então, possibilitar essas experiências? Seria possível, por meio de imagens que fazemos de outras imagens, aumentar a capacidade de reflexão da mente e ação do corpo para se perseverar em nossa existência? Será que tais memes, se foram criados para o estabelecimento de uma relação do aumento de potência com suas mensagens, poderiam facilitar a busca de ideias adequadas de nossas afetações e assim ganharíamos um pouco de respiros de liberdade?

E ainda podemos questionar: será que poderiam nos proporcionar uma conexão nas redes sociais com trocas estabelecendo bons encontros?

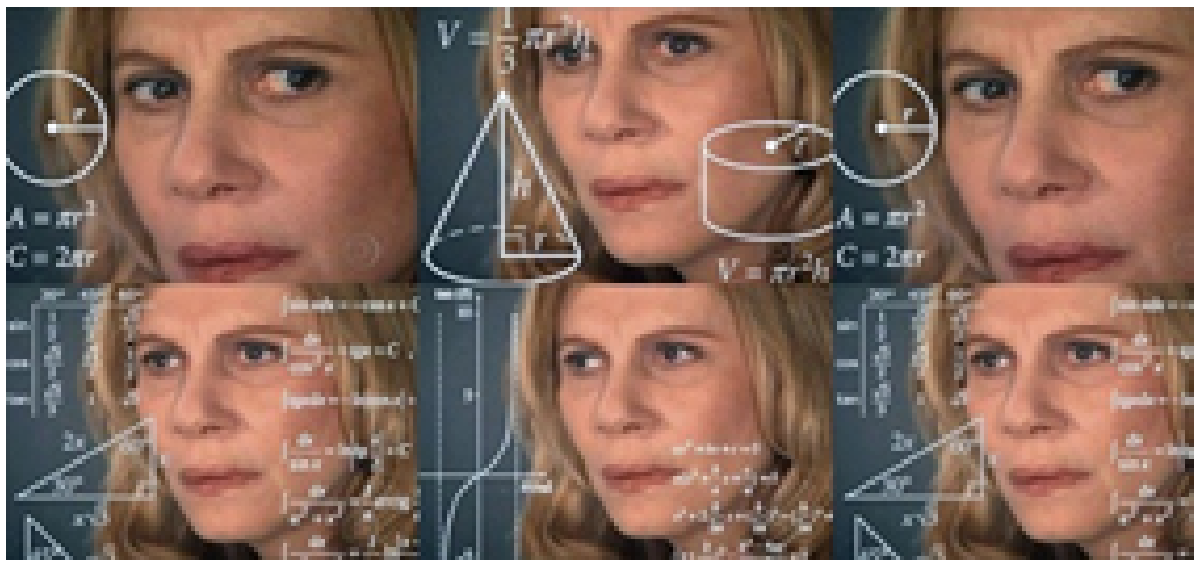


Figura 1



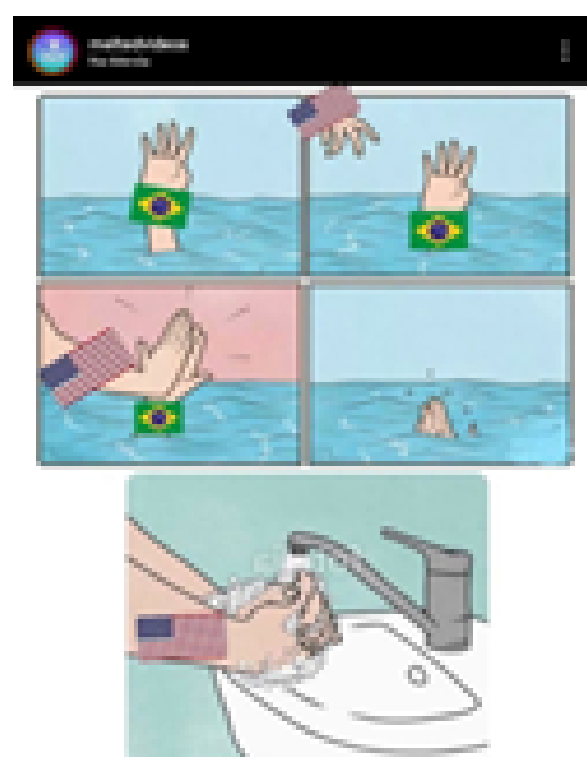
Figura 2

Esses dois memes em destaque ajudam a exemplificar o que supomos. Eles foram bastante disseminados na internet, sendo readaptados constantemente ainda hoje, como o meme da "Nazaré Confusa" (Figura 1), referente a uma cena de novela da atriz Renata Sorrah, que se desdobrou em vários outros. Ou o outro meme, o do "Namorado Distraído" (Figura 2), que também ganhou versões que vão desde experiências pessoais a contextos políticos.

O humor, nesse sentido, apresenta-se sob o aspecto cultural daquilo que está sendo visualizado, o que vai depender de quem recebe o meme para compreender a linguagem.

Refazendo as questões iniciais deste trabalho, a luz das reflexões trazidas sobre os memes e afetos em Spinoza, lançamos agora novas questões: como os memes têm nos mantido conectados? Eles nos conectam àqueles encontros que nos afetam com alegria ou tristeza? E destes afetos alegres ou tristes, quais memes nos promovem bons encontros que potencializam a mente para pensar e o corpo para agir? Quais nos deixam passivos, através de encontros que nos tornam servos (ou nos mantêm), através do medo ou da esperança?

Abaixo deixamos alguns memes para nos despedir deste encontro-texto, selecionados pelas autoras em suas redes sociais como um convite para uma "meditação afetiva". É possível identificar alegria e/ou tristeza e/ou de seus derivados como a felicidade, medo e/ou esperança entre outros tantos afetos? E do que deles podem nos mobilizar para ampliar nossa mente para pensar e nosso corpo para agir ou a nos paralisar?



Andréia M. Jozefczyk
Psicóloga pela UFSCar (São Carlos-SP)
Mestranda em Psicologia Social pela PUC-SP
Integrante do NUPLIC e atua em CAPS ij III

Juliana Berezoschi
Psicóloga pela FURB (Blumenau-SC)
Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP
Integrante do Nexin

São Paulo, 16 de Junho de 2020.

FASE 2 - VOLUME 10
(Publicado em 28/09/2020)

APRESENTAÇÃO

No nos da risa el amor cuando llega a lo más hondo de su viaje, a lo más alto de su vuelo: en lo más hondo, en lo más alto, nos arranca gemidos y quejidos, voces de dolor, aunque sea jubiloso dolor, lo que pensándolo bien nada tiene de raro, porque nacer es una alegría que duele. Pequeña muerte, llaman en Francia a la culminación de abrazo, que rompiéndonos nos junta y perdiéndonos nos encuentra y acabándonos nos empieza. Pequeña muerte, la llaman; pero grande, muy grande ha de ser, si matándonos nos nace (Galeano, 2005, p. 41).

Começamos a apresentação com uma epígrafe de Galeano, que fala do abraço como drama – ele nos rompe e nos junta, nos perde e nos encontra e nos acaba e nos nasce. É uma pequena morte, diz o autor latino-americano. Uma pequena morte porque nos transforma. É um renascer. O abraço é um encontro de dois corpos que, por um momento, se tornam um.

Eis uma atitude do brasileiro, algo do cotidiano, que por esse momento da pandemia está tão raro, tão temido e tão impossibilitado – o abraço. Gilberto Gil já desejava a "[...] todo o povo brasileiro, aquele abraço!" em sua canção. Quanto tempo faz, caro leitor, que você não tem esse tipo de encontro? Em nenhum momento pensamos que sentiríamos nostalgia do abraço. A pandemia produziu uma trama afetiva que foi se transformando com o decorrer dos meses e agora podemos observar a nostalgia se instaurando nos corpos, e entre elas a nostalgia do abraço – o encontro da corporeidade.

Marcamos as apresentações do boletim "Expressões da Pandemia" trazendo os afetos e a situação que vivenciamos nos últimos tempos. Porém, no décimo volume queremos falar do cotidiano. Esse também foi se transformando no decorrer dos meses da pandemia. Da quarentena para o isolamento e agora para o distanciamento social.

Falamos do direito ao isolamento e da comorbidade da desigualdade social que vem assolando historicamente o Brasil, agora juntamente com a covid-19. Mas e o cotidiano? O que significa viver a pandemia, ou melhor, o distanciamento social? O afastamento dos corpos, a maior dificuldade de construção de comuns e quiçá as afetações de empatia e cuidado são realidades que também impedem os abraços. Esses que são gestos tão característicos da amizade.

A covid-19, juntamente com o cenário que vivemos no Brasil, colocou no outro corpo a periculosidade. Ir trabalhar, ao mercado, ao metrô... se tornaram atividades nas quais o outro corpo é potencial ameaça ao sujeito. O filósofo Spinoza afirmava que os corpos são finitos. Segundo ele, "diz-se que um corpo é finito porque sempre concebemos um outro maior" (E I Def 2). E por essa finitude zelamos pelo nosso corpo. Mesmo com a tonalidade de uma segurança, como muitos estão sendo afetados, a pandemia mantém-se. E se o corpo humano foi afetado de uma maneira por um corpo externo a mente vai considerar esse como existente em ato, até que seja afetado de uma forma que exclua a sua existência (SPINOZA, E II, Prop. 17). Ou seja, mesmo com a falsa segurança que paira no ar, a pandemia está presente em nossos corpos memoriosos, conforme a singularidade de cada um, é claro.

O cotidiano se alterou e com ele as despedidas e saudações, o distanciamento social e o constante estado de vigília. Tudo dificulta o abraço. Esse comportamento é fruto da flutuação de ânimo entre esperança e medo, que produzem também segurança e insegurança, considerando que a segurança "é uma alegria surgida da ideia de uma coisa futura ou passada, da qual foi afastada toda causa de dúvida" (SPINOZA, E III, Def. Dos Afetos). Como pensar no útil comum em um cenário que o abraço já provoca insegurança?

Tal questão nos convoca a refletir sobre nossas certezas, visto que se pensarmos a segurança conforme nos indica Spinoza, do que hoje em nosso país não temos dúvida? Estamos seguros de que teremos empregos, saúde e educação? Temos certeza de um futuro?

Assim como o abraço pode unir nossos corpos, se pensarmos à luz de Spinoza uma afetação maior e contrária pode potencializar nossas mentes para a ação em defesa do que seria útil à vida. Mas o que podemos considerar útil a nossas vidas nesse momento, já que mazelas da desigualdade social nos colocam também num grande distanciamento há séculos em nosso país? Estamos lidando com a distância entre os corpos da forma como podemos, apesar de grande parte dos estabelecimentos retomarem suas atividades comerciais. Enfim, a vida continua, é preciso trabalhar para sobreviver. Cada um deve cuidar de si e dos seus, mas excluindo o abraço como forma de cuidado.

E como estamos nos cuidando? A comunicação pelas redes sociais ou por videochamadas pode trazer amparo para a falta de abraço, mas nos separa da potência da união presencial, material, dos nossos corpos. A palavra que circula pelo meio virtual tem tanto o potencial para acolher o outro quanto para disseminar o ódio e a tristeza, contribuindo para o aumento de nossa força ou diminuição. Tal força nomeada por Spinoza de *conatus* pode sofrer essa variação (aumento ou diminuição de potência) nos levando a lutar por um comum ou a nos paralisar.

O "Boletim - Vol. 10" apresenta textos que trazem reflexões acerca dos possíveis abraços, dos acolhimentos mesmo que distantes, porém que são aproximados por palavras. A começar por Maria Elis, que nos abraça com palavras de saudades da terra, de sons da natureza, da vida em uma casa, do ir e vir que a pandemia impediu. Já no texto de Flávia, Juliana e Lívia as autoras apresentam um dilema conhecido na filosofia, do "Asno de Buridan", que, traduzido pelas autoras para a realidade brasileira, diz respeito à escolha entre morrer de fome ou de coronavírus. Qual seria a solução?

O texto de Ana Paula e Flávia, da Rede Psicologia e Povos da Terra de Santa Catarina, nos leva para a história e faz jus ao grande dilema apresentado no texto anterior, mas aqui as autoras mostram um diferente olhar para a vida, para os povos da terra, para a escuta dessas vozes e a força dessas mãos que, mesmo distantes umas das outras, agora se fortaleceram por meio do diálogo e da ampliação da palavra.

O Coletivo Subjetividades e Resistências da Costa Rica apresenta um panorama geral desse país, com suas dificuldades durante o momento pandêmico. Escancara as mazelas da desigualdade social e nos lembra: é preciso continuar na luta para termos um mundo mais justo e igualitário.

Isaiás, Fabrício e Renan trazem a realidade amazonense, a qual se distingue de outras regiões brasileiras quando se trata de ensino a distância. A distância, nesse Estado, não se trata somente do território, mas de um descaso no que se refere ao fomento à educação e às possíveis condições de concretizar esse tipo de ensino, o que faz com que o cuidado educacional seja ainda mais difícil.

Para finalizar o volume, Vanucci, professor da rede pública de ensino, nos abraça com seu poema em um lembrete: para voltarmos a nós por inteiros, para sentirmos nossos corpos. O abraço poderá ser bem apertado.

E são com os abraços possíveis através das palavras que apresentamos o "Expressões da Pandemia - Vol. 10". Que o distanciamento seja momentâneo e apenas dos corpos, mas que as afetações sejam potentes sempre!

Flávia Roberta Busarello
Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP, realizou período sanduíche na Universidad de Salamanca/Espanha em tempos da pandemia, com financiamento da CAPES/PDSE/2019. Trabalha com pesquisa ação-participante e acredita em uma psicologia para a transformação social.

Juliana Berezoschi
Graduada em Psicologia pela FURB (Blumenau/SC).
Mestra e doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP.
É integrante do grupo de pesquisa Nexin.

Saudades...

Saudades...
Do coaxar do sapo
Do vento na pele
Da brisa caindo
A noite chegando
Da revoada dos pássaros

Agora, só pandemia!

Saudades...
Da batata doce assada
Dos gomos da laranja
Do zumbido da abelha
Do chá de hortelã
Do sono na rede

Agora, só pandemia!

Saudades...
Do estalar da fogueira
Da pipoca branquinha
Da água gelada do rio
Da poeira no corpo
Do céu estrelado

Agora, só pandemia!

Saudades...
Do grilo cricrilando
Do peixe na brasa
Da roça de milho
Das pimentas coloridas
Do balanço no quintal

Agora, só pandemia!

Saudades...
Do abraço de mãe.

Agora, só pandemia!

Saudades...

De correr da chuva
De capinar a horta
Da fartura do quintal
Dos insetos esquisitos

Da roupa secando no varal

Agora, só pandemia!

Vontade de estar em casa.

Mas agora,
Só pandemia!

Maria Elis Nunc-Nfôonro
LAKLÂNÕ XOKLENG

Blumenau, 17 de agosto de 2020.

Entre morrer de vírus ou de fome: o "Asno de Buridan" encontraria saídas nessa pandemia?

O que é pior: morrer de fome ou de coronavírus? A pergunta parece um absurdo, mas no Brasil ela é feita diariamente por aqueles que não podem fazer solamento em virtude de outro vírus que assola o país, a desigualdade social. Na nação brasileira, poder fazer a quarentena como prevenção é privilégio que poucos possuem, pois o home office é para quem tem home, internet e lugar para trabalhar. Como escolher entre a comida na mesa e a covid-19? Pensando sobre escolhas, o filósofo francês do século XIV Jean Buridan escreve sobre o "Asno de Buridan".

Na situação hipotética, o asno é posto à mesma distância de dois recipientes, um de comida e outro de água. Sem conseguir escolher entre um ou outro o asno morre da fome e da sede. O Brasil da pandemia também estaria vivendo um paradoxo entre comprar a comida e pagar as contas ou se contaminar? Um paradoxo que nos impede de lutar pela possibilidade de não precisar escolher?

O filósofo holandês Baruch Spinoza escreve em "Tratado Teológico Político" sobre o direito natural dos sujeitos, que é o poder de perseverar na existência, visto que todos somos modos da mesma substância, todos somos conatus, que é esta potência atual do corpo e da mente para agir. Assim, o direito natural é compreendido enquanto direito de permanecer na existência, de exercer a potência de vida intrínseca a todos os seres. Na atual conjuntura, onde um vírus assola mais de 130 mil vidas no país, restam poucas "escolhas" ao povo brasileiro, principalmente aos pobres, que necessitam trabalhar pela manhã para dar de comer aos seus no almoço.

Diante do dilema, resta a fajuta escolha: sair de casa ou fazer o isolamento? Permitir visitas ou ficar isolada/o? No caso do Brasil, parece que o uso de máscaras facilita tomar certas decisões. Entretanto, precisamos aqui discorrer brevemente a respeito do que o filósofo Spinoza concebe a respeito da "escolha".

Num primeiro momento afirma que o livre-arbítrio não existe, trata-se de uma ilusão, uma vez que nos julgamos livres apenas porque conhecemos nossas vontades, como nos auxilia Spinoza em "Apêndice", na Prop. 36, E I: "[...] em primeiro lugar, que, por estarem conscientes de suas volições e de seus apetites, os homens se creem livres, mas nem em sonho pensam nas causas que os dispõem a ter essas vontades e esses apetites, porque as ignoram".

Não nos aprofundaremos nessa questão, mas tendo como guia a ilusão do livre-arbítrio spinozana, consideramos que nem a vontade é livre e muito menos as formas de satisfazê-la. Não escolhemos ter sede ou fome, não escolhemos ser devastados por uma pandemia. E, entre morrer de vírus ou de fome, a ilusão da escolha assola os miseráveis descartáveis por um Estado que possui a necropolítica como meta. No esteio dessa rede de péssimas oportunidades para a manutenção da vida, o Brasil hoje vive um fetiche com as máscaras - nos mais diversos modelos e cores. Máscaras se tornaram mercadoria desse sistema que argumenta que é "somente uma gripezinha" e sendo atleta você está imune. Seria o fetiche das máscaras um paliativo ao difícil paradoxo da desigualdade social vivida pelos brasileiros? Será que o "Asno de Buridan" usando máscaras conseguiria escolher diante do paradigma morrer de fome ou de covid-19?

Spinoza explica "[...] que cada um escolherá, de dois bens, aquele que julga ser o maior, e de dois males, aquele que lhe parecer o menor" (TTP, Cap. XVI). Em um país onde a fome é um dos grandes males conhecidos e em média 15 pessoas morrem de desnutrição por dia, então o uso de máscaras auxilia o vírus a parecer menor. Mas a desigualdade social é histórica no país e muitos não podem fazer a escolha, somente acreditar na máscara. E entre duas opções, morrer de vírus ou de fome, padecemos na paralisação de ações políticas potentes e efetivas de enfrentamento premente para ter um prato de comida sobre a mesa ou um teto para guardar o corpo. E que isso não venha a ser mais um privilégio, mas direito elementar, direito de permanecer vivos e vivos, de prolongar a base da existência humana por meio de alimentação e moradia dignas.

Permanecer na existência faz parte do ato de resistir da nação brasileira. É um paradigma vivido historicamente nos mais diversos cenários, uma vez que o prazer do Estado parece ser a morte dos mais pobres. Seria o existir uma resistência no Brasil? A história do brasileiro, desde o seu nascimento, começa na tentativa de escapar da morte, para depois ter a contínua luta pela sobrevivência - escapamos da dengue, do sarampo, da fome, da falta de moradia, do desemprego - o brasileiro luta para existir.

Essa é uma luta reconhecida e já marcada por Luiz Gonzaga.

Quando olhei a terra ardendo
Qual fogueira de São João
Eu perguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação
Eu perguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação
Que braseiro, que fornaia
Nem um pé de plantação
Por falta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão

E nesse dilema pela vida, entre escolhas medíocres, é preferível deixar de escolher. Criando uma atmosfera propícia para a morte da democracia, a salvação é colocada nas mãos do tirano. Desacreditado de si mesmo, o povo deixa de lutar pela liberdade para lutar por quem pode salvá-lo. Nesse enredamento de afetos tristes, as superstições tomam a frente, movendo apenas corpos em busca de um suspiro de vida, assim como afirma o filósofo holandês: a pessoas lutam pela sua servidão acreditando que estão lutando pela sua salvação.

O povo sai da paralisação não por sua própria força autônoma, mas deposita essa força exclusivamente em um outro. Chauí, a partir de Spinoza, afirma: "[...] Se, por medo da guerra, os homens escolhem um rei, diz Espinosa, cometem grave engano, pois para vencer o perigo imediato escolhem nunca mais conhecer a paz, visto que a delegação de poder a um só prepara a tirania futura" (CHAUÍ, 2003, p. 293).

Diante do exposto, retomamos o nosso questionamento inicial: como solucionar o paradigma do Asno de Buridan? A nosso ver, a solução para esse dilema seria o que Spinoza chama de útil comum, pois uma vez que mais corpos se unem, a distribuição das tarefas se torna possível, prolongando os conatus de todos. Ou seja, se houvesse dois asnos no mesmo espaço, por exemplo, enquanto um buscasse água e outro buscasse comida, e depois compartilhassem entre eles, ambos viveriam. Um mataria a sede, enquanto o outro mataria a fome, e afinal os dois seriam satisfeitos. Ou seja, apenas no encontro com um ou mais corpos a saciedade seria providenciada e a vida prolongada. Somente o comum poderia solucionar o dilema do asno.

No caso do asno esse impasse seria resolvido na união com outros. Mas e para o paradigma brasileiro, qual seria a solução? Da mesma forma acima, a união de conatus que busca não só pela sobrevivência, mas pelo seu direito natural de existir, seria uma solução. Isso implica não somente na escolha entre morrer de fome ou pelo vírus, mas em viver dignamente. Significa que unindo esses corpos pelo útil comum o paradigma deixaria de existir, pois tanto comida quanto teto não seriam os principais problemas se tais necessidades básicas fossem supridas. Mas, como bem sabemos, o Estado brasileiro está demasiado longe de uma política que promova a união de corpos no útil comum, no intuito do prolongamento do direito natural com vistas à liberdade de todos e de cada um.

Na atual conjuntura, submetidos a um governo genocida, que minimiza efeitos catastróficos de uma doença que avança numa velocidade acelerada e não possui medidas eficazes para que o povo exerça o direito de quarentena, o que resta à população pobre é estar à mercê da luta pela fuga da morte, ao invés de uma escolha pela vida. Como nos mostra uma conversa com um eleitor de Bolsonaro, na qual ele faz a seguinte exclamação: "você acredita que teve gente que pegou o auxílio emergencial e fez um churrasco?". À sua indignação, a vontade é dar a resposta utilizando a fatídica frase do presidente quando interpelado a respeito das milhares de mortes pela covid-19 na época. "E daí?".

Essa reclamação a respeito de como o pobre deve ou não utilizar o seu dinheiro nos revela a crença na ausência de uma ontologia do necessário (CHAUÍ, 2006) nas pessoas que estão à margem de direitos elementares para a manutenção de suas vidas. Como se o sujeito imerso na desigualdade social não tivesse desejos, sutilezas psicológicas e outras maneiras de querer ser feliz para além de somente sobreviver. Reside nessa frase a ausência de singularidade e potência de vida. Entre morrer de vírus e de fome, há direitos negados, há churrascos, sambas, poesias, funks, carnavais e sexualidades. Como afirma Chauí (2003, p. 262), "Spinoza distingue entre uma cidade 'que tem o culto pela vida' e é instituída pela esperança, e uma outra que, submetida pelo medo, 'apenas procura escapar da morte'. A primeira é livre; a segunda, escrava". Submetidos ao medo do vírus e ao medo da fome, poucas "escolhas" encontram aqueles que veem seus direitos escorregando pelos ralos das cidades. E às suas vontades cabe o julgamento moral, cravado nos preconceitos mais funestos configurados na sociedade de classes capitalista.

Flávia Roberta Busarello

Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP, realizou período sanduíche na Universidad de Salamanca/Espanha em tempos da pandemia, com financiamento da CAPES/PDSE/2019. Trabalha com pesquisa ação-participante e acredita em uma psicologia para a transformação social.

Juliana Berezoschi

Graduada em Psicologia pela FURB (Blumenau/SC).
Mestra e doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP.
É integrante do grupo de pesquisa Nexin.

Livia Maria Camilo dos Santos

Doutoranda no Programa de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil), com período sanduíche na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Portugal).

De vários locais desse Brasil,
tentando unir o conatus, 8 de setembro de 2020.

Povos da Terra: enfrentamentos a epidemias sócio-políticas brasileiras

O velho é o dono do tempo
Não para nunca de andar
E todo o peso do mundo
Carrega em seu xaxará

A canção acima, de Paulo César Pinheiro, fala de Omolu (ou Xapanã, ou Sapatá, ou Obaluaiê), orixá da saúde e das pestes. Dizem os fundamentos da matriz africana que Omolu, aos doze anos, saiu de casa e, de cidade em cidade, procurava trabalho. Todos negaram ajuda, de modo que ele precisou pedir esmola até se refugiar na mata. Lá, contou com a generosidade da natureza, alimentando-se de frutas e raízes. Quando voltou para casa, descobriu que todos o estavam esperando: uma peste assolava a terra e um sábio disse que ele era o único capaz de curar a todos. Até quem negou alimento implorou por sua ajuda.

Não é de hoje que os povos da terra conhecem a força de uma epidemia. No Brasil, pelo menos desde a chegada dos primeiros europeus, além de doenças que dizimaram um grande número de indígenas eles trouxeram também racismo, genocídio e outras mazelas sociais mortíferas que contabilizam mortes há cinco séculos. São essas as epidemias sócio-políticas brasileiras.

No Brasil, a colonização não acabou: ela apenas se atualiza em diferentes formas de violência, uma delas muito conhecida - a desigualdade social e a não demarcação de terras, pois muitas comunidades indígenas ainda não tiveram seus territórios homologados e vivenciam diariamente a invasão de garimpeiros e madeireiros. Desde a chegada dos primeiros colonizadores até agora, cerca de 2 milhões e meio de vidas foram perdidas, sem falar nas etnias e cosmologias que deixaram de existir. O que leva à pergunta: como aqueles que estão em permanente luta por seu território podem fazer a quarentena?

Os Laklãnõ/Xokleng do município de José Boiteux, a 150 km da capital catarinense, estão há meses mantendo uma barreira sanitária nos acessos à Terra Indígena.

A decisão, tomada em função do número crescente de indígenas mortos por covid-19, foi criticada pela Câmara Municipal, que afirmou em sessão que os povos originários não respeitam leis. Um vereador chegou a propor uma intervenção no território - fato exposto na carta de repúdio da Juventude Laklãnõ/Xokleng, publicada em maio deste ano[1].

Além de populações indígenas, Santa Catarina abriga muitos terreiros de cosmologias afro-brasileiras. Uma parte significativa fica em regiões pobres e com acentuada população negra. Em Florianópolis, o relatório Territórios do Axé[2] realizou levantamento entre 210 terreiros, dos quais 158 realizavam trabalhos sociais, que vão desde atendimentos gratuitos a doações e prestações de serviços e oficinas. Neste momento, muitas destas casas estão atuando em suas comunidades, monitorando a demanda e o fornecimento de insumos e acompanhando casos, enquanto atividades rituais não acontecem - isso por decisão das lideranças das casas.

Em maio, foi emitida Carta em oposição à Portaria Estadual nº 254 de 2020 do governo do Estado catarinense, que autoriza o funcionamento de casas religiosas durante a pandemia. Na carta, assinada pelo Fórum das Religiões de Matriz Africana de Florianópolis e Região, Kwè Vodun Òtoòlu Hunde, além da Rede de Articulação Psicologia e Povos da Terra/SC, critica-se o modo como foi autorizado o funcionamento de casas religiosas, estabelecendo critérios com base em práticas exclusivamente cristãs e ignorando completamente a diversidade religiosa - ato racista, quando dirigido às cosmologias de matriz africana. Ou seja, a decisão preventiva de não realizar rituais nos terreiros é algo que parte das casas de matriz afro, contrariando a orientação do governo estadual, que autorizava a aglomeração para fins de culto - atendendo a demandas da bancada evangélica estadual.

[1] <https://www.facebook.com/juventudelaklanoxokleng/photos/a.128610798488212/249573816391909/?type=3&theater>

[2] <http://kadila.net.br/wp-content/uploads/2016/08/Terrio%CC%81rios-do-Axe%CC%81-NUER-2017.pdf>

Em Santa Catarina, componentes da Rede Psicologia e Povos da Terra estão assustadas(os): 81% dos municípios estão em fase agravada da pandemia[3], somando mais de 73 mil casos e 960 mortes. A pandemia já existe, oficialmente, desde março, quando os primeiros casos - de pessoas que vieram do exterior - foram confirmados. No entanto, embora países e Estados vizinhos tenham nos avisado, nos meses seguintes, sobre o que estava por vir, os municípios reagiram de maneiras diversas ao inevitável agravamento da situação. O que nos fez questionar e nos indignar, em muitos momentos, com ações políticas de desamparo perante a situação, somadas à desigualdade social e demais violências vividas pelos povos da terra no Estado.

Em grande parte das cidades catarinenses, somente no fim de julho intensificaram-se as medidas restritivas ao comércio, à circulação de pessoas e à prestação de serviços, sendo que algumas delas, neste momento, já estão caminhando para afrouxamento - mesmo com o aumento de casos e mortes diários. Qual é na verdade a pandemia que estamos vivendo? À custa de quais vidas as políticas de isolamento são afrouxadas? Quem, no Brasil desigual, não está tendo o direito ao isolamento?

2.704 mortes no Estado, até a atual data, e mais de 130 mil mortes no Brasil. Poderia ser um número bem maior, se não fosse a corajosa ação dos trabalhadores da saúde pública somada a ação de lideranças comunitárias e povos da terra. Esses que bravamente estão lutando contra as ações devastadoras da pandemia que, além da morte pelo vírus, está matando de fome aqueles que já viviam as comorbidades das violências sociais.

O não direito ao isolamento é mais uma das diversas violências vividas pela população brasileira, que já lida com a violência historicamente. Portanto, o coronavírus não impede que violências estruturadas pelo racismo histórico do Brasil permaneçam presentes como reformulações da colonização.

[3] <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/07/29/sobe-para-12-o-numero-de-regioes-de-sc-em-situacao-gravissima-por-causa-da-covid-19.ghtml>

Ao mesmo tempo que o número de mortes pela covid-19 aumenta diariamente no Estado, políticas racistas se intensificam, aproveitando que os olhos estão voltados para a pandemia. Ainda em Florianópolis, no pé do Morro do Mocotó, há 12 cruzeiros fincadas. Elas não estão lá por causa da pandemia, e sim em memória aos 12 jovens entre 17 a 24 anos que morreram em ações da PM[4]. Ou seja, o vírus não é democrático e junto com as especificidades territoriais, racismos e desigualdade social, torna-se um grande inimigo para aqueles que já sofrem do mal das diversas epidemias sócio-políticas brasileiras.

"Se durante um tempo éramos nós, os povos indígenas, que estávamos ameaçados da ruptura ou da extinção do sentido da nossa vida, hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda" (KRENAK, 2017)[5]. Um estudo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)[6] estima que, em maio de 2020, 118 mil vidas foram poupadas devido ao isolamento social. O que faz surgir outro questionamento feito pela Rede Psicologia e Povos da Terra: como agir em um cenário no qual o isolamento não é uma forma de cuidado acessível a todo/as? Nessa movimentação, a Rede de Articulação Psicologia e Povos da Terra de Santa Catarina procurou desenvolver ações possíveis, com o objetivo de ouvir e potencializar as vozes dos povos da terra, construindo de forma coletiva uma maneira de enfrentamento a essa situação vivida.

Notamos que as diversas formas de violência têm aumentado em função da pandemia - isso porque, sem desconsiderar que a covid-19 é um assunto a ser problematizado com máxima urgência, outros temas igualmente urgentes têm sido colocados à sombra do SARS-coV-2 para parecer menores ou inexistentes. Nas palavras de Mbembe (2020)[7],

[4] <https://catarinas.info/epidemia-de-execucoes-pm-catarinense-mata-85-a-mais-no-isolamento-social/?fbclid=IwARlMNxmMMjLE1lCuid7ZLjw4rDtDOHGv1TQx88p5QntdfIyThe6NuCCoApk>

[5] KRENAK, Ailton. O amanhã não está à venda. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, l. 27.

[6] <http://portal.ufrrj.br/pesquisa-do-ppger-ufrrj-sobre-isolamento-social-e-desta-que-na-midia/?fbclid=IwAR2tNXkS7j7kfAIKijN7WApf80wl9qAfnA7ZsBvZsxnnnMgVyrjN-qzfKkw>

O racismo, sabemos, funciona segundo a lógica da suspeita e da imputação - uma palavra aqui, um comentário ali, uma horrível e falsa acusação adiante, a vontade de sufocar o outro, de impedi-lo de falar em seu próprio nome, a incapacidade de ver em seu rosto o reflexo de nossa própria face, a desqualificação a priori de toda tentativa de se defender e, no fim das contas, a negação de sua humanidade. O racismo consiste também em fazer de toda tragédia que ele provoca um acidente, em inscrever constantemente a vida do sujeito racializado em uma série infinita de acidentes que não cessam de se repetir.

É com atenção voltada para os poderes colonizadores, que invisibilizam e tentam matar silenciosamente, que a Rede de Articulação Psicologia e Povos da Terra tem desenvolvido suas ações considerando que a pandemia da covid-19 é mais uma violência somada às diversas formas de epidemias sócio-políticas brasileiras vividas no Brasil.

A Rede de Articulação Psicologia e Povos da Terra em Santa Catarina é um espaço de encontros entre saberes e fazeres, originada a partir de uma articulação nacional iniciada em 2017 entre pesquisadoras/es e profissionais da psicologia social. Desta articulação mais ampla, partiu a proposta de montar uma rede em diálogo com territórios, lideranças e movimentos sociais, tendo em vista a necessidade de uma organização da psicologia em âmbito nacional e em relação a tais populações, de forma anti colonial ou descolonial. Com este mote, a Rede, que caracteriza a ramificação deste momento em SC, está em desenvolvimento por meio da adesão de psicólogas/os, representantes dos povos da terra e outras/os pesquisadoras/es interessadas/os em fortalecer relações - o que vem enfaticamente ocorrendo junto a populações indígenas e comunidades praticantes de cosmologias afro-brasileiras.

[7] MBEMBE, Achille. O racismo anti-negro funciona da mesma maneira que um vírus. Trad. Francisco Freitas. São Paulo: Editora N-1, 2020. Disponível em: <<https://n-ledicoes.org/093>>. Acesso: 29 jul. 2020.

Desde o início da pandemia, estamos em contato com os povos da terra, tendo realizado algumas ações importantes. Além da mencionada carta escrita em conjunto com povos de terreiro, foram promovidos três lives em conjunto com a Associação O Brasil É Minha Terra (Abrama), de Blumenau. Sempre colocando em diálogo mulheres indígenas em contexto urbano e representantes da Rede, as duas primeiras edições foram sobre os temas "ações sustentáveis" e "saúde e sustentabilidade". Uma terceira edição, em agosto, foi sobre a precarização da vida das mulheres, com ênfase na questão do trabalho. Outra conversa transmitida pelas redes sociais, sobre o tema "Racismo Institucional", aconteceu em julho, com representantes indígenas e quilombolas. Também em agosto ocorreu uma live, sobre mulheres e ancestralidade, com participantes de terreiro e indígenas.

Além de trazer a público violências vividas pelos povos da terra, estas conversas têm revelado resistências coletivas e também amplificado laços com representantes dos povos da terra de fora do Estado, resultando em experiências frutíferas e na possibilidade de tirar os óculos da colonialidade, para então olhar a pandemia através dos olhos de quilombolas, adeptos das cosmologias afro-brasileiras e indígenas.

Também convidamos os povos da terra a compartilhar experiências comunitárias em vídeo, a fim de ampliar e fortalecer a visibilidade das diferentes realidades. Onde a violência silencia, a Rede cria e potencializa para não ser mais silenciado.

Para além dessas ações, mantemos constante diálogo com outras entidades representativas destes segmentos - a exemplo de Abrama, Fórum das Religiões de Matriz Africana de Florianópolis e Região e Comitê Catarinense de Prevenção À Tortura, entre outros. Essas conexões, para além de possibilitar atualização constante sobre como coletivos e entidades estão agindo e se posicionando em tempos de pandemia, também desloca olhares e soma forças, ações e vozes diante da situação de desamparo por parte do Estado.

Entre demonstrações de apoio, divulgação de boletins, cartas e notícias e reuniões com estes coletivos outros, temos conseguido mover a Rede em busca de uma articulação ampla, fortalecendo uma psicologia anticolonial/descolonial, e principalmente as lutas dos povos da terra. Nossas atuações se pautam a partir da perspectiva dos Direitos Humanos, na busca pela garantia dos direitos fundamentais desses povos e seus direitos de existirem na pluralidade de modos de ser e estar, resistindo perante violências que se estabelecem, muitas vezes pautadas pelo Estado.

Contudo, nossas ações só se fazem efetivas porque temos o apoio dos povos da terra, que têm nos ensinado outras formas de olhar para as vidas que se vão, para aqueles que ficam e para o que a pandemia e as violências amplificadas por ela têm a ensinar. Em tempos de vírus, uma das formas de saúde e enfrentamento está na união das vozes e da escuta, potencializando falas e, principalmente, ressaltando que é com o velho que temos que caminhar para com ele aprender, tal como na canção de Paulo César:

A volta do mundo é grande
pra quem nem bem começou
a gente faz o caminho
que o velho já caminhou

Ana Paula Evaristo Russi
Educadora. Mestre em Educação pela Universidade
Federal de Santa Catarina. Integrante da Rede de Articulação
Psicologia e Povos da Terra /SC. Praticante-pesquisadora-
militante das cosmologias afro-brasileiras.

Flávia Roberta Busarello
Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP, realizou período
sanduíche na Universidad de Salamanca/Espanha em tempos de
pandemia, com financiamento da CAPES/PDSE/2019. É Nexiana, faz
parte da Rede Psicologia e Povos da Terra/SC e trabalha com
pesquisa ação-participante. Acredita em uma psicologia para a
transformação social.

Santa Catarina, 04 de setembro de 2020.

La Costa Rica de las desigualdades: un breve estado de situación en tiempos de pandemia

1. Presentación

Según el Banco Mundial (2016), Costa Rica ocupa el lugar número nueve en la lista de los países más desiguales del mundo, lo que se pone de manifiesto con el aumento de la pobreza, que se elevó al 21,1% de los hogares (Encuesta de Hogares, 2019).

A la desigualdad de estos datos se adiciona el de las condiciones laborales que afronta el país, donde según el INEC (2019) el 46% de la fuerza laboral trabaja en empleos informales, el 10% de la misma no tiene empleo y el 25% de las personas no gana el salario mínimo. Esto, por supuesto, ha empeorado durante la pandemia del covid-19.

En 6 marzo del 2020 nuestro país reportó el primer caso de covid-19, se trataba de una turista norteamericana. Cinco meses después, el país reporta 26.129 personas contagiadas y 272 personas fallecidas (Ministerio de Salud de Costa Rica, 13 de agosto del 2020). Ubicamos a nuestros lectores: según el INEC (2019) nuestro país tiene una población aproximada de 5.022.000 personas, con una moderada densidad de población de 98 habitantes por Km².

La pandemia del covid-19 que azota al mundo en la actualidad, y que ha causado centenares de miles de fallecimientos y millones de personas contagiadas, en una contabilidad inacabada, aparece en un contexto de profundas desigualdades y desajustes estructurales, en un orden sistémico que según Francois Houtart trae bienestar a solamente la quinta parte de los habitantes del planeta (Houtart, 2006).

La pandemia, sin duda, ha agravado tensiones y exacerbado contradicciones y tendencias ya existentes, sin tener aún un desenlace cierto. El optimismo ingenuo con que algunos reaccionaron inicialmente a la emergencia probó ser fútil, la crisis no sería “peregrina y pasajera”. Es más bien una especie de prueba de resistencia.

En este breve estado de situación queremos enfocar las manifestaciones de esta desigualdad exacerbada a partir de la pandemia, particularmente en tres anudamientos: 1. el aprovechamiento de la crisis social sanitaria para desmantelar el Estado Social de Derecho, 2. Las condiciones de explotación laboral que parten del sin salida de “morir de hambre o morir de covid”, 3. Las manifestaciones de racismo y xenofobia que se identifican en la crisis y 4. Las cuarterías “invisibles”, como expresión de expulsión y miseria. Las cuarterías son lugares habitados por gran número de personas, en su mayor parte personas trabajadores vulnerabilizadas,, en condiciones de hacinamiento.

2. El desmantelamiento del Estado Social de Derecho

Estos tiempos pandémicos, marcados por la confusión, desesperanza, temor y atención focalizada en un virus (que nos tomó desprevenidos), han abierto el espacio para intensificar los continuos ataques del neoliberalismo contra el Estado social de derecho, cuyo propósito es debilitar a las universidades públicas, el sistema de salud público y los derechos laborales, impulsando espacios para que ciertos sectores políticos costarricenses y fracciones legislativas, sigan con sus propuestas de recortes y privatización de las instituciones públicas.

En Costa Rica, estos permanentes ataques no son resultado de la pandemia. En el 2019, se destacaron las luchas por la defensa del estado social de derecho. Ese año la educación pública y la autonomía universitaria fueron víctimas de este plan estratégico de debilitamiento de las instituciones públicas, que se mantiene hasta el día de hoy a través del mensaje del recorte del gasto público para evitar el supuesto naufragio de la economía, banalizando el impacto de las instituciones públicas de la educación, la salud, los derechos laborales, en la sociedad costarricense, todo esto reforzado por un discurso propagandístico contra la institucionalidad pública, con campañas de desprestigio que calan en la mente de sectores de la ciudadanía, reduciendo su criticidad.

En el caso de las instituciones universitarias de educación pública, en octubre del 2018, se rechaza la reducción del Fondo Especial para la Educación Superior Pública (FEES), en el cual la Asamblea Legislativa pretendía disminuir en el presupuesto ordinario de la República para el año 2019, (Sesión Ordinaria No. 3095, Artículo 9, del 31 de octubre de 2018). En el 2020, esta misma asamblea argumenta que el presupuesto universitario debe bajar y que no es negociable. Son Argumentos pandémicos, que afirman que el coronavirus complicó la situación económica y que debe ser resuelta disminuyendo el gasto público. Los sectores neoliberales quieren aprovechar la coyuntura de la pandemia, en la que hasta ahora hay menor posibilidad de movilización para impulsar con fuerza sus intereses.

En respuesta a estos argumentos pandémicos, es importante visibilizar las acciones pandémicas. Hoy, tenemos dos grandes noticias que compartir desde Costa Rica, provenientes de instituciones, baluartes de lo público, que están trabajando de la mano para brindar alternativas esperanzadoras de un tratamiento que ayude a minimizar los efectos del covid-19. La Caja Costarricense del Seguro Social y el Instituto Clodomiro Picado de la Universidad de Costa Rica, han anunciado el desarrollo de un tratamiento capaz de inhibir la efectividad del coronavirus. Una esperanza gestada en lo público, pensando en la población. Por último, no dejemos de lado la historia; también aliada en la defensa del Estado social de Derecho, que nos sirve de recordatorio y plataforma para visibilizar el camino recorrido, los aciertos y desaciertos y poner sobre la mesa el problema las causas reales de este aumento de la brecha social y la inequidad en Costa Rica durante las últimas décadas:

En 1941, por Ley N° 17 de 1° de ese año, Calderón Guardia crea la Caja Costarricense del Seguro Social, hoy la institución pública más poderosa del país, mediante un sistema tripartido de financiación por el Estado, el patrono y el trabajador, que se puso en marcha dos años después, mediante una ley orgánica adecuada (N° 17 del 22 de octubre de 1943).

El 7 de marzo de 1941, con base en la Ley N° 36 de 26 de agosto de 1940, se abre la Universidad de Costa Rica, remota heredera de la Universidad Santo Tomás, que había permanecido clausurada desde el 3º de agosto de 1888. El 2 de junio de 1942 se reforma la Constitución de 1871, para incorporar a ella, por primera vez en nuestra historia, las garantías sociales, consistentes básicamente en derechos mínimos del trabajador la madre y la infancia (Ortiz, 1976).

3. Des-emplearse en la pandemia

Otro importante tema que la pandemia ha agudizado, es el desempleo, ya que, como ha indicado la OIT, sólo en el segundo trimestre de este año, en el mundo se puede identificar una pérdida de 10,3% de las horas de labor, equivalentes aproximadamente a la reducción de 31 millones de empleos a tiempo completo.

En Costa Rica, conforme avanza el confinamiento, crece la tasa de desempleo sumiendo a miles de familias en condiciones de vulnerabilidad, según datos arrojados por la Encuesta Continua de Empleo (ECE) del segundo trimestre de 2020: “la tasa neta de participación laboral nacional (población en la fuerza de trabajo entre población en edad de trabajar) disminuyó 5,4 puntos porcentuales, es decir, un 57,6 %” (INEC, 2020). Con ello, se ha profundizado la pobreza, la desigualdad y las violencias.

A manera de ejemplo, actualmente los cantones josefinos[1] de Pavas y La Uruca, constituyen unas de las zonas con mayores contagios por Covid-19, y a la vez, según el Instituto de Investigaciones en Ciencias Económicas (IICE) de la Universidad de Costa Rica, en esos mismo territorios las familias en condición de pobreza y pobreza extrema, corresponden a 26.95% y 45.55% del total de las familias (INEC, 2020). Muchas de estas familias dependen de los empleos informales, los cuales han sufrido una disminución de capacidad de empleabilidad, alrededor de 179 mil personas con respecto al 2019.

Frente a la emergencia y la presión de diversos sectores sociales, el estado costarricense creó lo que conocemos como “Bono Proteger”, una ayuda económica temporal de 3 meses, dirigido a familias que enfrentan reducción de la jornada laboral o bien, una pérdida total del empleo. En el primer caso el monto mensual destinado es de \$150, mientras en el segundo caso es de \$250, a inicios de julio, se habían entregado 533 501 bonos (MTSS, 2020). No obstante, este bono no solventa todas las necesidades básicas ni ha sido accesible para todas las familias, también, se les ha negado a personas solicitantes de refugio y en algunas ocasiones se les rechazó a personas migrantes. La pandemia lleva cinco meses en nuestro país desde que se detectó el primer caso, ¿quién resuelve los meses y las necesidades que no cubre el bono, cuando todos los días aumenta el desempleo y la tripa se escurre entre la incertidumbre, el hambre y el miedo?

Mientras tanto, muchas grandes corporaciones siguen evadiendo impuestos apelando a sus cero ganancias anuales y mantienen su morosidad por miles de millones de colones a la Caja Costarricense del Seguro Social. Todo ese dinero que sigue sin recaudarse para fondos públicos, podría ser utilizado para dar soporte a las familias, pero el gobierno ha preferido endeudarse una vez más con el Fondo Monetario Internacional (FMI), acelerando la privatización de importantes instituciones o instancias públicas.

Cómo ya hemos señalado, la pandemia también se ha convertido en una buena excusa para que los grupos poderosos que instruyen al gobierno, aprovechen para violentar otros derechos laborales, y mientras las familias en el desempleo buscan como emplearse para sobrevivir, en la Asamblea Legislativa (con mayoría de partidos liberales y fundamentalistas), se discute el proyecto de Ley 21.182 que busca aumentar las jornadas laborales a 12 horas diarias y así disminuir los días laborados, al menos fuera de casa. Esto representa un retroceso de 100 años en cuanto a los derechos laborales defendidos por la clase trabajadora, tras largas luchas y resistencias, por mejorar y dignificar el trabajo.

4. Racismo y Xenofobia

“¿Todo esto no indica claramente la necesidad urgente de una reorganización de la economía global que ya no estará a merced de los mecanismos del mercado?” Slavoj Žižek (2020).

En Costa Rica no es nuevo el tema de la explotación laboral vinculada a la actividad de producción agrícola en grandes empresas exportadoras, sobre todo, las piñeras y las bananeras. Para comprender, al menos someramente, este fenómeno es necesario tener en cuenta la ausencia de fuentes de empleo en las regiones en que se da estas actividades agrícolas, las amenazas de pérdida de empleo ante la posibilidad de organización -sindical o de otro tipo-, y una “naturalización” y “aceptación” en las condiciones en las cuales se producen los monocultivos. (Llaguno, Mora, Gutiérrez, Barrios, y Mora, 2014).

La crisis sanitaria generada por el covid-19 ha dejado en evidencia, una vez más, la exacerbada violencia ejercida contra población trabajadora de grandes plantaciones y monocultivos, la cuales carga con múltiples condiciones de vulnerabilidad. Entre estos grupos de personas se encuentran las personas nicaragüenses, tanto en condición migratoria regular como irregular. Parte de esta población se desplaza a Costa Rica en períodos de cosecha y luego regresan a su país, donde hay pocas posibilidades de empleo. Por ello, realizan el trabajo con bajos salarios y se ven expuestas a la racialización y criminalización por parte de personas costarricenses (Sandoval-García, 2004), que aducen que vienen a quitar el empleo y a “colapsar las instituciones estatales”.

Encontramos un panorama de desigualdad, vulneración social y explotación laboral para muchas poblaciones, en especial, para la población de personas migrantes nicaragüenses.

Esta violencia se ha visto exacerbada en el tiempo de la pandemia ya que se pone en riesgo de contagio tras las ya pésimas condiciones en las plantaciones.

Como ejemplo de lo anterior, a partir del cierre de fronteras ante la alerta por la pandemia, mes de mayo, se descubrieron camiones que traían a 69 personas nicaragüenses, 49 de ellas en condición migratoria irregular, en condiciones de hacinamiento, inhumanas e insalubres (GÓMEZ, 2020). Estas personas fueron ingresadas al país sin atender las normas de cuidado para evitar los contagios con la única finalidad de que trabajaran en las plantaciones. No importaba a las empresas ni a sus dueños, la salud de ninguna persona que pudiera ver comprometido su bienestar y el de sus familias por el contagio del mencionado virus.

Sumado a lo anterior, y a la propagación del contagio en plantaciones de monocultivos al norte del país, se realizaron intervenciones de la Caja Costarricense de Seguro Social (CCSS), en que se destacaron a 7 empresas que no cumplían con disposiciones laborales como, por ejemplo, el pago de salario mínimo, pago de vacaciones, pago de aguinaldo, cuotas de seguridad social o póliza de riesgos laborales (Cordero, 2020). Incluso, se encontró a una joven mujer embarazada positiva al virus, en condición casi de esclavitud, encerrada por un empresario agrícola en un establo para animales junto con 13 personas más, para evitar ser descubiertos ya que trabajaban sin ningún derecho laboral, incluso por 12 horas al día (Montero, 2020).

Resulta interesante que el Ministerio de Salud ha brindado los reportes diarios sobre personas contagiadas diariamente, e indicando la nacionalidad de las personas con covid-19 en el país. La cobertura de los medios sobre la situación de personas migrantes en plantaciones agrícolas, así como datos gubernamentales, han generado en sectores de costarricenses discursos de odio y xenofobia donde se aduce que los focos de contagio provienen de la población nicaragüense migrante.

Por todo lo anterior, en el contexto del covid-19 se han expuesto formas de explotación laboral contra poblaciones migrantes, que además sufren xenofobia por el manejo de datos de los medios de comunicación masiva y del mismo gobierno nacional.

Esta estigmatización, sumada a las condiciones político-económicas de Nicaragua, da pie a condiciones laborales de abuso, que además se remontan a un discurso etnocéntrico costarricense, tal como lo expone Sandoval-García (2004): “las bases materiales y simbólicas de una nación, que se considera a sí misma “única”, han experimentado un debilitamiento y este declive origina ansiedades especialmente entre los sectores más desfavorecidos, las cuales tienden a ser proyectadas en la comunidad nicaragüense” (Sandoval-García, 2004, p. 154).

5. Las cuarterías “invisibles”

El 4 de julio del 2020 el país registró la muerte por covid-19 de una persona joven nicaragüense, habitante de una “cuartería”. El joven llegó al hospital en shock, fue trasladado cuando ya no pudo más y como lo escribe con dolor Aurelia Dobles: “Porque si hay algo que me ha dejado traspasada en estos días es ese joven muchacho nicaragüense que se quedó encerrado allí en una de ellas, hasta morirse de coronavirus, pero ya antes había muerto de miedo, ya antes había muerto de segregación, ya antes había muerto de marginación, ya antes había muerto de señalamiento, ya antes había muerto de soledad, ya antes había muerto de indiferencia” (Dobles, 2020).

Las cuarterías están conformadas por un conjunto de cuartos o habitaciones en estructuras e inmuebles con niveles de deterioro significativo, cuyos habitantes, deben compartir los baños, cocina y cualquier área común: Cada habitación en promedio de 9 metros cuadrados que aloja un hogar particular, la cual mediante un pasillo comparte la ducha y el servicio sanitario con otras habitaciones, la mayoría de las veces se cocina dentro de ella entonces no se refiere al conjunto de ellas, es por eso que se les denomina como cuartos en cuartería (Acuña, 2020). A partir de ese momento, muchas personas expresaron su asombro por la existencia de estos espacios y las condiciones de riesgo salud en las que habitan las personas. Un asombro algo maniqueo. De un día para otro, las cuarterías eran cercadas, identificadas como cluster de riesgo para cualquier transeúnte de las calles de la ciudad de San José.

Sus habitantes, ya de por sí hacinados, fueron encerrados. Allí estaba el contagio, allí donde vivían las personas pobres, las personas migrantes, las personas drogadictas, los abyectados de esta sociedad.

Como una extraña ironía, para muchas personas la pandemia volvía visible lo invisible de un fenómeno de miseria y desigualdad que tiene más de 30 años de existir. Según el censo (2011) existían en el país más de 5.000 cuarterías, en las que habitaban aproximadamente 11.000 personas.

Una década después -ninguna casualidad en medio de la arremetida de las políticas neoliberales-, el fenómeno de las cuarterías se duplica y se estima que sólo en la ciudad de San José existen 400 cuarterías, que alojan a más de 15.000 personas (Mora, 2020). Se calcula que las personas pagan entre \$2 a \$10 dólares al día, por estas modalidades de pobreza y expulsión:

Son completamente oscuras, poco ventiladas, algunas completos laberintos con puertas y puertas donde, en cada una, podrían haber dos o tres núcleos familiares. Las más difíciles son como un salón, lleno de colchones de espumas o de colchonetas, en donde la gente hace fila en las noches para ingresar y paga mil o dos mil colones con el único derecho de permanecer en esa espuma durante de la noche. Generalmente comparten uno o dos baños para 60, 70 u 80 personas y comparten una pequeña cocina a las que el Cuerpo de Bomberos tiene muchísimos años advirtiéndolo del peligro. Al ser salones comunes no hay certeza del riesgo que afrontan las personas vulnerables que habitan ahí (Marcelo Solano, Director de la Policía Municipal de San José entrevistado por Mora, 2020).

La otra cara de la pobreza, la miseria y la exclusión, es la explotación y el lucro. La investigación de un medio de comunicación costarricense reveló, que los dueños de los edificios en cuartería ganaban más \$4.000 al mes por opciones de alquiler que precarizan la existencia.

No hay nada que pueda regular estas lógicas de miseria. Están desprovistas de legislación y normativa. Ocurren frente a nuestros ojos, como una suerte de naturalización del despojo y la deshumanización. Quién iba a pensar, que una pandemia, se encargaría de destapar lo que estaba oculto.

El crecimiento de este fenómeno está asociado a la configuración de una ciudad excluyente y desigual, que segrega y construye lugares de expulsión: De esta forma se ha erigido un imaginario de una ciudad sumida en el caos y la desolación, “raptada” por aquellas personas que no son el objetivo del proyecto de ciudad: personas vendedoras ambulantes, en situación de calle, trabajadoras sexuales, migrantes, pobres (Jiménez, 2020).

Y es que esta construcción simbólica no es inocente, está justificada en el recurso ideológico de la estigmatización como vía de recuperación. Parece ser entonces que si la ciudad está “raptada” ¿se vuelve justo recuperarla?

Grandes desarrollos inmobiliarios emergen en la ciudad de San José y con ella intereses de capital que van conformando “un paisaje urbano, caro, exclusivo y excluyente para la mayoría de la población” (Delgadillo, 2016 citado por Jiménez, 2020). Nos preguntamos ¿Para quién es la ciudad?

6. A manera de cierre

Después de este recorrido panorámico por distintas manifestaciones de desigualdad que operan en este contexto, aquí, en la “suiza centroamericana”, en “el país más feliz del mundo” (como lo proclama una publicidad caza-turistas interesada), no podemos evitar preguntarnos: ¿Saldremos “siendo mejores” de esta tensa coyuntura? ¿Saldremos- siquiera- de la misma? No tenemos certezas, pero hasta acá, si contabilizamos angustias y preocupaciones por la agudización de las contradicciones existentes.

En el mundo entero, y también en Costa Rica, se pusieron en fuerte tensión algunas situaciones:

¿Qué pasará con lo público, con la salud pública, que ha sido objeto de fuertes ataques en los últimos años de parte de sectores neoliberales y privatizadores? ¿Se podrá enfrentar lo que a todas luces parece ser un aprovechamiento de la crisis por parte de sectores hegemónicos que lejos de aturdirse por las dificultades de los trabajadorxs no dudan en acelerar la marcha de sus propuesta privatizadoras?

Ya se ha dicho que los sectores neoliberales no se ven aturridos por las desigualdades, porque la lógica neoliberal es la lógica de lo ilimitado, de la desmesura; los neoliberales no buscan equilibrios, no les concierne, y de demandar sus intereses, no dudan en ejercer medidas que a fin de cuentas podríamos llamar necropolíticas. Si alguien pensó que la crisis generalizada disminuiría el egoísmo, y propiciaría la bondad, la inclusión y el cuidado de todas y todos, tendría que estar hoy muy desilusionada. Pero así es el “orden” social que vivimos. En la fragmentación, en la dispersión, en la angustia y el aturdimiento, hay que buscar maneras para seguirse encontrando en la lucha por un mundo más justo.

7. Referencias Bibliográficas

Acuña, P. (2020, 29 de julio). Para una mejor aproximación de las cuarterías. Frente Amplio. <https://www.frenteamplio.org/para-una-mejor-aproximacion-al-fenomeno-de-las-cuarterias/>

Cordero, M. (2020, 17 de junio). Piñera Exportaciones Norteñas fue clausurada por 21 casos positivos de COVID-19. Semanario Universidad. <https://semanariouniversidad.com/>

Dobles, A. (2020, 7 de julio). Facebook: <https://www.facebook.com/aurelia.dobles>

Gómez, T. (2020, 6 de mayo). Policía intercepta camiones que transportaban nicaragüenses de forma irregular en Zona Norte. El Observador. <https://observador.cr/>

Houtart, F. (2006) Los movimientos sociales y la construcción de un nuevo sujeto histórico. En Borón, A., Amadeo, J., González, S. La Teoría Marxista hoy. Problemas y perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 435-444.

Instituto Nacional de Estadística y Censos. (2020). Encuesta continua de empleo al segundo trimestre 2020, 2 (9). San José: Costa Rica.

Instituto Nacional de Estadística y Censos. (2019). Encuesta Nacional de Hogares. San José: INEC.

Instituto Nacional de Estadística y Censos. (2011). Censo Nacional de Población. San José: INEC.

Jiménez, A. (2020, 4 de agosto). Más allá de las cuarterías, una San José exclusiva y excluyente. Una reflexión sobre las condiciones de regeneración y repoblamiento de la capital costarricense. UCR noticias. <https://www.ucr.ac.cr/noticias/2020/08/04/voz-experta-mas-alla-de-las-cuarterias-una-san-jose-exclusiva-y-excluyente.html>

Llaguno, J.; Mora, S.; Gutiérrez, A. L.; Barrios, P. y Mora, F. (2014). Políticas y conflictos socio ambientales: el caso de la tenencia de la tierra y los monocultivos en el caribe de Costa Rica (2006-2012). *Revista de Ciencias Sociales*, 145, 81-98.

Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. (2020). Tercer Informe Mensual de Seguimiento a la Ejecución del Bono Proteger. San José: Costa Rica.

Montero, R. (2020, 22 de junio). Muchacha que debía permanecer en cuarentena estaba oculta con 13 personas más en corral de finca en Pococí. *La Nación*. <https://www.nacion.com/>

Mora, A (2020, 7 de julio). El COVID nos está reflejando realidades que siempre han estado allí. *Delfino.cr*. <https://delfino.cr/2020/07/primero-zona-norte-ahora-las-cuarterias-el-covid-19-nos-esta-reflejando-las-condiciones-sociales-que-han-estado-ahi-siempre-y-no-hemos-querido-ver> Ortiz, E. (1976). *Costa Rica: Estado Social de Derecho*. *Revista de Ciencias Jurídicas*, 29, 51.

Sandoval-García, C. (2004). El “otro” nicaragüense en el imaginario colectivo costarricense. Algunos retos analíticos y políticos. *Nómadas (Col)*, 20, 152-159.

Teletica Canal 7 (2020, 7 de julio). Dueños de cuartería ganan hasta 2 millones de colones. *Noticierocostarica.com*. <https://noticierocostarica.com/duenos-de-cuarterias-ganan-hasta-2-millones-de-colones-al-mes/>

Žižek, S. (2020). El coronavirus es un golpe al capitalismo a lo Kill Bill...En Agamben, Giorgio, et al. *Sopa de Wuhan*. Editorial ASPO, 21-28.

María Andrea Araya Carvajal

Helga Arroyo Araya

Ignacio Dobles Oropeza

Dylana Rodríguez Muñoz

Patricia Velásquez Prada

Colectivo Subjetividades y Resistencias,

San José, Costa Rica, 13 de agosto del 2020.

Reflexões sobre o ensino a distância no epicentro da pandemia na Amazônia

O Estado do Amazonas é particular em singularidades. Abriga povos em sua originalidade que integram ambientes com riqueza de saberes e fazeres, bem como heranças cosmológicas, hierarquias clânicas e consaguinidades. Povos que, através das suas práticas culturais, conservam diversidades socioeconômicas relevantes, constituintes do espaço amazônico e sua histórica formação de classes. Outrossim, essas singularidades refletem as dificuldades enfrentadas pelas populações do bioma.

No panorama, entra em cena as mudanças significativas que o SARS-coV-2 provocou na vida e em diversos segmentos do cotidiano de povos do Amazonas, Estado que se tornou o epicentro da pandemia no bioma mesmo apresentando medidas de contenção do espalhamento viral. Todos os países do mundo, igualmente, tomaram medidas de distanciamento e fechamento de estabelecimentos não essenciais, do mesmo modo como divisas e fronteiras, todavia apresentaram sistemas de saúde colapsados e, hoje, aos poucos tentam se recuperar. Em muitos contextos, instituições escolares da rede pública e privada foram afetadas direta e indiretamente pela pandemia, uma vez que encerraram atividades, perderam receita e descontinuaram eventos escolares.

Entretanto, algumas correntes educacionais optaram por idealizar preceitos e métodos de ensino a fim de que educandos não tivessem tantas perdas em um ano escolar com cenário atípico. Falamos desse cenário anômalo e logo nos reportamos de novo ao Amazonas, onde até meados de setembro houve enorme número de casos (mais de 135 mil) e vítimas (mais de 4 mil). Ante esse cenário incerto, estão alunos e professores, além de gestores, que dia após dia se perguntam: até que ponto será possível, a partir de agora, lecionar sem a utilização de ferramentas tecnológicas? É uma questão que precisa ser discutida, principalmente no pós-pandemia.

Categoria a priori no debate é o acesso à internet e às novas tecnologias de informação e comunicação que, temos percebido, retiram o professor da sua zona de conforto, ou seja, da sala de aula, colocando-o na posição de mediador tecnológico. Desta feita, existe outro aspecto pertinente de reflexão que gira em torno de jovens, adolescentes e adultos. Trata-se do aspecto da falta de acesso gratuito à tecnologia da rede mundial. De tal modo, entendemos que a passagem da educação tradicional realizada em espaço físico, compartilhado por alunos, professores e gestores, para um ensino a distância, deve ser avaliada a partir de suas covariâncias. Uma passagem, que em nosso particular amazonense, aplica-se em modo de reflexão e crítica. O Amazonas possui contexto distinto e necessita de um olhar mais denso, detalhado e preciso. Ainda mais se tratando de exterioridades educacionais, dada a população de caboclos, rurais, indígenas, ribeirinhos e quilombolas que se espraiam pela região e necessitam de um modo educacional diferenciado. Apesar de conviverem em diversos cenários, esses povos precisam ter um bem em comum no complexo pandêmico em que vivemos: o acesso à educação gratuita e de qualidade.

Para se dispor uma educação universal precisa-se alcançar e praticar a acessibilidade, fator proeminente que articula a respeito da possibilidade de ampla aquisição, em uma real aproximação do objeto, garantindo este a todos que carecem. Assim, fomentar a acessibilidade a escolares do Amazonas também é promover a prática da equidade, uma prática que fomenta a acessibilidade, na proporção de que a primeira não apenas dá acesso ao cidadão sob seus direitos, mas gera um fator de oportunidade nivelado.

Seria possível, no processo educativo, construir novas identidades, abrir questionamentos e entrelaçar novas relações. Pode-se ponderar que estudar a distância, via tecnologias digitais, não deve fomentar apenas o acréscimo de horas de leitura durante o isolamento domiciliar, com motivação única de passar de ano. Antes disso, educandos precisam refletir sobre o processo e entender que tecnologias podem fazer deles novos sujeitos, com modernos olhares e perspectivas.

Tomando o suposto, salientamos que ao longo dos anos o ensino vem sofrendo várias mudanças de foco. O ator central era o professor, depois passou a ser o aluno, em seguida os métodos de ensino e, por último, o processo de aprendizagem. Hoje, é preciso observar o contexto político e socioeconômico em que alunado e docentes estão inseridos, uma vez que entender objetivos educativos específicos, contexto socioeconômico e carências da comunidade (no caso, comunidades do interior do AM) significa criar uma ponte para a construção da cidadania nessa nova era. E ainda. Tecnologias contribuirão agora, mais que nunca, para a reinvenção do processo de ensino e aprendizagem, seja por aplicativos, sites, podcasts, vídeos ou áudios, entre demais. Suportes tecnológicos precisam fazer parte do novo contexto educacional, e nós, docentes, necessitamos explorá-los de forma a contribuir para as aulas. Nessa miragem, avalia-se a nova busca por conhecimentos e amplia-se a prática educativa aberta.

Em nosso ambiente amazônico, vale dizer, comunidades ribeirinhas, quilombolas, rurais, interioranas e indígenas apresentam dificuldades na migração para o método de ensino centralizado por mediação tecnológica. Mas não por falta de potencial. Longe disso. Trata-se de uma situação de infraestrutura e logística. Em tempos de pandemia, onde não é possível ter aglomerações, criticamos que nossas comunidades, em geral, sofrem drasticamente de forma elevada ante demais municípios do Sul e Sudeste do país, que dispõem de acesso em maior número a ferramentas digitais.

Na intenção de diminuir a fragilidade do abismo educacional, governos da Amazônia, incluindo-se o Amazonas, buscam alternativas. Uma delas centra-se na divulgação de aulas via sistema de rádio, internet e aparelhos televisivos. O ensino sempre foi muito desafiador, mesmo antes de todo o cenário causado pelo SARS-coV-2. E os desafios da mediação tecnológica direcionam perspectivas de reflexão, dado que desde a implementação, por meados dos anos de 2007, fatores sociais concorriam para indagarmos se esta era uma ferramenta eficaz.

Uma das dificuldades elencadas outrora se referia a ambientes de comunidades longínquas, sem acesso a mídias de compartilhamento e nem estrutura para o ensino democrático. Pensando o aspecto sociocultural, a formação de professores no Amazonas, após o início da readaptação e considerando a pandemia, ainda hoje não deve apenas ser mero processo de reconformação de práxis sociais existentes. É um processo dinâmico, em constante transformação, segundo necessidades individuais e coletivas. Com base no suposto, a aprendizagem deve estender-se à conjuntura do alunado, estabelecendo relações com escola e comunidade, além de sua cidadania e seus direitos.

Não se pode ponderar sobre a prática educativa sem relacioná-la com acontecimentos históricos sociais, sem desenvolver considerações cotidianas em que aluno e educador se inserem. O espaço escolar se distingue por heterogeneidade cultural e pluralismo de ideias, e, de tal modo, é pertinente que profissionais da educação, enquanto intermediários, trabalhem para que mídias tecnológicas constituam-se em aliadas na aprendizagem. A escola, enquanto ambiente de analogias sociais, deve acompanhar modificações históricas, permanecendo a educação em franca modernização.

É necessário criar ações voltadas para a aprendizagem que se aproximem o máximo da realidade vivenciada por esses atores (aluno e professor), visando a consciência crítica para uma mudança da estrutura social em que se inserem. Para além de oportunizar ao aluno a experiência de ter aulas a distância, as mídias, nesse contexto, devem ser capazes de visualizar pessoas como participantes ativas da sua própria aprendizagem, partindo de uma perspectiva cognitiva global.

Na metodologia ativa, o professor é um facilitador, orientador que produz autonomia para que seu aluno desenvolva pesquisas, reflita e decida por si mesmo o que fazer para alcançar objetivos estabelecidos. A docência revolucionária visará a formação da autonomia intelectual e cidadã, constituindo-se a educação como ato político.

O processo de construção do saber, do aprender fazendo, do pensamento reflexivo e da criatividade, só será possível se atores assim o assimilarem, acreditando no seu potencial pedagógico como vetor de transformação da realidade. Desta feita, o ensino em tempos de pandemia escancarou realidades relacionadas a dimensões distintas da educação básica. O processo educativo sempre foi desafiador, sim, o sabemos, principalmente na medida em que se precisa reinventar constantemente. Mas o cotidiano educacional em territórios da Amazônia brasileira exige exterioridades ainda mais difíceis, porque se relacionam a uma específica práxis entremeada a modos de vida locais.

No seio das populações amazônicas, a educação em tempos de pandemia necessitou ser reinventada, tanto na prática docente quanto na aprendizagem. O SARS-coV-2 escancarou realidades obscuras, mazelas sociais, abismos entre classes e precariedades do sistema educacional. E hoje, para se pensar e refletir a Amazônia brasileira, é pertinente observar valores de povos originários e tradicionais, invisibilizados e destratados pelo Estado e por fatores do mercado. Passam-se anos e décadas e cenários de degradação, não apenas no bioma, mas nas relações entre ensino e sociedade, não sofrem qualquer alteração relevante no sentido de uma educação igualitária, próspera. É mister que a mudança não se restrinja apenas a leis e papeis rascunhados, esquecidos, empoeirados. Estamos à mercê de mazelas didáticas vindouras e o fortalecimento de cada centro educacional, acadêmico e científico pode ser um polo de resistência e liberdade.

Isaiás dos Santos
É mestre em Ciências da Educação pelo Saint Alcuin
of York Anglican College e professor

Fabrizio Vasconcelos
Graduado em Turismo e Letras Língua Francesa.
É professor e tradutor

Renan Albuquerque
É professor da Universidade Federal do
Amazonas

Parintins-Manaus/AM, 15 de setembro de 2020.

Tudo que tu fazes de mim

Segunda-feira
Noite
Vinte horas
Notícias
Fecharemos.
Quadro branco

De repente tudo fica silencioso.
Não saltamos sonhos para o futuro.
Soltamos das mãos.
Soltamos um do outro.
Sentindo-se Dinossauros.

Quando chego em Casa.
Os olhos
Abertos
Feito mar.
Feito Baía.

Além - mar.
Vocês longe
Sentam em trigos.
Olhos Enchem
O Rio Tormes.

Você de todos os lugares.
Sem marca no braço direito.
Você voar pelas bocas.
Suspirar em nossos ouvidos
Está nos esgotos.
Assombra.
Sufoca.
Tira o ar.

E no Cerrado ausente
Pesam cem mil
sem vozes
com os pés no chão.

Quando chegar na última estação
do trem, do ano
do pão nosso
quero ser
bicho solto
cantar feito pássaro, correr
feito ema
que fugiu do cativoiro
Cantar carnaval

Cantar para Aruanda.

Mas ainda temos sua sombra translúcida
A vigiar-nos.

Debruçando seu corpo sobre nós Quente feito medo.

Vanucci Bernard Deucher
Historiador. "Rabisco e rascunho coisas que
revoltam-me e gostaria de gritar da janela".

Jaraguá do Sul, SC, 30 de agosto de 2020.

POSFÁCIO

O Brasil, hoje, possui 5.445,475 infectados e 158.101 mortes. Essa quantidade avassaladora de contaminação e vítimas é refletida também a partir da desigualdade social e econômica, uma vez que a maioria das populações que sofrem drasticamente nesse cenário pandêmico é de negros, indígenas, quilombolas, rurais e demais agrupamentos originários e tradicionais do país. São populações vulneráveis que estão morrendo e se encontram em situações diversas de extrema pobreza. Não obstante o país retornou a lista do Mapa da Fome.

Todavia, o governo não ensaia uma preocupação em ações solidárias, de forma cidadã, para amparar infectados e famílias de pessoas mortas. Não há um plano específico para a contenção do espalhamento viral da pandemia do novo coronavírus. O que existe são considerações que partem desde o desdém de Jair Bolsonaro à inépcia de governadores e prefeitos de Estados e municípios. Enquanto isso, a economia brasileira patina e encaminha-se para uma decadência histórica.

Apesar dos números de infectados possuírem uma grande parcela entre ricos, quem continua a perder vidas em grande escala são as populações pobres que estão em circunstâncias precárias sem subsídios dos poderes públicos.

Ao contrário do que se tem propagado, o vírus não é democrático, uma vez que pessoas ricas são as que possuem melhor atendimento e acesso à saúde, além do fato de que boa parte da população de periferias, aldeias, quilombos não possuem acesso à água de qualidade para os preceitos básicos de higiene, além do não ingresso às questões sanitárias de qualidade. Conjuntura que nos direciona a um pensamento de que a desigualdade entre populações é estrutural, um plano maquiavélico de um governo que preza pela elite dominante e em cortes, cada vez mais, de programas beneficiários à pessoas de baixa renda.

O cenário de pandemia trouxe à tona graves problemas de estrutura do país. No Brasil atual, a igualdade é uma utopia, uma fantasia. é, em suma, uma dinâmica que se apresenta degradante: desemprego em alta, precariedade do trabalho, salário achatado, desindustrialização. Em meio a tantas incertezas, uma certeza, relacionada ao fato de que, enquanto persistirem padrões de desigualdade, são trabalhadores, populações periféricas, tradicionais e originárias, suas famílias e comunidades, que mais irão continuar sucumbindo à covid-19.

Estão sendo empurrados para uma escolha perversa e mentirosa entre atividade econômica, assegurando o alimento, ou o isolamento social, garantindo a sobrevivência. Mas, que economia se salva quando não há trabalhadores para fazê-la funcionar? O Brasil se tornou laboratório de um experimento totalitário neoliberal. É preciso quebrar os padrões dessa desigualdade antes que nos quebrem! Nesse ínterim, o presente "Expressões da Pandemia - Fase 2" surgiu na estimativa de debater cenários da conjuntura da desigualdade social que se consolida cada vez mais no território brasileiro. Dos diversos fatores que a pandemia escancara, a desigualdade é a que mais corrobora para o crescente número de infectados e mortos pelo SARS-coV-2. São conjunturas necessárias a se pensar. São pressupostos de pesquisadores e cientistas que continuam a ecoar a voz de resistência e a luta pela igualdade e equidade mesmo em tempos sombrios.

Obrigado por compartilhar conosco suas experiências.

Prof. MSc. Isaiás dos Santos
Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em
Ambientes Amazônicos (NEPAM-UFAM/CNPq).

Manaus/AM, 26 de Outubro de 2020.

Agradecimentos especiais

- Ufam e PUC-SP.
- Laboratório de Editoração Digital do Amazonas (LEDA/Ufam).
- Assessoria de Comunicação da Ufam.
- Faculdade de Informação e Comunicação da Ufam.
- Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Editora Alexa Cultural, coordenada por Karel Langermans.
- Subcomitê de Combate à Covid-19 da Ufam/FIC.

Expressões da Pandemia

Fase 2

